

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGA)
MESTRADO PROFISSIONAL**

**A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO COLETIVA QUE CONTRIBUEM PARA A
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO MEL – INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA OESTE
DO PARANÁ**

EMERSON DI DOMENICO DURSO

CASCADEL

2018

Emerson Di Domenico Durso

**A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO COLETIVA QUE CONTRIBUEM PARA A
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO MEL - INDICAÇÃO DE PROCEDÊNCIA OESTE
DO PARANÁ**

**THE SUSTAINABILITY AND THE COLLECTIVE ACTION THAT CONTRIBUTE
TO THE GEOGRAPHICAL INDICATION OF THE HONEY - INDICATION OF
ORIGIN WEST OF PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) – Mestrado Profissional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**.

Orientador: Professor Doutor Jerry Adriani Johann

CASCADEL

2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Durso, Emerson Di Domenico

A sustentabilidade e a ação coletiva que contribuem para a indicação geográfica do mel : indicação de procedência Oeste do Paraná / Emerson Di Domenico Durso; orientador(a), Jerry Adriani Johann, 2018.
128 f.

Dissertação (mestrado profissional), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

1. Administração. 2. Agronegócios. 3. Sustentabilidade. 4. Indicação Geográfica. I. Johann, Jerry Adriani. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná

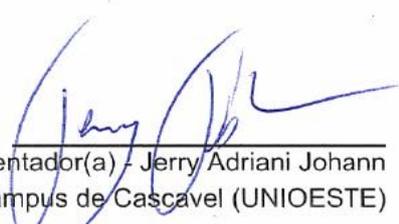


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

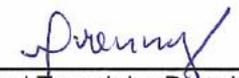
Programa de Pós-Graduação em Administração

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE EMERSON DI DOMENICO DURSO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 16 dia(s) do mês de agosto de 2018 às 14h00min, no(a) Laboratório de Pesquisa 2-GPSA / Prédio Finep, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Emerson Di Domenico Durso, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração - nível de Mestrado, na área de concentração em Competitividade e Sustentabilidade. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Jerry Adriani Johann, Loreni Teresinha Brandalise, Agenor Maccari Junior. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Jerry Adriani Johann, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "A sustentabilidade e a ação coletiva que contribuem para a indicação geográfica do mel - Indicação de Procedência Oeste do Paraná". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Loreni Teresinha Brandalise, Agenor Maccari Junior. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Cascavel, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Jerry Adriani Johann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)


Loreni Teresinha Brandalise

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Administração

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE EMERSON DI DOMENICO DURSO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Agenor Maecari Junior
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Emerson Di Domenico Durso
Candidato(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração
Elizandra da Silva
Coord. do Programa de Pós-Graduação
em Administração - PPGA
Mestrado Profissional
Portaria nº 2148/2018 - GRE

DEDICATÓRIA

Aos produtores rurais que levantam todos os dias junto com o sol para alimentar as famílias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a oportunidade de nascer em uma família que me deu estudo.

Aos meus pais, pelo zelo e pela dedicação. Meu orgulho por vocês é imenso.

À minha esposa Adriana, meus filhos Felipe e Eduardo. Agradeço a compreensão pelos muitos momentos distantes e pelo incentivo nos momentos difíceis. Foi por vocês que eu não desisti.

Ao meu orientador Jerry Adriani Johann, pela sabedoria e paciência. Você tem uma mente privilegiada.

À Professora Loreni Terezinha Brandalise pela valiosa contribuição. Em seu nome agradeço aos demais professores do Mestrado Profissional em Administração.

Ao Sebrae pela oportunidade de conviver com o fascinante mundo das Indicações Geográficas.

Aos que me ajudaram na pesquisa: Wagner Gazziero e Adiles Rech, presidente e gerente da Coofamel, e aos técnicos da Biolabore, Angelo Valoto, Márcia Fagundes e Tadeu Roque. O apoio de vocês foi decisivo.

Aos apicultores e meliponicultores por serem a motivação do estudo. Espero que essa dissertação contribua para consolidar a produção de mel no Oeste do Paraná.

DURSO, Emerson D. (2018) A sustentabilidade e a ação coletiva que contribuem para a Indicação Geográfica do mel - Indicação de Procedência Oeste do Paraná. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 128 págs.

RESUMO

Os produtos de origem reconhecidos como Indicações Geográficas guardam forte relação com a natureza, as pessoas, a cultura e as tradições. Nessa perspectiva, surgem como ferramentas para promoção da sustentabilidade das regiões onde se encontram e como alternativa de diferenciação e promoção dos produtos locais. O que motivou realizar esse trabalho foi estudar as dimensões econômicas, ambientais e sociais da sustentabilidade no desenvolvimento da estratégia coletiva em curso na apicultura da região Oeste do Paraná, em especial sua contribuição para a consolidação da Indicação Geográfica. No caso em estudo, a Indicação Geográfica foi reconhecida em julho de 2017 como Indicação de Procedência Oeste do Paraná. A Coofamel é entidade representante dos produtores de mel de abelhas Apis Africanizada e Jatái dessa região. Para tanto, foi aplicada entrevista estruturada ao presidente da Coofamel e questionário junto aos representantes de instituições parceiras. Esses levantamentos no campo objetivaram conhecer o apoio dos parceiros e dos apicultores para a sustentabilidade da Indicação Geográfica. Também a partir de um questionário, levantaram-se informações sobre a percepção dos cooperados a respeito da influência da cooperativa nas dimensões da sustentabilidade e das ações coletivas. Como principais resultados, observou-se um significativo apoio das entidades regionais na promoção de agricultura com baixo impacto ambiental. Em conjunto com as entidades apoiadoras, os apicultores promovem ações de recuperação de áreas degradadas com plantio de plantas nativas, conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, entre outros. Foi constatado também que a contribuição dos parceiros e a união dos apicultores possibilitaram construir e adequar estruturas de beneficiamento, qualificar a produção no campo e no processamento, o acesso ao mercado e à inovação, fatores essenciais para a sustentabilidade econômica da iniciativa coletiva. Os resultados demonstraram que a ação coletiva estabelecida na apicultura no Oeste do Paraná proporcionou maior envolvimento da família dos produtores com a atividade e promoção da qualidade de vida da comunidade. Os produtores de mel da região firmaram parcerias com outras associações de produtores, estabelecendo interação e socialização com atores não só da apicultura, mas de outras atividades. O fortalecimento do associativismo permitiu a troca de informações entre os apicultores para melhorar o processo de produção do mel. As capacitações promovidas pelas entidades parceiras possibilitaram aos apicultores sair da clandestinidade na comercialização e ofertar um alimento seguro para o próprio consumo e para o mercado. Assim, a ação coletiva trouxe contribuições também à dimensão social da sustentabilidade. Diante do exposto, conclui-se que o forte apoio institucional contribui fortemente para a sustentabilidade e para a consolidação da Indicação Geográfica. No entanto, foi observada uma tendência no aumento do número de cooperados e a presença de associados carona, aqueles que querem apenas tirar benefício do esforço coletivo sem prestar sua contribuição. Entre as recomendações, colocou-se a atenção da Coofamel com a comunicação dos associados de forma a assegurar a consolidação da Indicação Geográfica.

Palavras-chave: Indicação Geográfica; Sustentabilidade; Cooperativa; Coofamel; Apicultura

DURSO, Emerson D. (2018). The sustainability and the collective action that contribute to the Geographical Indication of the honey - Indication of Origin West of Paraná. Dissertation (Master's Degree) State University of West Paraná. Cascavel. 128 pages.

ABSTRACT

Local products, recognized as Geographical Indications, are strongly related to the nature, the people, the culture and traditions. From such perspective, they show up as tools to promote the sustainability of the regions where products are made and as an alternative to differentiate and promote local products. This work has been motivated by the studying economic, environmental and social dimensions of sustainability in the development of the collective strategy underway in beekeeping in the western region of Paraná, especially by its contribution to the consolidation of the Geographical Indication. In the case under study, the Geographical Indication was recognized in July 2017 as Indication of West of Paraná product. Coofamel is the representative entity of Apis Africanizada and Jatái bee honey producers from that region. For this purpose, questionnaires were applied to the president of Coofamel and to representatives of partner institutions. These surveys in the field aimed to know the support of partners and beekeepers for the sustainability of the Geographical Indication. Also from a questionnaire, information about the cooperative member's perception about the influence of the cooperative on the dimensions of sustainability and collective actions has been raised. As a main result, a significant support from the regional entities in the promotion of agriculture with low environmental impact has been identified. Along with the supporting entities, beekeepers promote actions to recover degraded areas, by planting native plants, conserving natural resources and biodiversity, among other actions. It has also been noticed that the contribution of the partners and the union of beekeepers made it possible to build and adapt beneficitation structures, to qualify production in the field and in the processing, as well access to the marketplace and to innovation, essential factors for the economic sustainability of the collective initiative. The results showed that the collective action established in beekeeping in the West of Paraná provided greater involvement of the family of producers with the activity and in the promotion of community quality of life. Honey producers in the region have made partnerships with other producer associations, establishing interaction and socialization with actors not only in beekeeping, but in other activities as well. The strengthening of associativism allowed the exchange of information among beekeepers to improve the honey production process. The trainings promoted by the partner entities enabled beekeepers to escape from clandestine commercialization and to offer a safe product for their own consumption and for the marketplace. Thus, collective action has also contributed to the social dimension of sustainability. In view of the above, it is concluded that the strong institutional support contributes strongly to the sustainability and consolidation of the Geographical Indication. However, there was a trend in the increase in the number of cooperative members and the presence of “associated riders”, those who only want to take advantage of the collective effort without making any contribution. Among the recommendations, the attention has been given to Coofamel’s communication with its members in order to ensure the consolidation of the Geographical Indication.

Keywords: Geographical Indication; Sustainability; Cooperative; Coofamel; Beekeeping.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura da dissertação	23
Figura 2. Metodologia do Estudo	50
Figura 3. Número de cooperados, população-alvo e amostra coletada	55
Figura 4. Mapa de localização das por Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP) brasileiras	59
Figura 5. Mapa de localização das Indicações Geográficas brasileira por tipo de produto comercializado	60
Figura 6. Grau de instrução dos cooperados da Coofamel.....	64
Figura 7. Renda Familiar do cooperado da Coofamel.....	65
Figura 8. Matéria do <i>O Presente</i> sobre a fundação da Coofamel.....	78
Figura 9. Logomarca da cooperativa Coofamel	81
Figura 10. Mascote da Coofamel	82
Figura 11. Estande da Coofamel na 28 ^a Mercosuper	84
Figura 12. Placa de reforma de adequações na estrutura da Apioeste.....	85
Figura 13. IV Seminário de Apicultura do Oeste do Paraná	89
Figura 14. Troféu de segundo lugar na Categoria Origem Animal.....	90
Figura 15. Representação gráfica da IP Oeste do Paraná.....	108

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1. Métodos, abordagem e fontes de coletas dos dados primários e secundários das dissertações analisadas.....	48
Quadro 2. Concessões de Indicação Geográfica no Paraná.	63
Quadro 3. Contribuições dos parceiros e das ações coletivas nas dimensões da sustentabilidade.....	93
Quadro 4. Produtos diagnosticados pelas regionais do Sebrae/PR.	95
Quadro 5. Etapas do projeto mel da Jataí do lago Itaipu.....	97
Quadro 6. Solicitação de registros de produtos paranaenses para IG no ano de 2015.....	98
Quadro 7. Dados da IG Oeste do Paraná.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	58
Tabela 2	62

LISTA DE SIGLAS

- AAP - Associação de Apicultores de Palotina
- AAPIO - Associação dos Apicultores do Extremo Oeste do Paraná
- Acier - Associação Comercial e Empresarial de Entre Rios
- Acisa - Associação Comercial e Empresarial de Santa Helena
- AEIs - Agri-Environmental Indicators
- AGA - Associação Guairense de Apicultores
- AGE - Assembleia Geral Extraordinária
- Apibra - Associação de Apicultores de Pato Bragado
- Apiceu - Associação dos Apicultores de Céu Azul
- Apimi - Associação dos Apicultores de Missal
- Apioeste - Associação de Apicultores de Marechal Cândido Rondon
- Apisa - Associação de Apicultores de Santa Helena
- Apiterra - Associação de Apicultores de Terra Roxa
- Apitol - Associação de Apicultores de Toledo
- Apiveco - Associação de Apicultores de Vera Cruz do Oeste
- Apivel - Associação de Apicultores de Cascavel
- APL - Arranjo Produtivo Local
- Apomop - Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná
- APP - Áreas de Preservação Permanente
- Biolabore - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAB - Cultivando Água Boa
- CACB - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
- Capa - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
- CIRAD - International Cooperation Centre on Agrarian Research for Development
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
- CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coofamel - Cooperativa Agrofamiliar Solidária da Costa Oeste do Paraná
DJSGI - Dow Jones Sustainability Group Indexes
DO - Denominação de Origem
DS – Desenvolvimento Sustentável
DTS - Desenvolvimento Territorial Sustentável
Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPI - Equipamento de Proteção Individual
ESI - Índice Ethibel de Sustentabilidade
FAO - Food and Agriculture Organization of The United Nations
FARMIS - Farm Modeling Information System
FEPA - Federação Paranaense de Apicultores
GRI - Global Reporting Initiative
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCRI - Indonesian Coffee and Cocoa Research Institute
IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
IG – Indicação Geográfica
INAO - French National Origin and Quality Institute
INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IP - Indicação de Procedência
ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial
LPI - Lei de Propriedade Intelectual
Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ocepar - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PAS - Programa de Alimentos Seguros
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGA – Programa de Pós-Graduação em Administração
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PTI - Parque Tecnológico Itaipu

RI - Relatório Integrado

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sebrae/PR - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná

Senar/PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SIG - Sistema de Informações Geográficas

Sintegra - Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviço

SRI - Índice de Responsabilidade Social

Tecpar - Instituto de Tecnologia do Paraná

UICN - União Internacional para Conservação da Natureza

Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	20
1.2	OBJETIVOS	20
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO	20
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	SUSTENTABILIDADE	24
2.1.1	A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável.....	24
2.1.2	Sustentabilidade e a Produção de Alimentos.....	29
2.2	AÇÃO COLETIVA	32
2.2.1	Tipos de Ação Coletiva	36
2.3	AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	38
2.3.1	As Indicações Geográficas e a sustentabilidade	41
2.4	TRABALHOS DE PESQUISA RELACIONADOS	43
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	49
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	49
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS	51
3.2.1	Entrevista estruturada com o Presidente.....	52
3.2.2	Questionário aplicado aos parceiros	52
3.2.3	Questionário aplicado aos cooperados.....	53
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS.....	56
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
4.1	AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL	57

4.2	PERFIL SOCIOECONÔMICO DO COOPERADO.....	64
4.3	PERCEPÇÃO DO COOPERADO SOBRE A INFLUÊNCIA DA COOPERATIVA NA SUSTENTABILIDADE	68
4.4	PERCEPÇÃO DO COOPERADO SOBRE A AÇÃO COLETIVA	70
4.5	A AÇÃO COLETIVA NA APICULTURA DO OESTE DO PARANÁ.....	73
4.6	A AÇÃO COLETIVA E A SUSTENTABILIDADE COMO BASE DA IG.....	92
4.7	A BUSCA DA IG OESTE DO PARANÁ.....	93
4.7.1	Instrumento comprobatório da legitimidade do requerente.....	102
4.7.2	Descrição do produto	103
4.7.3	Instrumento oficial que delimita a área geográfica.....	104
4.7.4	Regulamento de uso.....	104
4.7.5	Conselho Regulador da IP Oeste do Paraná	105
4.7.6	Estrutura de controle.....	106
4.7.7	Comprovação de que os produtores estão estabelecidos e exercendo as atividades dentro da área delimitada da IG	106
4.7.8	Comprovação de que o Oeste do Paraná é conhecido como centro de produção dos méis de abelhas Apis Africanizada e Jataí.....	107
4.7.9	Representação Gráfica da IG	107
4.7.10	A concessão da IG	108
5	CONCLUSÕES	110
6	RECOMENDAÇÕES.....	113
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICES.....	123

1 INTRODUÇÃO

As ações coletivas tem se demonstrado como estratégias viáveis para os pequenos produtores rurais, que têm participado e se envolvido em iniciativas de cooperação para o desenvolvimento de suas atividades econômicas (Schmidt, 2010; Pasini, 2013; Tierling, 2016).

Assim, a literatura clássica da Teoria da Ação Coletiva apresenta que, simultaneamente à existência de ações coletivas estão as ações de cooperação, competição, autointeresse, heterogeneidade de interesses, disposições diferentes entre os indivíduos em cooperar, ligações diferentes entre os indivíduos e tamanhos de grupos diferenciados. Todos esses fatores, quando combinados de formas distintas, podem refletir situações positivas ou negativas em relação ao provimento de benefícios coletivos.

Ao refletir situações negativas, surgem então as situações onde há falhas coletivas (Granovetter, 1973; Ostrom, 1990; Olson, 1999).

Destaca-se que as ações coletivas têm sido adotadas como estratégias viáveis para os pequenos produtores rurais, que têm participado e se envolvido em iniciativas de cooperação para o desenvolvimento de suas atividades econômicas (Pasini, 2013). Sachs (2003) afirma que com o associativismo é possível obter a solução de problemas comuns aos produtores, como o aprimoramento da infraestrutura, o acesso aos serviços e a negociação com o poder público.

As ações coletivas são encontradas em diferentes formatos, como cooperativas, associações, Arranjos Produtivos Locais (APLs), grupos informais, redes, alianças, *clusters* e aglomerados (Wenningkamp & Schmidt, 2016). O processo de implementação da Indicação Geográfica no Vale dos Vinhedos foi apontado por Schmidt (2010) como a iniciativa coletiva que mais trouxe benefício para os atores envolvidos, levando-os a patamares de competitividade mundial.

Pesquisadores buscam compreender por que os indivíduos se unem coletivamente se poderiam alcançar seus objetivos individualmente, sem o custo de arcarem com a presença dos caronas, sempre presentes nas iniciativas coletivas. A lógica da ação coletiva parte do pressuposto que os indivíduos são impulsionados pela busca dos interesses individuais, porém os ganhos decorrentes da cooperação são maiores dos que teriam se atuassem individualmente (Olson, 1999).

No processo de implementação de uma Indicação Geográfica (IG) ressalta-se a importância da organização dos produtores para a superação de objetivos comuns (Brasil, 2014). O rigoroso controle sanitário, a rastreabilidade do processo produtivo e a promoção de produtos de qualidade diferenciada são requisitos envolvidos em uma Indicação Geográfica. Para atender a essas demandas é necessário adotar práticas que envolvam uma profunda organização entre os atores envolvidos (Lagares, Lages, & Braga, 2005).

As IGs oferecem um ambiente favorável para o fortalecimento das regiões. Surgem como aliadas da sustentabilidade, sobretudo nas áreas em que os recursos naturais têm grande valor econômico. As dimensões da sustentabilidade estão implícitas nas IGs, as quais são ferramentas para alavancar o desenvolvimento sustentável (Cardieri, 2013).

Considera-se importante avaliar os benefícios alcançados por meio da cooperação, sejam eles a compra de insumos, assistência técnica, vendas conjuntas, acesso às tecnologias inovadoras ou compartilhamento de equipamento e marca. Esses benefícios são decorrentes da organização dos apicultores, por meio da implantação de ações coletivas realizadas ao longo dos anos, que resultou com o reconhecimento oficial da Indicação de Geográfica Mel do Oeste do Paraná (INPI, 2017). A organização coletiva que representa os atores envolvidos é a Cooperativa Agrofamiliar Solidária da Costa Oeste do Paraná, cuja sede é localizada em Santa Helena.

Segundo Ostrom (2007), existem oito variáveis que influenciam a probabilidade de o indivíduo cooperar. Uma das variáveis aborda como os benefícios são divididos entre os membros do grupo. As outras abrangem as características do grupo, como o número de participantes, a sua heterogeneidade, a forma de função de produção, como os indivíduos estão interligados, a liberdade de entrar e sair do grupo, a presença de ações passadas e a comunicação face a face. Analisar a presença dos caronas torna-se importante também, uma vez que prejudicam a ação coletiva (Olson, 1999).

Esta pesquisa tem o objetivo de colaborar com o entendimento das ações coletivas no agronegócio brasileiro, mais especificamente sobre uma iniciativa coletiva envolvendo os apicultores cooperadores à Coofamel e atores da apicultura.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A IG carrega consigo as premissas da sustentabilidade, por isso, tem uma estreita ligação com a terra, cultura e tradições locais e a responsabilidade por preservá-los e manter a integridade dos mesmos.

Além de uma relação íntima com o território, atribui grande importância ao coletivo. Assim, a iniciativa coletiva implementada no Oeste do Paraná é o objeto desse estudo. Entende-se como relevante analisar as iniciativas de sustentabilidade e as ações coletivas existentes entre os atores da apicultura no oeste do Paraná.

Pretende-se responder a seguinte questão de pesquisa: Como a ação coletiva e a sustentabilidade podem contribuir para a consolidação da Indicação Geográfica?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste projeto foi identificar as iniciativas de sustentabilidade e as ações coletivas que contribuem para a consolidação da Indicação Geográfica.

Apresentam-se como objetivos específicos:

- a) Mapear as Indicações Geográficas concedidas no Brasil;
- b) Mapear o perfil sócio econômico dos cooperados da Coofamel e percepção deles sobre a influência da cooperativa na sustentabilidade e sobre a ação coletiva;
- c) Apresentar os procedimentos para obtenção de Indicação Geográfica, por meio do estudo de caso da Coofamel.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO

A sustentabilidade ganha importância nas discussões sobre o futuro do planeta, uma vez que para atender ao crescimento da população, avanços significativos na produção estão acontecendo, sem o aumento proporcional das terras (Percy, 2007). A previsão é que em 2050 será necessário aumentar a produção em 60%, levando a um

acréscimo de 40% no consumo de água (Organização das Nações Unidas, 2015). Essa forte pressão gerada nos recursos ambientais provoca uma análise atenta relacionada ao tema.

Segundo Seramin e Lago (2016), nos últimos 10 anos, os estudos sobre sustentabilidade em pequenas propriedades têm se difundido. No entanto, conforme Flores (2011), na abordagem acerca da temática o foco ainda tem prevalecido sobre as aglomerações industriais. Desta forma, o entendimento sobre a relação da Indicação Geográfica com a sustentabilidade no território ganha relevância.

As IGs reúnem condições para contribuir com desenvolvimento de uma maneira sustentável, pois carregam um relacionamento estreito entre a natureza, as pessoas, a cultura, as tradições e os hábitos. A soma de esforços que resultam das iniciativas coletivas entre os responsáveis pela IG proporciona uma governança validada no território. Assim, a união de esforços que envolve uma IG é um grande catalizador para a sustentabilidade, que se faz necessária ao desenvolvimento econômico (Cardieri, 2013).

Schmidt (2010) demonstrou que a IG do Vale dos Vinhedos resultou em um impacto positivo na venda, não só dos vinhos que detem o selo de origem, mas também dos vinhos comuns, de outros derivados da uva e sobre a renda dos produtores dessa fruta. A união dos esforços coletivos proporcionou criação de valor em hotéis, restaurantes, comércios, pousadas e artesanatos pelo aumento do número de turistas e da divulgação da região no país e exterior. Ampliou a geração de emprego, levou a uma supervalorização dos imóveis, a preservação do meio ambiente e o embelezamento das propriedades rurais.

Isoladamente, a busca para se manter competitivo se torna um desafio ainda mais árduo. Para se tornarem mais eficientes, a união entre indivíduos e organizações tem sido uma estratégia adotada (Wenningkamp & Schmidt, 2016). As ações coletivas são de grande relevância para o agronegócio, ganhando destaque como um proveitoso campo de pesquisa. Essas formas de negociações entre indivíduos e organizações ancoradas em ações coletivas são cada vez mais encontradas em diversas regiões e setores da economia.

Diante da afloração de novas formas de organização observadas no agronegócio, sustentadas pela cooperação e complementariedade, Menard (2004) aponta que estudos sobre essa problemática passaram a ocorrer com maior frequência a partir dos anos 90. Acrescenta também que o interesse de redes de pesquisa sobre formas não convencionais de organização nos sistemas agroalimentares é notado pelo espaço considerável que os jornais têm dado ao tema, na União Europeia e nos Estados Unidos. Ainda assim, embora

sejam estruturas recorrentes no agronegócio, o tema é incipiente e necessita de melhor entendimento.

O Paraná é destaque na defesa de teses e dissertações sobre ação coletiva no agronegócio, sendo o estado com maior número de estudos empíricos realizados sobre a temática. Na maioria dos trabalhos, o modelo aplicado estudado foi uma cooperativa do segmento agropecuário ou agroindustrial, coerente com a importância do cooperativismo no estado (Wenningkamp & Schmidt, 2016). Apesar da motivação evidenciada pelos pesquisadores, em ampliar o entendimento sobre essas iniciativas coletivas entre produtores rurais, observa-se uma lacuna em estudos sobre Indicação Geográfica no Paraná.

O Mel do Oeste tem como representante dos atores envolvidos na IG uma cooperativa, a Coofamel. Ademais, é a única IG reconhecida oficialmente nesta região do estado até a data da publicação desta dissertação. Portanto, ainda que tenha uma cooperativa como objeto do estudo, será o primeiro a ter como foco uma IG do Oeste paranaense, contribuindo para despertar o interesse em outros pesquisadores sobre a temática.

Segundo Wenningkamp e Schmidt (2016), a ação coletiva atrai o interesse de estudiosos de segmentos que não são os mais tradicionais no agronegócio. As autoras consideram que pesquisas em segmentos que emergem na pauta, como é o caso da apicultura, tendem a ser valorizadas na academia. Portanto, esta pesquisa propõe um avanço nos estudos das ações coletivas na apicultura.

Outra justificativa é que este estudo abrange a linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) - Mestrado Profissional, de forma a contribuir com o entendimento das dinâmicas competitivas e cooperativas da região.

Diante do exposto, defende-se que a melhor compreensão dessas iniciativas coletivas e sua relação com a sustentabilidade do território contribuem não apenas para a pesquisa, mas para um segmento que emerge no agronegócio regional.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo está dividido em seis capítulos centrais (Figura 1).

Capítulo I Introdução	Apresentação do tema Problema e Justificativa de Pesquisa. Objetivos Objetivo geral e objetivos específicos Estrutura do estudo
Capítulo 2 Referencial Teórico	Sustentabilidade, Ações Coletivas, Indicações Geográficas, Trabalhos relacionados
Capítulo 3 Método de pesquisa	Delineamento da pesquisa, Procedimentos de coleta de dados, Procedimentos de análise de dados
Capítulo 4 Resultados e Discussões	As IGs no Brasil, a ação coletiva na apicultura regional, Perfil sócio econômico do cooperado, percepção do cooperado sobre sustentabilidade e ação coletiva
Capítulo 5 Conclusões	Conclusões
Capítulo 6 Recomendações	Recomendações
Referências	Referências

Figura 1. Estrutura da dissertação
Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018)

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da dissertação é composto pelos seguintes temas: Sustentabilidade, Ações Coletivas, Indicações Geográficas e Trabalhos de Pesquisa Relacionados.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Para Brandalise, Bertolini, Hoss e Rojo (2017, p. 111) “sustentabilidade implica que a vida humana possa continuar indefinitivamente, os indivíduos possam prosperar e as culturas humanas possam desenvolver-se, onde os resultados da atividade humana obedecem a limites para não destruir a diversidade ecológica e seu apoio à vida”.

2.1.1 A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável

A civilização humana, principal causadora das alterações do planeta, precisa visualizar a questão ambiental sob a perspectiva de que a terra não é uma fonte de recursos inesgotáveis. O conceito de sustentabilidade ou Desenvolvimento Sustentável (DS) está atrelado ao uso racional de recursos, à redução de desperdício e à adoção de processos de recuperação e reciclagem (Brandalise et al., 2017).

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), no relatório conhecido como *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*, conceitua Desenvolvimento Sustentável como aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. O DS implica na evolução da tecnologia e da organização da sociedade para dar lugar a uma nova forma de crescimento econômico, tendo em vista a capacidade que a biosfera tem de absorver os efeitos desses dois agentes. Desta forma, é necessário impor limitações sobre a ação da tecnologia e do homem sobre os recursos ambientais (CMMAD, 1991).

O primeiro conceito de DS surgiu em 1980, a partir de uma iniciativa da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), do Fundo Mundial para Vida Selvagem, e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Essa primeira formulação considera que o “Desenvolvimento Sustentável leva em conta os fatores sociais, ecológicos e econômicos, além das bases dos recursos vivos e não vivos, as vantagens de ações alternativas de longo e de curto prazo” (Brandalise et al., 2017, p. 107).

Para Brandalise et al. (2017), as Nações Unidas adotaram este famoso conceito formulado pelo Relatório Brundtland, que envolve as dimensões: Biofísicas: quantidade de recursos utilizados, geração de resíduos e o crescimento da população que pode suportar o meio ambiente; Socioeconômicas: sem explorar em excesso os recursos biofísicos, permite o desenvolvimento econômico especialmente nos países em desenvolvimento com justiça social, econômica e ecológica; Morais: relacionado ao valor da natureza e os direitos das futuras gerações.

Segundo Nossa, Rodrigues e Nossa (2017), o conceito de DS, proposto pela CMMAD, é considerado como ponto de partida para a discussão sobre a temática. O mesmo emergiu em um momento de reflexão dos impactos do homem sobre o meio ambiente, sobre a escassez dos recursos naturais e sobre a preocupação com o futuro da Terra. Além do relatório emitido pela Comissão em 1987, esta inquietação foi manifestada em documentos como a Carta Mundial da Natureza em 1982 e a Agenda 21 em 1992.

A Agenda 21 expressa um plano global de promoção do Desenvolvimento Sustentável, prevendo ações a serem implementadas pelos governos local, estadual, federal e pela sociedade (Nações Unidas, 1992). É constituída por 40 capítulos, distribuídos em quatro seções: dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos grupos principais e meios de implementação. Na visão de Brandalise et al. (2017), a Agenda 21 representa um processo de implementação de políticas públicas, de criação de parcerias entre atores estaduais e locais com diversos setores da sociedade, e ainda da definição de planos de ação para o Desenvolvimento Sustentável, bem como metodologias de monitoramento e avaliação dos resultados dos referidos planos.

Nossa, Rodrigues e Nossa (2017) ponderam que não existe um conceito único de DS, uma vez que o tema pode ser visto por diversos ângulos e campos do conhecimento

e tem evoluído de acordo com as novas descobertas. Entretanto, o modelo mais conhecido é o do Tripé da Sustentabilidade proposto por John Elkington em 1997, em que as ações são classificadas em três dimensões: social, ambiental e econômica, levando a uma reflexão de como as ações podem ser economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente responsáveis.

Embora em níveis diferenciados, é sabido que toda organização gera impacto em razão de seu processo produtivo, ou da matéria prima utilizada, ou devido ao uso e disposição final do produto. Porém, até a década de 80, competitividade e meio ambiente eram propostas divergentes. Desde então, as organizações passaram a investir em processos produtivos com foco na redução de resíduos, reutilização e reciclagem (Brandalise et al., 2017; Nossa et al., 2017).

Novas tecnologias e novos conhecimentos têm resultado em avanços na forma de produção, distribuição e consumo, reduzindo o impacto negativo da atividade. A partir do momento em que a interação da organização com o ambiente passa a ser observada, um ambiente mais sustentável torna-se viável (Salazar & Guzmán, 2017).

Em relação à importância de desenvolver indicadores para avaliar a sustentabilidade, a Agenda 21 e o Relatório Brundtland também foram importantes iniciativas. Em 1987, o Relatório Brundtland abordou a relevância dos esforços para identificar, analisar e monitorar os problemas ambientais. Em 1992, na Agenda 21, explicitou a importância de monitorar e avaliar sistematicamente o desenvolvimento por meio da utilização de indicadores globais e harmônicos de DS, como suporte para a tomada de decisão.

O documento defende que a adoção de indicadores é imprescindível para integrar o ambiente e o desenvolvimento à tomada de decisão e operacionalizar o DS. Desde então, tem sido desenvolvido um número significativo de ferramentas de mensuração em âmbito local e regional, sobretudo na esfera governamental. Entretanto, no que tange ao ambiente empresarial, esse movimento não tem sido observado com a mesma intensidade. Na esfera privada, observa-se a criação de um número significativo de guias orientativos para divulgação das ações de sustentabilidade das empresas. Em menor número tem sido verificado o desenvolvimento de sistemas de mensuração como suporte para a tomada de decisão (Delai & Takahashi, 2008).

Delai e Takahashi (2008) entendem que a impossibilidade de encontrar medidas-padrão amplamente aceitas é o maior limitador para a operacionalização de indicadores

nas empresas. Apesar disso, os indicadores ambientais têm sido utilizado pelas organizações para avaliar o uso de recursos naturais e as tendências ambientais, relativas ao desenvolvimento sustentável. Na visão de Brandalise et al. (2017), não existe um conjunto de indicadores universalmente aceitos. Cada organização desenvolve um sistema que responde aos propósitos particulares, refletindo seus valores e crenças em relação à sustentabilidade.

É essencial integrar a sustentabilidade ao *core business* da empresa. Para atingir tal propósito, a utilização de indicadores é imprescindível. A inclusão da sustentabilidade no sistema de mensuração de performance, faz com que os esforços de todos os níveis da organização sejam alinhados, criando uma cultura da sustentabilidade. Sem essa integração, as iniciativas de sustentabilidade podem ser suprimidas em momento de dificuldade da empresa, uma vez que as metas financeiras podem conflitar com as metas ambientais (Delai & Takahashi, 2008).

Sem deixar de almejar a lucratividade do negócio, as empresas iniciam um processo de busca pelo DS. Para conseguir melhorar seu desempenho ambiental, as organizações procuram a melhor técnica possível, mas de forma que os custos não inviabilizem o negócio (Brandalise et al., 2017).

Sobre a relação entre o investimento da organização em sustentabilidade e desempenho financeiro, Nossa et al. (2017) defendem que embora sejam encontradas pesquisas que resultam em relação positiva entre sustentabilidade e desempenho financeiro, não existe consenso na literatura de que os índices de sustentabilidade se traduzem em maior retorno.

Atentos aos sinais, os empresários estão preocupados com sua imagem e perceberam que demonstrar compromisso com a sustentabilidade é um diferencial de mercado para nichos de consumidores sensibilizados com a questão ambiental. Os empresários visualizam a possibilidade de benefício econômico ao investir em sustentabilidade. Entretanto, investir na melhoria do desempenho ambiental traz benefícios também junto à opinião pública, aos consumidores e órgãos governamentais (Brandalise et al., 2017).

Nossa et al. (2017) concordam que o retorno financeiro não é o único motivo das empresas investirem na melhoria de seu desempenho ambiental. Outras razões são a pressão dos clientes, fornecedores e outras partes interessadas, a legitimidade proporcionada por uma certificação e o desenvolvimento de capacidades internas.

Salazar e Guzmán (2017) sustentam que o enfoque no resultado puramente econômico das organizações tem evoluído para uma visão mais abrangente. As organizações estão redefinindo seus limites de atuação de forma a tornar as variáveis ambientais parte do processo de decisão. Em uma visão ampliada os limites de responsabilidade da empresa vão além da sua atuação direta, consideram toda a cadeia de suprimentos, os colaboradores e os parceiros.

Organizações sustentáveis levam em conta o gerenciamento de risco e as oportunidades relacionadas ao desenvolvimento social, ambiental e econômico. Assim, é crescente o número de investidores em empresas comprometidas com a sustentabilidade. Ekwueme, Egbunike e Onyali (2013) afirmam que os investidores percebem que as organizações sustentáveis estão menos sensíveis aos impactos das crises do que as não sustentáveis.

Para atender essa tendência, com o objetivo de monitorar o desempenho das ações de empresas nos critérios econômicos, ambientais e sociais, a *Dow Jones & Company* em conjunto com o *Sustainability Group*, criou o *Dow Jones Sustainability Group Indexes (DJSGI)*. Levando em consideração as três dimensões da sustentabilidade, o DJSGI aponta entre as empresas do índice Dow Jones, as 10% mais sustentáveis (Brandalise et al., 2017).

Além do DJSGI, Nossa et al. (2017) apontam como importantes índices de sustentabilidade, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa; o FTSE4Good, da Bolsa de Londres; Índice Ethibel de Sustentabilidade (ESI), da Standard & Poor's; Índice de Responsabilidade Social (SRI) da Bolsa de Valores de Johannesburg; Índice Social Calvert, da CalvertCo; o Índice de Reputação MERCO, com foco nos países hispânicos que compõem o G20, além das séries de normas internacionais ISO 14000 e 26000.

Para uma organização definir uma estratégia sustentável e atingir um desempenho exitoso, transparência e prestação de contas são essenciais. A fim de se chegar a esse patamar de sustentabilidade, Ekwueme et al. (2013) argumentam que os interesses dos stakeholders à luz das três dimensões da sustentabilidade devem ser medidos, avaliados e divulgados periodicamente.

As organizações sofrem pressão externa dos stakeholders para divulgar as iniciativas sustentáveis (Delai & Takahashi, 2008; Ekwueme et al., 2013; Nossa et al., 2017). Nossa et al. (2017) elencaram diversas formas que as empresas utilizam para

divulgar a sustentabilidade: Balanço Social, Global Reporting Initiative (GRI), sites, demonstrações contábeis e Relato Integrado. O instrumento que as empresas têm utilizado para evidenciar a sustentabilidade também vem evoluindo com o tempo. O GRI, que passou por aprimoramentos, é o mais adotado pelas organizações. No entanto, a partir de 2010, o Relatório Integrado (RI) vem se consolidando como referência. O RI objetiva apresentar as informações de forma integrada e agregar valor ao usuário.

Segundo Nossa et al. 2017, alguns estudos concluem que determinadas características das empresas podem influenciar na adoção de índices de sustentabilidade e na divulgação de ações sociais. Evidências desses estudos sinalizam que empresas com potencial de crescimento mais elevado, apresentam Responsabilidade Social Corporativa (RSC) mais consistente em razão da maior capacidade de operar ações sustentáveis. Outra característica verificada pelos autores está relacionada ao tamanho da empresa. Por estarem mais sujeitas à pressão dos *stakeholders*, empresas de tamanho maior adotam como opção estratégica divulgar a RSC e a preocupação com o Desenvolvimento Sustentável.

2.1.2 Sustentabilidade e a Produção de Alimentos

A população global levou mais de 120 anos para saltar de um bilhão para dois bilhões, de 1800 a 1927. A partir de 1960, verifica-se que o número de habitantes tem aumentado em pelo menos um bilhão a cada 12 ou 13 anos, aproximadamente. Atualmente, um agricultor alimenta mais de 150 pessoas, enquanto que na década de 50 alimentava em média vinte e sete (Percy, 2017).

Segundo as Nações Unidas (2015), a população mundial, que atualmente é de 7,2 bilhões de habitantes, deve passar de 9,6 bilhões em 2050. Nesse ritmo, em 2050 será necessário que a produção de alimentos aumente 60%. O consumo de energia e água deverão crescer 50% e 40% respectivamente.

Uma espantosa revolução na produção está acontecendo sem o aumento proporcional das terras agrícolas (Percy, 2017). Desta forma, será necessário um esforço contínuo para se buscar uma agricultura cada vez mais eficiente e produtiva. Para superar

este desafio, a pressão sobre os recursos naturais será inevitável, de forma que a sustentabilidade ganha relevância na pauta das discussões sobre o futuro do planeta.

Na opinião de Seramin e Lago (2016), estudos sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais têm se difundido no Brasil nos últimos 10 anos. Dada sua relevância para o desenvolvimento, o tema tem sido objeto de estudo em diversas áreas. Como consequência, observam-se visões diferenciadas sobre a sustentabilidade em propriedades rurais. No aspecto econômico, as pesquisas têm envolvido, sobretudo questões sobre diversificação da produção e comercialização. Em relação ao meio ambiente, as pesquisas abordam agroecologia, produtos orgânicos e qualidade de vida. Relacionados aos fatores sociais, estão frequentemente atrelados ao associativismo e cooperativismo para ganhar competitividade.

Caires e Aguiar (2015) constataram que a sustentabilidade tem sido observada nas pequenas e médias propriedades, sobretudo na aplicação de boas práticas agrícolas para se obter produtividade e sustentabilidade. Caires e Aguiar (2015) destacam as principais práticas de sustentabilidade encontradas nas propriedades em três aspectos: ambiental, social e econômico. No aspecto ambiental, ressaltam-se: devolução das embalagens de defensivos agrícolas, práticas de conservação de solo, medidas para redução de desperdício de insumos; coleta seletiva, prática por gotejamento, otimização do uso da água, utilização de fossa séptica, utilização de poço próprio para captação de água, manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APP).

No aspecto social são evidenciadas: a contratação de trabalhadores no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a exigência do uso correto de Equipamentos de Protecção Individual (EPIs) pelos trabalhadores, seguimento das orientações do receituário agrônômico com vistas a reduzir o risco de contaminação do trabalhador com produtos químicos. Já no aspecto econômico destaca-se a organização em associação e cooperativa para ganhar competitividade (Caires e Aguiar, 2015).

De acordo com Caires e Aguiar (2015), as práticas de sustentabilidade nas pequenas e médias propriedades focam predominantemente na vertente ambiental, sobretudo no atendimento às exigências legais. A maioria delas não podem ser consideradas práticas gerenciais, uma vez que não há histórico de registros e controle dos resultados obtidos. A pressão de clientes e das cooperativas foi relatada como impulsionador para implantação de práticas orientadas à sustentabilidade. Os principais inibidores encontrados foram escassez de tempo e mão de obra, e falta de conhecimento no tema.

Metodologias de avaliação da sustentabilidade vêm sendo adaptadas para o agronegócio. Schader, Grenz, Meier e Stolze (2014) mapearam na literatura 35 diferentes abordagens de avaliação do impacto da sustentabilidade em sistemas alimentares, nos aspectos de escopo e precisão. Seis métodos foram selecionados para uma comparação mais detalhada: o método suíço de avaliação do ciclo de vida SALCA; o REPRO, método alemão que foca na dimensão ambiental da sustentabilidade; o método RISE de consultoria na produção; o COSA método de avaliação do impacto no nível de produção do Comitê de Avaliação da Sustentabilidade; o sistema de monitoramento público Agri-Environmental Indicators (AEIs) e o Farm Modeling Information System (FARMIS).

O estudo concluiu que cada metodologia tem sua abrangência, bem como suas limitações. Não existe abordagem perfeita, que cubra todos os aspectos da sustentabilidade, ou que possa ser aplicada globalmente ou ainda possa ser usada desde o campo até o nível de produto.

A apicultura é uma atividade sustentável, pois além de ser importante ferramenta de inclusão social para pequenos e médios produtores, possibilita a melhoria da qualidade de vida do homem no campo, sem comprometer o meio ambiente (Souza, 2006).

A partir de 2001, a apicultura passou a ter destaque no agronegócio brasileiro. A consolidação da atividade e o acesso ao mercado internacional proporcionou uma expansão da apicultura.

Para Souza (2006), a apicultura é uma atividade sustentável porque contribui com os três pilares da sustentabilidade. Quanto ao aspecto ambiental, não polui e contribui para polinização das espécies e preservação da biodiversidade, uma vez que ajuda na produção de sementes para multiplicação das espécies vegetais. No aspecto econômico, permite que o produtor entre na atividade e tenha alta lucratividade com baixo investimento inicial, assegurando renda e viabilidade econômica do negócio.

Em relação ao aspecto social, é uma atividade ideal para o pequeno produtor, pois como não exige dedicação exclusiva, permite que ele se envolva com outras atividades. Desse modo, a apicultura gera trabalho digno para a toda a família, sem exigir que o apicultor seja proprietário da terra; pois a instalação de apiários demanda uma área reduzida, podendo ser feita em propriedade de terceiros ou em pequenas propriedades.

2.2 AÇÃO COLETIVA

A Teoria da Ação Coletiva aborda os motivos pelos quais os indivíduos atuam em grupo, em vez de proverem suas necessidades por conta própria (Nassar, 2001).

Olson (1999) desenvolve uma explicação econômica para a formação de grupos. Quando há objetivos econômicos envolvidos, grupos de indivíduos com interesses comuns, usualmente tentam promover esses interesses. Todavia, o comportamento coletivo só será posto em prática, se os benefícios dificilmente forem alcançados individualmente. Em uma ação coletiva, os indivíduos não agem da mesma forma que agiriam de forma isolada (Olson, 1999).

Ainda, cada indivíduo tem sua estrutura particular para avaliar os benefícios, ou seja, as necessidades e a importância dada ao bem coletivo não são homogêneas no grupo. O indivíduo necessita de um incentivo, além do benefício coletivo, para compensar o custo de aderir a uma ação em grupo. Este incentivo pode ser prestígio, respeito, amizades, além de outros de cunho social, psicológico, político, cultural e ambiental.

Na visão de Ostrom (2007), os benefícios individuais almejados no curto prazo prevalecem sobre os coletivos. Os indivíduos agem de acordo com seus interesses próprios. Somente agirão coletivamente se perceberem que os esforços individuais para obterem um bem, serão maiores do que os esforços do grupo. Assim, o nível ótimo dos benefícios coletivos não é alcançado.

Além de analisar a racionalidade individual frente à racionalidade coletiva como relevante para a organização coletiva, conforme exposto anteriormente, uma contribuição importante encontrada em Olson (1999) é sobre o conceito de *free rider*, o qual se refere aos indivíduos carona. Para o autor, este indivíduo está presente no grupo e ocorre quando um membro que não coopera se beneficia do resultado da cooperação, caracterizando-se como um inibidor da ação coletiva. Assim, somente a necessidade por bens coletivos em si, não assegura a ação coletiva em razão da presença do carona que atua como dificultador para sua concretização.

Como é sabido, o valor atribuído ao bem coletivo não é igual para todos os membros. Quando um indivíduo do grupo ou um subgrupo atribui alto valor ao bem coletivo, sua disposição para contribuir será maior. Ao contrário do que terá menor

disposição em contribuir, pois, embora tenha interesse em usufruir o bem coletivo, não está disposto a contribuir, pois sabe que um subgrupo o fará de qualquer forma.

Olson (1999) analisa a relação entre o tamanho do grupo e os incentivos individuais para realização do benefício coletivo. Tanto nos grupos pequenos como nos grandes, existe uma diferença no nível de interesse a respeito da promoção dos benefícios coletivos. A heterogeneidade desses grupos é vista como um elemento dificultador, uma vez remete a diversidade de interesses e do valor atribuído ao benefício pelos indivíduos. Conseqüentemente, grupos maiores terão custo maior para a organização com vistas à realização do objetivo coletivo. Isso implica em uma tendência de os grandes falharem na concretização do benefício coletivo e de uma provisão subótima pelos pequenos, levando a concluir que os com grande número de membros terão desempenho inferior que os menores.

A partir daí, Olson (1999) propõe uma taxonomia para as ações coletivas e introduz o conceito de grupos privilegiados, intermediários e latentes.

Os grupos privilegiados não necessitam de coordenação. Ao menos um indivíduo se dispõe a buscar o benefício coletivo, ainda que tenha que arcar sozinho com os custos. Os grupos intermediários são pequenos, nos quais cada membro percebe as contribuições dos outros indivíduos. No entanto, o indivíduo não obtém um benefício suficientemente grande que o incentive a arcar sozinho com os custos, necessitando uma coordenação entre os membros. Grupos latentes são grandes, em que a contribuição individual é mais difícil de ser percebida por todos os membros, de forma a não incentivar o esforço do bem coletivo. Os grupos latentes exigem necessidade de coordenação entre os membros do grupo e de maiores incentivos para motivar as ações coletivas. Tais incentivos podem ser positivos – benefícios oferecidos exclusivamente para quem contribui, ou negativos – punições para os indivíduos que deixam de contribuir.

Para superar esse problema característico de grupos latentes, Olson (1999) sugere que sejam subdivididos em grupos pequenos, chamados de grupos federados, em que cada um deles tem suas razões para se unirem e representar o grande grupo. Apesar da autonomia dada aos grupos federados, esta é uma solução apontada pelo autor para reduzir a desvantagem dos grupos latentes em relação aos grupos intermediários.

Acerca do tamanho do grupo, Ostrom (2007) postula que há casos que grupos grandes podem ser vantajosos. Cita as situações de greve ou lobby, em que quanto maior

o grupo maior serão os benefícios. No entanto, nos grupos grandes os benefícios da ação coletiva são subtraídos, uma vez que há um esgotamento do mesmo.

A existência de laços fortes e laços fracos nos grupos é abordada em Granovetter (1973), cuja linha teórica atribui importância aos aspectos sociais sobre as decisões econômicas. Os laços fortes perduram por um longo período de tempo, envolvem esforço, confiança e reciprocidade. Em geral, os laços fortes acontecem entre membros de um mesmo círculo social, família e amigos próximos. Já nos laços fracos, a confiança e reciprocidade não são tão importantes.

A heterogeneidade dos grupos é apontada por Granovetter (1973) como essencial para o alcance do objetivo do grupo. Ao contrário de grupos homogêneos que agregam menos valor, uma vez que os membros trocam experiências iguais, nos grupos heterogêneos as informações propagadas são distintas, favorecendo que a inovação ocorra. Os laços fracos desenvolvem relações pontuais, funcionando como ponte, de forma a permitir que os indivíduos se conectem a outros grupos. Assim, compartilham diferentes experiências, gerando novas informações e agregando valor ao relacionamento.

Granovetter (1985) em *Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness* pondera que os indivíduos não agem fora de um contexto social. O enraizamento presente em um sistema de laços e relações sociais influencia o comportamento dos atores, sejam eles indivíduos ou instituições.

Para Ostrom (2007), a reputação, a confiança e a reciprocidade são relevantes no surgimento e manutenção das ações coletivas em um grupo. A autora complementa que esses três fatores são influenciados por oito variáveis estruturais: a) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; b) a forma de divisão de benefícios coletivos (totalmente compartilhados ou subtraídos); c) a heterogeneidade dos participantes; d) a comunicação face a face; e) a forma da função de produção; f) a presença de informações sobre ações passadas; g) a forma como os indivíduos estão ligados; h) a possibilidade de os indivíduos entrarem e saírem voluntariamente do grupo.

Ostrom (2007) defende que a comunicação “olhando nos olhos” é mais eficiente que a comunicação escrita. Em um ambiente de situações repetidas, a comunicação face a face contribui para elevar a confiança entre os membros do grupo, sendo considerado um elemento positivo para que a cooperação ocorra.

A função de produção parte do pressuposto que as contribuições individuais geram pequenos incrementos iniciais, que posteriormente vão se tornando benefícios

maiores resultando em uma interdependência positiva que aumenta a probabilidade da próxima contribuição individual acontecer. Leva em conta a quantidade de ações individuais necessárias para que o benefício coletivo seja obtido. É influenciada pelo tamanho do grupo, pela homogeneidade e heterogeneidade, pela disposição de cada indivíduo a contribuir, da sequência de transações entre os indivíduos e de como cada informação individual gerada é percebida (Ostrom, 2007).

Ostrom (2007) afirma que a reputação positiva do indivíduo, construída ao longo do tempo, contribui para a cooperação. Em grupos pequenos a presença de informações sobre ações passadas é mais fácil de ser percebido, uma vez que as interações entre os indivíduos se repetem com maior frequência e ocasionam um acúmulo de confiança. Nos grupos maiores, a reputação é mais difícil de ser conquistada, ainda assim, os indivíduos observam as ações dos demais para saber como agir em situações parecidas. Para a autora, a forma como o indivíduo está ligado influencia na maior probabilidade de cooperação. Admite-se que quando o indivíduo percebe que sua contribuição para a ação coletiva resulta em benefício, assume a postura de que vale a pena cooperar.

Segundo Ostrom (2007), de acordo com o princípio de entrarem e saírem voluntariamente, admite-se que o indivíduo tem a opção de cooperar ou não. Em um grupo, no entanto, quando um dos membros decide não cooperar, seu benefício para o coletivo é nulo. Assim, todos os demais membros são impactados, fazendo com que os indivíduos optem por cooperar com membros que tenham reputação que contribua para alcançar o benefício coletivo.

No agronegócio, as associações são tratadas na literatura das ações coletivas como grupos que existem para oferecer bens coletivos aos seus membros. A análise empírica realizada por Nassar (2001) com associações atuantes no agronegócio brasileiro, demonstrou que a provisão do bem coletivo ocorre nos grupos homogêneos, nos quais os membros tem clareza acerca dos bens coletivos que o grupo necessita. Nos grupos heterogêneos, ou grupos homogêneos, porém grandes, observou-se que as associações são obrigadas a oferecer bens para cada segmento. Assim, as associações estudadas que representavam interesses heterogêneos ofereciam bens coletivos materializados na forma de prestação de serviços diversos e organização de eventos, gerando custos com comunicação e atração de membros.

Segundo Wenningkamp & Schmidt (2016 p.425), “pode-se dizer que ações coletivas no campo do agronegócio têm sido estudadas sob diversas perspectivas,

podendo ser econômica, social, cultural ou ambiental”. Na produção brasileira, existem pontos de vistas de diferentes autores e áreas, trazendo como argumento os casos de Olson (1999), com uma abordagem econômica da ação coletiva e Granovetter (1973,1985), com uma visão sociológica, que assim como na teoria central sobre Ação coletiva, são referenciais nas publicações brasileiras sobre o tema.

Assim, a Teoria das Ações Coletivas traz elementos relevantes para a problemática do objeto desta dissertação.

2.2.1 Tipos de Ação Coletiva

Em um ambiente dinâmico não é possível responder apenas com os recursos próprios às exigências por inovação, variedade e diferenciação. É necessário estruturar iniciativas coletivas para atingir os resultados de forma eficiente. Em diversas regiões e setores da economia, observam-se parcerias baseadas na interação, coletividade e cooperação entre indivíduos e organizações, a fim de se tornarem mais competitivos (Wenningkamp & Schmidt, 2016).

Para Sachs (2003), as ações coletivas são encontradas de diferentes formas, como a criação de entidades de representação política e sindical, ou compras em conjunto. A implementação de ações coletivas é encontrada em diferentes formatos como cooperativas, associações, Arranjos Produtivos Locais (APLs), grupos informais, redes, alianças, *clusters* e aglomerados (Wenningkamp & Schmidt, 2016). Além dessas formas de ações coletivas, Menard (2004) abordou outros formatos como *supply chain system*, marcas coletivas, parcerias e empreendedorismo coletivo.

No campo do agronegócio, encontra-se ampla discussão sobre as estratégias de cooperação por pequenos produtores. Para obter melhores resultados, é frequente a organização em estruturas diferenciadas, como a cooperação entre produtores, para assegurar o acesso aos canais de comercialização. Por meios dessas ações, eles podem obter condições de negociação mais favoráveis a montante e a jusante, possibilitando responder melhor aos padrões de competitividade exigidos em ambientes dinâmicos (Pasini, 2016).

Nos sistemas produtivos agroindustriais, as associações ganharam importância a partir dos anos 80 em razão da relevante contribuição para a coordenação e para o

aumento da competitividade. As imperfeições no mercado, como presença de informação assimétrica, o poder de monopólio e a concorrência predatória levam os agentes a se organizarem coletivamente (Nassar, 2001).

Diferentes formatos de ações coletivas estão presentes no agronegócio, como redes, clusters, APLs, aglomerados, cooperativas e associações, (Wenningkamp & Schmidt, 2016). Schmidt (2010) fez um estudo das ações coletivas no Vale dos Vinhedos e concluiu que o processo de implementação da Indicação Geográfica foi que o mais gerou benefício aos atores envolvidos.

O consumidor demanda qualidade e segurança, fazendo com que as cadeias alimentares implantem controles mais rigorosos. Tal exigência impacta em toda a cadeia de produção de alimentos, exigindo processos mecanizados, busca de certificações, sistemas de avaliação do padrão de qualidade, levando os produtores e processadores a se organizarem coletivamente para atenderem essas demandas com o menor custo de transação (Menard, 2004)

Segundo Zylbersztajn e Farina (2006), nas redes as transações acontecem de maneira horizontal e vertical. São relevantes a confiança e as regras informais.

Os clusters, APLs e aglomerados possuem semelhanças, como a proximidade geográfica e a execução de atividades correlatas. A cooperação e competição permeiam simultaneamente essas três formas de ação coletiva (Wenningkamp & Schmidt, 2016).

Para Sachs (2003), com o associativismo é possível obter a solução de problemas comuns aos produtores, como o aprimoramento da infraestrutura, o acesso a serviços e a negociação com o poder público. As associações tem a finalidade de promover a assistência social, educacional e cultural, já as cooperativas têm como finalidade principal viabilizar a comercialização (Sebrae, 2009).

Nassar (2001) considera que a associação é eficiente quando exerce o papel insubstituível de formular regras, de agir como interface entre o setor e o Estado e de fiscalizá-lo, sobretudo em setores fortemente regulamentados do agronegócio.

2.3 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Os processos de implementação de uma Indicação Geográfica (IG) exigem ampla participação coletiva dos atores envolvidos (Brasil, 2014). Conforme apresentado anteriormente, as ações coletivas desempenham relevante papel no aumento da competitividade dos produtores (Pasini, 2016).

Segundo Schmidt (2010), as ações coletivas foram fundamentais no Vale dos Vinhedos para o aumento da competitividade e projeção internacional da produção, afirmando que a ação que mais contribuiu para esses resultados foi a Indicação Geográfica.

A Lei 9.279/96 determina que a IG é constituída pela Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO). A definição de Indicação de Procedência é apresentada no artigo 177, como sendo o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que tenham se tornado reconhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

A definição de Denominação de Origem é descrita no artigo 178, que a descreve como nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço, cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Enquanto a Indicação de Procedência é caracterizada pela reputação que um produto ganha além de seus limites, a Denominação de Origem é potencializada pelas condições peculiares presentes no território (Gurgel, 2006).

O maior número de Indicações Geográficas encontra-se na Europa. Segundo Kakuta, Souza, Schwanke, & Giesbreth (2006), a França é a maior referência em se tratando de regulamentação técnica e legal. Os autores apontam produtos franceses reconhecidos internacionalmente, como os queijos das regiões de Roquefort, Comté, Cantal e Camember e os vinhos tintos de Bordeaux e os espumantes de Champagne. Na Itália, são apresentados como produtos consagrados o presunto de Parma e os queijos Parmesão e Grana Padano. A primeira Denominação de Origem de vinhos foi originada em Portugal, trata-se do vinho do Porto. Outro produto português de destaque é o queijo da Serra da Estrela. Na Espanha, são considerados exemplos bem sucedidos o presunto

cru da Pata Negra, os torrões de Alicante, massa de pão de Toledo, azeite de oliva dos Montes de Toledo, cítricos de Valência e o açafraão da Mancha.

Arranjos entre centenas ou milhares de produtores rurais na Europa são firmados, sobretudo na França e na Itália, para desenvolver e comercializar os produtos com Indicação Geográfica (Menard, 2004).

Encontram-se inúmeras iniciativas de ações coletivas como maneira de proteção e de valorização dos produtos apícolas. Na República Checa, o *Czech Honey*; na Espanha, o mel da Galícia; na República de Camarões, o mel de Oku; e em Portugal, o mel dos Açores e o mel do Alentejo (Rodrigues, Durso e Rocha, 2015).

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI é o órgão responsável por analisar os pedidos e prover as concessões de registros de Indicação Geográfica no Brasil, conforme a Lei 9.279/96, conhecida como Lei de Propriedade Industrial, e a Resolução INPI nº 75, de 29/11/2000. A primeira Indicação Geográfica, reconhecida pelo INPI em 2001, foi para a produção de vinho do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul (INPI, 2017).

As estratégias são definidas em conjunto para criar valor. Schmidt (2010) identificou essas características no Selo de Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos, uma ação coletiva da rede composta por viticultores, vinícolas, hotéis, instituições de pesquisa, restaurantes, comércios, pousadas e artesãos. O estudo apontou que a ação coletiva gerou externalidades positivas, tais como: o significativo aumento na quantidade de vinícolas e do fluxo de turistas, o reconhecimento do Vale dos Vinhedos no país e no exterior, a geração de empregos, o fortalecimento do comércio da região, grande valorização dos imóveis locais, a preservação do meio ambiente e o embelezamento das propriedades rurais. A autora postula que os conceitos de regras informais e confiança, ou seja, a importância dos aspectos sociais é proveniente da linha teórica de Mark Granovetter, em seus artigos “*The strength of weak ties*” (1973) e “*Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness*” (1985). Tais conceitos foram abordados anteriormente.

A entidade representante da Indicação Geográfica deve ser formalizada por exigência legal. Todo o pedido de reconhecimento de uma Indicação Geográfica necessariamente precisa ser apresentado por um substituto processual, uma associação ou outra pessoa jurídica que seja legítima representante da coletividade no território que ela está estabelecida. Embora existam outras formas de organização da ação coletiva, nos

processos de Indicação Geográfica brasileiros, as associações têm se consolidado como a alternativa mais frequente (Brasil, 2014)

A organização coletiva dos atores não deve ser entendida apenas como uma exigência legal, mas como necessária para o sucesso da IG. Trata-se de processo participativo de diferentes atores. Afirma-se que as IG traduzem a ideia de uso coletivo e a participação dos atores como protagonistas é fator chave para a construção e consolidação da iniciativa (Brasil, 2014).

Acerca do tamanho e heterogeneidade dos grupos, Brasil (2014) pondera que quanto maior o número e a diversidade de atores envolvidos, maior é a possibilidade de a IG obter resultados positivos. Por outro lado, a diversidade pode acarretar no surgimento de conflitos, tornando o trabalho mais lento e difícil. Assim, para se buscar o interesse comum é necessária a mediação feita por uma organização dos atores (Brasil, 2014).

Em Brasil (2014) são apresentados alguns papéis que a organização representativa de uma IG deve assumir. O primeiro é a promoção da implementação e consolidação da Indicação Geográfica. A instituição também deve agir como articulador entre os produtores e outros atores locais e nacionais, instituições públicas e privadas. A preservação e proteção da Indicação Geográfica é outra incumbência da organização representativa, que deve garantir ainda a disciplina e o respeito na administração dos conflitos entre os indivíduos.

A maior parte dos produtos com IG são alimentos. Produtos não alimentares também são passíveis de serem reconhecidos, como exemplos têm-se: artesanato, pedras, tecidos, calçados, couro, panelas; são produtos brasileiros não alimentares, registrados junto ao INPI como Indicação Geográfica. Os serviços de tecnologia da informação, concedido ao Porto Digital em Recife capital do Pernambuco, é o único exemplo de registro concedido aos serviços. A concessão de indicações geográficas para prestação de serviços é uma particularidade da legislação brasileira, não sendo encontrado outro caso no âmbito internacional (Gurgel, 2005).

2.3.1 As Indicações Geográficas e a sustentabilidade

Para Cardieri (2013), as IGs carregam um relacionamento íntimo da terra com as pessoas, sua cultura, tradições, hábitos individuais e coletivos. Fauna, flora, clima e água, não são apenas meras fontes de recurso, mas interagem estreitamente com a comunidade, criando um ambiente favorável para os pressupostos da sustentabilidade. Além de “vetor de promoção local, a Indicação Geográfica (IG) é alavanca propulsora da sustentabilidade que se faz necessária ao desenvolvimento econômico” (Cardieri, 2013, p. 21). Em um contexto de respeito ao meio ambiente, a cultura local e ao desenvolvimento sustentável, as IGs ganham importância no Brasil.

A produção de alimentos causa grandes impactos nas alterações climáticas, na biodiversidade e nos recursos ambientais (Schader et al., 2014). Consumidores e outras partes interessadas esperam mais das Indicações Geográficas em termos de sustentabilidade, tendo em vista que o valor de um determinado produto de origem não está apenas em sua qualidade, mas no seu compromisso com a sustentabilidade. Por outro lado, em razão da presença de instituições e de uma governança robusta, as IGs reúnem condições de implantar protocolos de sustentabilidade, gerando credibilidade junto aos consumidores.

Samper e Quiñones-Ruiz (2017) propõem que as IGs utilizem a sustentabilidade como estrutura base, de forma a criar um diferencial para regiões que tem um histórico sustentável. Além da reputação de boa qualidade, uma região reconhecida com IG necessita expandir seus diferenciais por meios de indicadores transparentes de sustentabilidade.

Anjos, Criado e Caldas (2013) também defendem a tese que as IGs são um importante instrumento para o desenvolvimento de regiões rurais e colocam a identidade cultural no centro das estratégias.

Uma IG traz benefícios tanto para o produtor como para o consumidor e para a região em termos de sustentabilidade. Brasil (2014) sinaliza os seguintes benefícios de uma IG:

- a) Agregação de valor ao produto. Os produtos de origem conseguem melhor preço de venda. Em geral, os produtos das IGs europeias tem um valor superior entre 10% e 15%;

- b) Maior competitividade da cadeia produtiva. A presença de regras coletivas, a incorporação de inovações e as relações equilibradas nas cadeias produtivas em razão de uma governança local a torna mais competitiva;
- c) Novas oportunidades para regiões pobres ou desfavorecidas, onde os produtores não tem condições de reduzir o custo. Desta forma, tem como alternativa a valorização da qualidade e do conhecimento local;
- d) Região de produção mais atrativa, podendo ocorrer uma valorização das terras agrícolas e atração de empresas. Assim, traz novas perspectivas para os jovens permanecerem na região;
- e) Sinergia entre produto com IG e outras atividades da região. Uma IG não beneficia somente os atores da cadeia produtiva diretamente envolvida. Ela fortalece atividades e serviços complementares que estão ligadas à valorização do patrimônio e às atividades turísticas, eventos culturais e gastronômicos;
- f) O orgulho pelo produto, pela região, pela identidade e por fazer parte da iniciativa coletiva;
- g) Preservação e valorização do patrimônio biológico e cultural. Muitas IGs estão pautadas em recursos genéticos locais e contribuem para conservar o patrimônio agrícola, gastronômico, artesanal e cultural;
- h) Imagem de qualidade excelência. As IGs despertam sensações gustativas originais e evocam imagens de paisagens agrícolas emblemáticas e/ou de raças animais específicas da região que tem ligação estreita com a IG;
- i) Uma resposta aos desafios da sustentabilidade ecológica do território, pois a qualidade de uma IG não se restringe apenas ao produto. Ela estrutura regras coletivas de preservação do meio ambiente, do homem com sua organização, história e cultura.

2.4 TRABALHOS DE PESQUISA RELACIONADOS

Flores (2011) aborda a maneira que os principais atores do território do Vinho da Campanha Gaúcha se estruturam na busca pela IG e a convergência dessa configuração com as dimensões do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) – política, social, ambiental, econômica e territorial. Definiram-se três grandes grupos de atores - vitivinicultura corporativa, os novos empreendedores e os produtores independentes, com o objetivo de analisar os atores e as relações estabelecidas para cada um dos cinco princípios do DTS. Conforme apontado na conclusão do trabalho, a ausência de indicadores dificultou detalhar mais os aspectos levantados.

O estudo de caso desenvolvido por Cardieri (2013) teve como objetivo demonstrar o impacto da Indicação de Procedência da Região de Salinas para o Desenvolvimento Sustentável. Por serem consideradas relevantes, as IGs de Paraty e do Vale dos Vinhedos foram pesquisadas. Complementando a pesquisa qualitativa, obteve-se nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil os indicadores a serem comparados entre as três IGs nas dimensões ambiental, econômica e social. Nas três regiões, observou-se uma melhoria nos indicadores avaliados e como consequência na qualidade de vida. No entanto, o estudo não avalia até que ponto tais avanços positivos são decorrentes da mobilização coletiva em torno das IGs ou de outras iniciativas ou políticas públicas do território.

Por ser desencadeadora de processos de desenvolvimento, Ramos (2015) ressalta a importância de estudos que relacionem as IGs com o aspecto ambiental. A pesquisa teve como objetivo analisar o papel da IG dentro do contexto da sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe, em Santa Catarina. A sustentabilidade do território foi caracterizada com base nos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, propostos pelo IBGE. É abordado o conceito da cesta de bens e serviços em que um produto principal, o da IG, tem a função de atrair consumidores que valorizam o território. A cesta é uma combinação de bens privados e públicos e podem ser representados por paisagens, pelo clima, e também investimentos públicos.

Almeida (2014) não relacionou diretamente o tema da sustentabilidade com a IG. A percepção histórica, cultural e econômica dos atores envolvidos na cadeia produtiva do Doce de Pelotas foi o foco do estudo. Para tanto, foram aplicados questionários aos consumidores e entrevistas dirigidas as doceiras na Feira Nacional do Doce (Fenadoce). O estudo demonstrou que tanto as doceiras são beneficiadas pelo sucesso comercial, quanto os consumidores são beneficiados por estarem adquirindo um produto que mantém rigorosamente as receitas originais. As conclusões revelaram ainda que os consumidores são mais influenciados pelo paladar e pela beleza dos doces; o preço teve papel secundário nos resultados da pesquisa. A IG é percebida como um selo de garantia da qualidade e em razão da tradição das receitas, também foi relacionada como uma forma de resgate histórico-cultural.

Brandão (2014 p.64) enfatiza a relação entre IG e estratégia, “cada vez mais interligada no contexto atual”. O estudo utilizou o plano de ação do Sebrae para implantação da IG Panela de Barro de Goiabeiras, no Espírito Santo. Verificou-se que é significativo o número de instituições preocupadas com a proteção e disseminação da IG. Porém, constatou-se uma falta de integração entre as ações dos diversos parceiros, cada um desenvolvendo seu plano individualmente. As ações desenvolvidas pelas entidades foram confrontadas com a percepção das paneleiras e o resultado demonstrou que muitas ações desenvolvidas foram em função dos interesses das instituições, por conseguinte não se obteve o envolvimento das paneleiras.

A IG é considerada como instrumento de apoio à gestão da sustentabilidade em Cardieri (2013 p. 22), uma vez que “os pressupostos de sustentabilidade são implícitos às rotinas peculiares aos objetos de uma IG”. Na perspectiva da sustentabilidade, a IG reúne as condições e o ambiente propício para o desenvolvimento do território, podendo ser importante aliada, principalmente nos territórios em que os recursos naturais oferecem potencial valor econômico.

A importância das instituições nos processos de consolidação de uma IG é amplamente notada nas dissertações analisadas. Brandão (2014) traz à tona o apoio institucional para as iniciativas que buscam o registro da IG no INPI.

Ramos (2015) enfatiza a necessidade de articulação entre os atores e setores da sociedade com diferentes interesses para criar um projeto de desenvolvimento do território e coloca a cesta de bens e serviços como um desencadeador desse processo de articulação. Traz como exemplo de articulação, o vasto sistema institucional e técnico

que ancora as IGs na França. Nesse ambiente, as instituições são relevantes para apoiar os produtores e estabelecer as formas de controle.

Na Campanha Gaúcha, observou-se o início de uma articulação entre os atores, evidenciado pela criação da associação dos produtores de vinhos finos e na iniciativa pela busca da IG. Flores (2011) põe em foco o posicionamento das instituições com relação às dimensões da sustentabilidade.

Flores (2011) relata que a Associação de Produtores de Vinhos Finos da Campanha Gaúcha foi formada em abril de 2010, com o objetivo principal de buscar a IG. Conforme INPI (2018), na planilha de acompanhamento dos pedidos/registros de IGs, a associação somente veio a protocolar o depósito da solicitação de registro em 21 de dezembro de 2017.

A IG proporciona uma governança validada localmente. Referindo-se aos atores locais, Cardieri (2013) coloca as associações como representantes da IG. A soma de esforços entre as associações e outros atores locais torna-se uma ferramenta promotora do desenvolvimento sustentável.

No que tange às associações, essa forma de ação coletiva é considerada de grande importância nos processos de busca ou consolidação da IG analisados. A IG promove o associativismo já nos critérios de concessão. Cardieri (2013) recorda que por força da Resolução do INPI 75/2000, “podem requerer a proteção associações, institutos e pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico e estabelecidas no respectivo território”.

Para Flores (2011), as associações assumem relevância na integração entre produtores e empresas. O estudo mapeou que associações realizam o papel de compartilhamento dos serviços de distribuição e da utilização dos pulverizadores na produção de uva. Em Brandão (2014), também se verificou que a associação proporciona o compartilhamento de estruturas e serviços como o barracão, sacolas e da organização da festa das paneleiras.

Ainda sobre a importância das instituições de apoio em ações coletivas que envolvem as IG, verificou-se uma forte presença do Sebrae nos trabalhos estudados sobre IGs no Brasil.

Flores (2011) faz referência à importância do Sebrae na implementação de projetos para dinamizar sistemas locais e traz como exemplo os projetos desenvolvidos nas ações coletivas dos APLs. No caso dos Vinhos da Campanha, os apoios mapeados

foram na promoção da região como referência na produção de vinhos finos, ações de qualificação técnica, qualificação na gestão e acesso a mercado, articulação para busca da IG e constituição da associação.

Almeida (2014) aponta que o Sebrae desencadeou a iniciativa para a busca do selo de origem na região de Pelotas. O tipo de apoio ofertado pelo Sebrae mapeado no caso foi o envolvimento de diversos atores locais no processo de registro e a aproximação com as doceiras, trazendo a proposta de se especializarem para divulgar a produção.

Em Cardieri (2013), o apoio dado pelo Sebrae está relacionado a um projeto de suporte à Associação dos Produtores Artesanais da Cachaça de Salinas, na busca pela IG, na elaboração do regulamento de uso, na gestão do conselho regulador, no desenvolvimento da identidade visual da IP Região de Salinas e na realização do Festival Mundial da Cachaça.

Ramos (2015) indica que o Sebrae apoiou na criação da Progoethe, Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe. A associação é responsável por elevar o produto da região à excelência e por buscar o reconhecimento da qualidade e características exclusivas dos vinhos produzidos por meio da IG.

Brandão (2014) posiciona o Sebrae, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa e INPI, como importantes instituições brasileiras que promovem a sustentabilidade das IGs junto aos produtores e consumidores, realizando ações de apoio à proteção do saber fazer e conseqüentemente, dos produtos tradicionais das regiões.

Uma das primeiras ações do Sebrae na iniciativa coletiva foi em 2003, com o mapeamento de produtos e serviços com potencial para reconhecimento como IG no estado do Espírito Santo. Apoiado nos pilares da melhoria do processo de produção, da promoção do produto e da sustentabilidade do processo; o estímulo à implantação da IG para as panelas de barro prosseguiu com a realização de três projetos que focaram desde a organização da documentação para o registro no INPI até o desenvolvimento do marketing, gestão e fortalecimento da marca (Brandão, 2014).

Outras formas de apoio oferecidas pelo Sebrae levantadas no caso das paneleiras de Goiabeiras, na grande Vitória, foram a participação em missões para ampliação do conhecimento sobre IG, realização de eventos, feiras, organização da festa das paneleiras, patrocínios, divulgação do produto IG, capacitações para melhoria da qualidade, melhoria da embalagem, da profissionalização da gestão, apoio tecnológico por meio do Sebraetec.

O Sebrae também fornece apoio no desenvolvimento da estrutura de controle da qualidade das painéis para receber o selo e ações de incentivo ao empoderamento da iniciativa pela entidade gestora da IG, além de estimular a Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) para implantar norma técnica sobre um sistema de gestão das IGs (Brandão, 2014).

Brandão (2014) identificou que as paineleiras não participaram da elaboração do plano de ação do Sebrae, gerando um distanciamento desses importantes atores em relação ao projeto proposto. Tal fato foi evidenciado pela baixa participação das paineleiras nas capacitações disponibilizadas pelo Sebrae.

O estudo de caso da Coofamel teve importante participação do Sebrae. As contribuições oferecidas pela instituição para a apicultura serão detalhadas nos resultados da pesquisa.

O Sebrae também foi referenciado como fontes de pesquisa documental e bibliográfica sobre associativismo e IG nos estudos analisados. Os métodos de mensurar a sustentabilidade foram abordados nas pesquisas. Conforme exposto na revisão da literatura, a Agenda 21 e o Relatório Brundtland foram iniciativas que estimularam o desenvolvimento de indicadores para avaliar a sustentabilidade. Cardieri (2013) e Ramos (2015) utilizaram como base os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) propostos pelo IBGE para caracterização da sustentabilidade ambiental dos Vales da Uva Goethe e para subsidiar a avaliação da sustentabilidade na região de Salinas, respectivamente.

Ramos (2015) sugere a incorporação de indicadores de desenvolvimento sustentável, a exemplo do IDS, elaborado pelo IBGE, para suprir a ausência de um norteador para avaliar o desenvolvimento do território. Esses indicadores teriam a função de nortear a IG para transformá-la, de fato, em uma potencializadora do desenvolvimento. A proposta da incorporação de indicadores não seria tornar o processo engessado, mas “esclarecer aos próprios requerentes das IG’s, quais aspectos da sustentabilidade ambiental (e também econômica e social), deveriam ser considerados para que o produto pudesse colaborar de forma mais efetiva para o desenvolvimento de seu respectivo território” (Ramos, 2015, p. 52).

Cardieri (2013) evidenciou o estágio embrionário das IGs brasileiras em razão da ausência de indicadores que possibilitem aferir a consecução de seus objetivos. Sinaliza

a necessidade da construção de indicadores e da realização de *benchmarking* para avaliar o desempenho das IGs.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados nas pesquisas, observa-se que o estudo de caso foi o método utilizado em todas as pesquisas analisadas. O Quadro 1 apresenta os métodos, a forma de abordagem e fontes de coletas dos dados primários e secundários.

Autores	Método	Abordagem	Fontes de coleta de dados primários	Fontes de coleta de dados secundários
Almeida (2014)	estudo de caso	qualitativa e quantitativa	aplicação de questionários a consumidores e entrevista nas doceiras	pesquisa bibliográfica e documental
Brandão (2014)	estudo de caso	qualitativa	entrevistas com os agentes de políticas públicas e entrevistas com as Paneleiras de Goiabeiras	pesquisa bibliográfica, pesquisa no plano de ação desenvolvido pelo Sebrae ES e Nacional, o Livro dos Saberes do IPHAN, relatórios produzidos pelos consultores do Sebrae/ES, artigos de revistas e jornais
Flores (2011)	estudo de caso	qualitativa	observação direta, observação participante, entrevistas semi-estruturadas	pesquisa bibliográfica e documentos, registro de arquivos e revistas
Cardieri (2013)	estudo de caso	qualitativa	entrevistas semi-estruturadas	pesquisa bibliográfica, sitio IBGE, legislação, relatórios disponibilizados pelo INPI, Relatórios Técnicos e Manuais de Boas Práticas, legislação específica, portal INPI,
Ramos (2015)	estudo de caso	qualitativa e quantitativa	observação e aplicação de entrevistas e questionário semi-estruturadas aos principais atores identificado	pesquisa bibliográfica e coleta de dados em órgãos públicos e privados (CIDASC, Epagri, IBGE, FATMA, ACP do Carvão, CIDASC Urussanga, Fiesc, INPI)

Quadro 1. Métodos, abordagem e fontes de coletas dos dados primários e secundários das dissertações analisadas

Fonte: elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A fim de atender aos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva, sendo desenvolvida a partir de um estudo de caso.

Em relação à abordagem quantitativa, levantaram-se as características sob a forma de dados estatísticos. Já, acerca da análise qualitativa, a pesquisa aprofundou a investigação na natureza do fenômeno social. Para Richardson (2007), a pesquisa qualitativa possibilita o entendimento em maior profundidade das particularidades que envolvem o comportamento dos indivíduos. Em razão dos objetivos propostos, que necessitam de análises aprofundadas sobre a realidade coletiva do grupo objeto de estudo, considera-se a abordagem qualitativa desta pesquisa como adequada.

Propõe-se o caráter descritivo para o estudo. Para Gil (1999), as pesquisas descritivas objetivam descrever as características de um determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Ainda conforme o autor, por vezes, este tipo de pesquisa vai além de descrever as variáveis, se aproxima da pesquisa explicativa ao buscar determinar a natureza dessa relação.

Quanto aos meios, caracterizou-se como bibliográfica, de campo e estudo de caso. Adotou-se o estudo de caso como parte da estratégia para se chegar ao objetivo, pois esse método permite descrever o contexto da investigação e explicar variáveis causais de determinado fenômeno, podendo ser utilizado em pesquisas descritivas e explicativas (Gil, 1999). O estudo de caso proporciona o conhecimento amplo e detalhado do objeto em análise. É caracterizado por ser um estudo profundo e exaustivo. Contudo, uma das limitações desse método, é que a análise de um único caso não é suficiente para generalização.

Assim, tem-se como unidade de análise o caso da iniciativa coletiva protagonizada pela Coofamel na apicultura do Oeste parananense para compreender as características das ações coletivas e a sua relação com a sustentabilidade. Escolheu-se este caso também, pela IG do Oeste do Paraná ser a única desta região do estado, reconhecida oficialmente pelo INPI. Portanto, este estudo poderia fornecer informações

relevantes para outras iniciativas coletivas desta região que possam ter o interesse de buscar o reconhecimento como IG.

A pesquisa de campo para a coleta de dados primários foi realizada por meio da observação e da aplicação de entrevista estruturada junto ao presidente da Coofamel e de questionários, aplicados aos parceiros e apicultores cooperados. Mensagens eletrônicas por e-mail e Whatsapp, além de contatos telefônicos, foram utilizadas para esclarecimentos necessários de forma a ampliar o entendimento acerca dos dados obtidos nos questionários, os quais foram registrados no diário de campo deste estudo.

Os dados secundários foram adquiridos por meio da pesquisa em registros e arquivos da Coofamel e das instituições parceiras que atuaram diretamente no processo de preparação para obtenção do reconhecimento como IG. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à consulta ao portal do INPI e à legislação vigente pertinente ao tema relacionado às IGs.

O período de coleta de dados foi de maio de 2017 a julho de 2018. As fontes para coleta dos dados secundários, bem como os instrumentos utilizados e os procedimentos de análise serão aprofundados na sequência. Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo são resumidos na Figura 2.

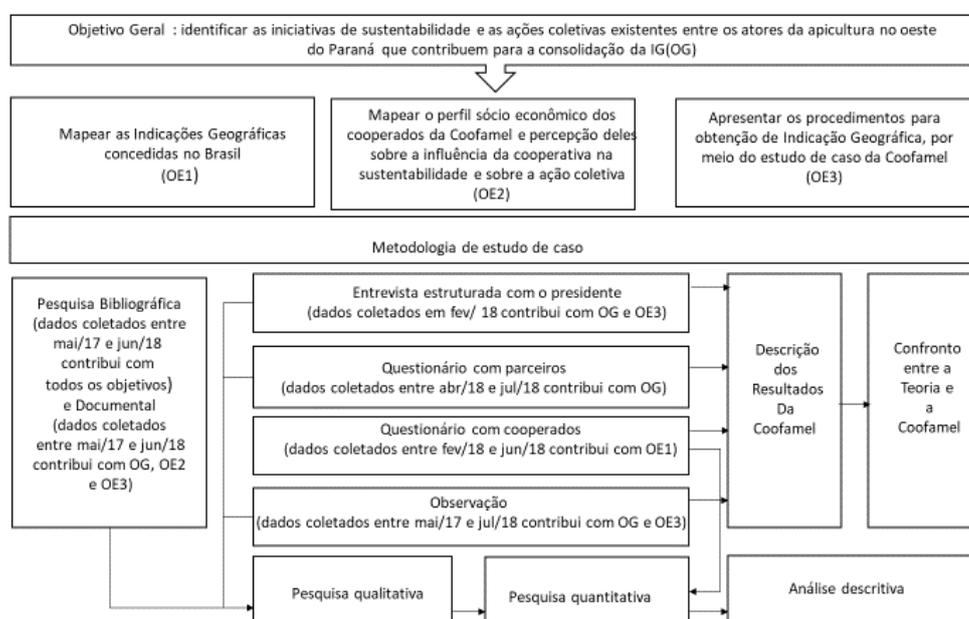


Figura 2. Metodologia do Estudo
Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Os dados secundários deste estudo foram adquiridos por meio da revisão da literatura e pesquisa documental. O arcabouço teórico, levantado em livros, teses, dissertações e artigos científicos, forneceu subsídios para identificar as variáveis analisadas no estudo. Ainda assim, buscou-se reforçar a estrutura teórica. Para tanto, a pesquisa documental foi incrementada à revisão da literatura.

A pesquisa documental levantou dados principalmente em materiais da Coofamel e do Sebrae/PR. Obteve-se amplo acesso ao acervo documental reunido para o processo de obtenção da IG, tanto ao material disponível no portal do INPI, quanto em atas de reuniões, de assembleias, relatórios de eventos, projetos, reportagens, fotografias, vídeos, entre outros.

A investigação recorreu à legislação, a Lei de Propriedade Intelectual (LPI) – Lei nº 9.279/1996 foi especialmente analisada.

No levantamento das IGs reconhecidas no Brasil, recorreu-se principalmente ao portal do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Nesse endereço, também se buscaram informações sobre portarias pertinentes ao registro de IGs no Brasil.

Os dados primários, os mais relevantes desse estudo, foram coletados em momentos distintos. Primeiro, foi aplicada entrevista estruturada junto ao presidente da Coofamel, entidade representante da IG. Posteriormente, os representantes das principais instituições de apoio à apicultura do Oeste do Paraná também responderam um questionário. Estes parceiros foram mapeados no questionário preenchido pelo presidente, na pesquisa bibliográfica e principalmente na documental. O estudo levantou dados fornecidos diretamente pelos produtores, por meio de um questionário estruturado.

Considerou-se importante incluir neste trabalho as observações feitas em eventos técnicos, confraternizações, visitas, reuniões e viagens com os apicultores e parceiros da apicultura, sobretudo os que participaram do processo de obtenção da IG. As observações ocorreram a partir das diversas formas de interação relacionadas acima, no período do estudo, de maio de 2017 a julho de 2018. A fim de reter o máximo de informações possível, foram registradas por fotos, relatórios e em caderno de campo da pesquisa. Foram úteis para identificar as principais instituições de apoio à apicultura e sua contribuição com a sustentabilidade. Conforme afirma Minayo (2003), este método

permite coletar dado dos atores em seu próprio contexto, proporcionando maior contato com o fenômeno estudado.

3.2.1 Entrevista estruturada com o Presidente

O instrumento de coleta de dados preenchido pelo Presidente da Cooperativa (APÊNDICE I) objetivou o mapeamento das instituições de apoio na apicultura da região Oeste do estado, sobretudo aquelas que atuaram diretamente no processo de busca do reconhecimento da IG. Possibilitou também identificar qual a contribuição de cada parceiro.

A entrevista consiste no preenchimento de uma matriz com três colunas de questões abertas: uma para descrição do nome do parceiro, a segunda para descrição do apoio dado à apicultura e a última para preenchimento com os dados do representante da instituição e desde que ano oferece apoio ao segmento. Durante o período de coleta de dados sempre que necessário complementar informações, foram enviados questionamentos por e-mail e WhatsApp, além de contatos telefônicos e reuniões presenciais com o Presidente.

3.2.2 Questionário aplicado aos parceiros

Entre abril e julho de 2018, foram coletados dados junto às instituições do Oeste paranaense que oferecem apoio à apicultura, por meio de um questionário contendo cinco questões abertas (APÊNDICE II). A coleta de dados foi feita por e-mail enviado ao representante da instituição, em visitas ou após reuniões de trabalho e outros eventos, dos quais os representantes das instituições participaram. O objetivo da aplicação desse instrumento foi explorar a contribuição de cada ator com a sustentabilidade.

O questionário foi enviado por e-mail para os representantes das seguintes instituições: Associação Comercial e Empresarial de Entre Rios (Acier); Associação Comercial e Empresarial de Santa Helena (Acisa); Associação de Apicultores de Cascavel (Apivel); Associação de Apicultores de Marechal Cândido Rondon (Apioeste);

Associação de Apicultores de Palotina; Associação de Apicultores de Santa Helena (Apisa); Associação de Apicultores de Terra Roxa (Apiterra); Associação de Apicultores de Toledo (Apitol); Associação de Apicultores de Vera Cruz do Oeste (Apiveco); Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa); Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore); Federação Paranaense de Apicultores (Fepa); Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Itaipu Binacional; Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar); Parque Tecnológico Itaipu (PTI); Prefeitura de Santa Helena; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A resposta foi voluntária, desses 24 parceiros que oferecem apoio à apicultura na região Oeste do Paraná mapeadas, 10 responderam ao questionário.

3.2.3 Questionário aplicado aos cooperados

A fim de mapear o perfil socioeconômico dos cooperados da Coofamel e suas percepções sobre a sustentabilidade, ação coletiva e IG, um questionário entre fevereiro e junho de 2018 foi aplicado (APÊNDICE 3).

Desenvolvido a partir da consolidação da revisão da literatura, o instrumento aplicado nos cooperados foi composto por 36 questões divididas em 03 conjuntos: o primeiro conjunto “Caracterização dos produtores” foi composto por 07 questões que levantaram o gênero; a idade; o grau de instrução, a renda familiar; do total da renda familiar, qual percentual é proveniente do mel; a quantidade de colméias de abelha Apis; a quantidade de colméias de abelha Jataí e o ano de filiação na Coofamel. Dez perguntas formaram o segundo conjunto “Sustentabilidade”. O conjunto seguinte “Indicações Geográficas” foi formado por 08 questões. O questionário finaliza com o conjunto “Ações coletivas”, que teve 11 questões.

As questões do segundo ao quarto conjunto (de 08 a 34) foram formuladas com base na escala Likert, com 5 níveis. Para as questões de 08 a 31, os níveis variavam de “Concordo totalmente a Discordo totalmente”. Para as questões 32, 33 e 34 de “Sempre” a “Nunca”. A trigésima quinta pergunta, de múltipla escolha, solicitou que o cooperado

respondesse qual o principal benefício oferecido pela cooperativa, optando por apenas uma, entre cinco opções dadas. Na última questão, de número 36, para cada variável apresentada (informações sobre o aumento da qualidade, aumento da produtividade, meio ambiente e vegetação, mercado do mel e rastreabilidade e boas práticas de produção) foi solicitado que assinalasse se tal fonte de informação era proveniente de outro apicultor ou de técnicos e parceiros. Ao final do questionário, abriu-se um espaço para observações e avaliação do próprio questionário.

No dia 07 de fevereiro de 2018 foi aplicado um pré-teste deste questionário com dois técnicos da cooperativa e cinco apicultores cooperados, que participavam de um evento agropecuário em Cascavel, o Show Rural. A duração média para preenchimento do questionário foi de dez minutos. Não houve necessidade de alteração no questionário, que foi desenvolvido para ser aplicado com o auxílio de um entrevistador.

Para a caracterização da amostra, convém mencionar que a Coofamel tem em seu quadro associativo 246 cooperados (Figura 3). Até o ano de 2014, para ser filiado à cooperativa era necessário ser apicultor ou meliponicultor. Para atender aos programas institucionais de aquisição de alimentos, a cooperativa alterou o estatuto e passou a se chamar Cooperativa Agrofamiliar Solidária do Oeste, abrindo para pequenos produtores que trabalham com outras atividades.

Do total de cooperados, cento e noventa e oito são apicultores ou meliponicultores (Figura 3). Para receber o Selo com o signo da IP Mel do Oeste do Paraná, um dos requisitos a ser cumprido é estar localizando dentro da área de abrangência da IG. Por esta razão, a pesquisa buscou levantar a percepção dos cooperados que são apicultores ou meliponicultores e que estão localizados na área de abrangência da IG.

Os cinquenta municípios do Oeste do Paraná que fazem parte da área delimitada são: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupassi e Vera Cruz do Oeste.

A escolha por coletar dados exclusivamente dos apicultores e dos meliponicultores se deve em razão da IG ter sido concedida apenas para os méis das abelhas Apis e Jataí. Portanto, os demais produtos comercializados pela cooperativa, mesmo que produzidos por associados que estão dentro da área definida da IG, não poderão ser considerados como produtos de origem.

Assim, o questionário foi aplicado somente à população-alvo (Figura 3), ou seja, aos cooperados que atendem aos requisitos de estarem dentro da área delimitada da IG e que são apicultores ou meliponicultores, sendo o número de cento e oitenta cooperados. Desse total, cento e quarenta e três responderam ao questionário. O questionário foi aplicado individualmente com cada cooperado por três técnicos da Biolabore, instituição parceira da Coofamel que presta assistência técnica na apicultura e meliponicultura, durante as visitas de atendimento no período da pesquisa. Também foram coletados dados pela gerente da Coofamel nos cooperados-alvo que visitaram a sede da cooperativa no período de coleta.



Figura 3. Número de cooperados, população-alvo e amostra coletada

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Conforme Barbetta et al. (2004), assumindo-se uma população de 180 cooperados e uma amostra de 143 questionários, obtem-se uma margem de erro de 4% e um de nível de confiança de 95%.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os resultados dos questionários realizados junto ao presidente e com os parceiros foram analisados de forma qualitativa, partindo do estudo comparativo dos conceitos e aplicações relacionadas ao tema.

A partir da confrontação dos dados coletados e do referencial teórico, foram desenvolvidos quadros comparativos para análise, contendo a síntese do conteúdo adquirido nos questionários e as teorias que embasaram as categorias de análise.

No processo de observação, a cada interação com um ator envolvido na pesquisa buscou-se efetuar registros dos pontos relevantes, permitindo a realização de uma análise complementar dos dados qualitativos obtidos.

Os dados coletados por meio dos questionários junto aos cooperados foram organizados, utilizando uma planilha do Microsoft Excel, que auxiliou na tabulação e análise dos dados.

Para o mapeamento das IGs brasileiras, os dados obtidos a partir do portal do INPI foram inseridos e tabulados também utilizando os recursos do o Microsoft Excel

Foram efetuados procedimentos de estatística descritiva para verificar o perfil socioeconômico dos cooperados e suas percepções sobre a sustentabilidade, ação coletiva e IG.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão abordados os resultados da pesquisa. Será apresentado o mapeamento das IGs no Brasil e o perfil socioeconômico dos cooperados, a percepção deles acerca da sustentabilidade e da ação coletiva. Também será descrita a ação coletiva da apicultura no Oeste do Paraná e como a ação coletiva e a sustentabilidade formaram a base para a Indicação de Procedência Oeste do Paraná. Finalizando o presente tópico, a caminhada dos produtores, cooperativa e parceiros em busca pelo reconhecimento da IG é exposta.

4.1 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO BRASIL

De acordo com o portal do INPI, até julho de 2018 havia sido concedido o registro de Indicação Geográfica (IG) a cinquenta e nove produtos nacionais, sendo quarenta e cinco delas para produtos relacionados ao agronegócio, tais como carne bovina, cachaças, cacau, frutas, arroz, café, camarão, queijos, biscoitos, mel, própolis vermelha e seu extrato.

As demais IGs do Brasil são de produtos ligados à mineração, calçados, doces, artesanato e serviços. Destaca-se que a única IG de serviços é a do Porto Digital, em Pernambuco, para serviços de tecnologia da informação.

De acordo com Brasil (2014), na Europa não é comum a proteção de serviços. Diferente do continente reconhecido como o berço das IGs, a Lei 9.279/96 permite que serviços sejam reconhecidos como IP ou DO no país. Esta característica da legislação brasileira, pode ser vista como uma oportunidade a ser explorada para serviços de turismo e hospedagem, sobretudo no meio rural.

No território nacional, vinte e um estados possuem Indicação Geográfica. Com dez registros, o Rio Grande do Sul é o maior estado em número de Indicações Geográficas, em seguida está Minas Gerais com nove. O Paraná ocupa a terceira posição com sete Indicações Geográficas (INPI, 2018).

Basicamente as IGs estão agrupadas em duas categorias no Brasil. Dos 5.570 municípios brasileiros, 1.179 estão em área de abrangência de alguma IG. Um

detalhamento da distribuição das IPs e DOs brasileiras por município é apresentada na Tabela 1. Nota-se que 1028 (87,2%) municípios tem Indicação de Procedência (IP) e 151 (12,8%) dos municípios tem Denominação de Origem (DO).

O estado de Minas Gerais é o que possui o maior número de municípios localizados em área de IG. Em segundo lugar estão os estados da Paraíba e Piauí. Em terceiro a Bahia. Nos estados da Paraíba e Piauí, a totalidade dos municípios é abrangida respectivamente pela IP de produtos têxteis de algodão natural colorido e pela IP da Cajuína.

O Paraná encontra-se na quinta posição entre os estados que tem o maior número de municípios localizados em área delimitada de IG. O estado possui cento e cinco municípios com IG, sendo um com DO e cento e quatro com IP.

Tabela 1

Distribuição das Indicações Geográficas brasileiras entre os municípios por Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP)

Estados	Indicação Geográfica (IG)		Tipo de IG			
	Total Municípios	Total Municípios (%)	IP	IP(%)	DO	DO(%)
MG	244	20,70%	132	11,20%	112	9,50%
PI	223	18,91%	223	18,91%		
PB	223	18,91%	223	18,91%		
BA	110	9,33%	110	9,33%		
PR	105	8,91%	104	8,82%	1	
RS	80	6,79%	68	5,77%	12	1,02%
PE	70	5,94%	70	5,94%		
SP	23	1,95%	23	1,95%		
AL	19	1,61%	6	0,51%	13	1,10%
RN	13	1,10%	13	1,10%		
RJ	11	0,93%	1	0,08%	10	0,85%
MS	10	0,85%	10	0,85%		
ES	9	0,76%	9	0,76%		
SC	8	0,68%	8	0,68%		
TO	8	0,68%	8	0,68%		
MT	7	0,59%	7	0,59%		
AC	5	0,42%	5	0,42%		
GO	4	0,34%	4	0,34%		
CE	3	0,25%		0,00%	3	0,25%
AM	3	0,25%	3	0,25%		
SE	1	0,08%	1	0,08%		
Total	1179	100%	1028	87,2%	151	12,8%

DO: Denominação de Origem; IP: Indicação de Procedência

Fonte: elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

A Figura 4 apresenta uma visualização da distribuição das DOs e IPs no Brasil. É possível observar que todas as regiões do país possuem produtos de origem.

A ilustração possibilita constatar que a área de municípios com IP é significativamente superior a área com DO. Brasil (2014) apresenta uma razão plausível para tamanha diferença na extensão territorial entre as duas modalidades de IG ao resumir que a diferença entre ambas é que a IP exige somente notoriedade do local. Uma DO, por sua vez, prescreve a evidenciação de elementos que comprovem que o produto possui qualidade que se deve essencialmente ao local.

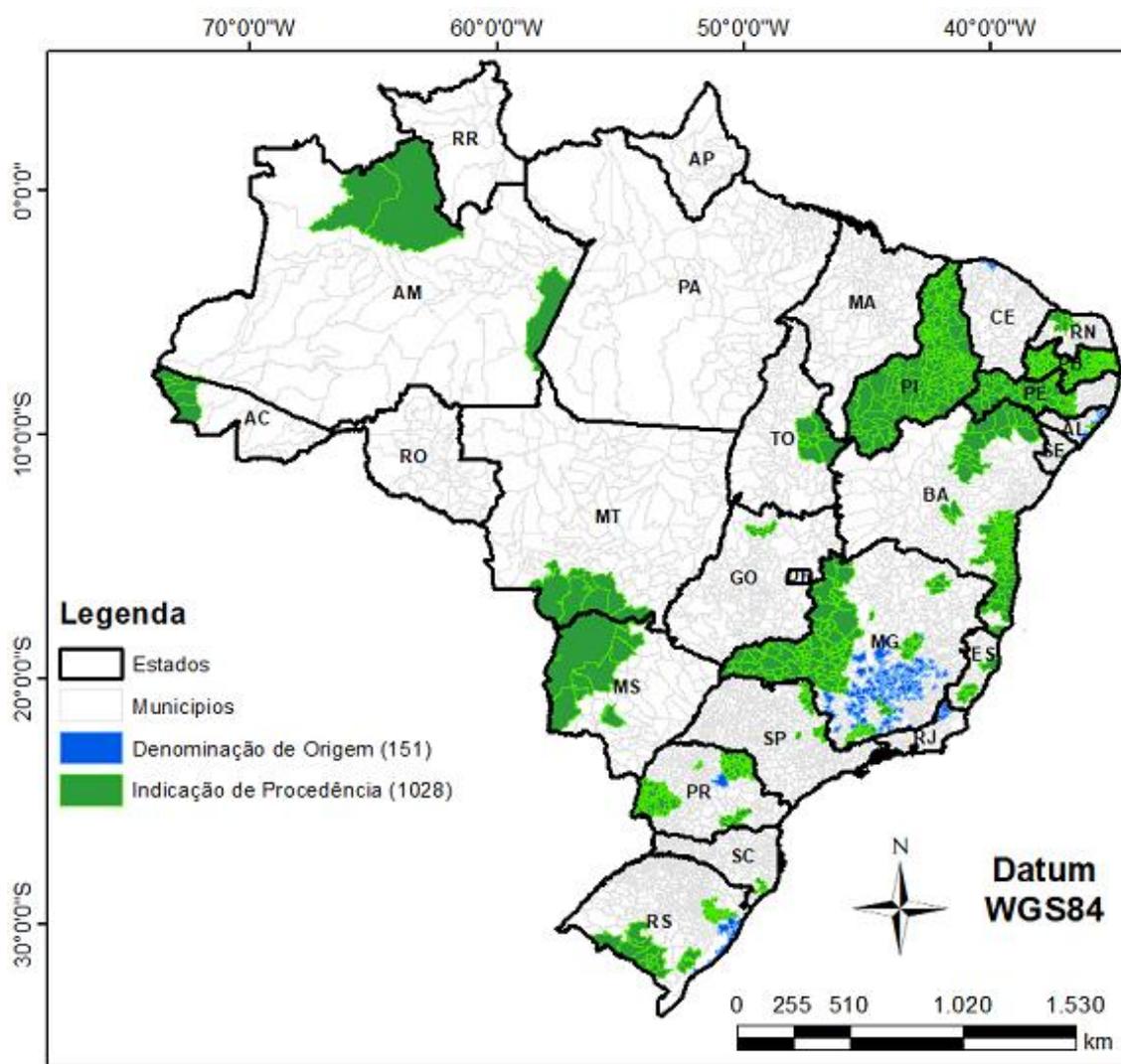


Figura 4. Mapa de localização das por Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP) brasileiras

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

A Figura 5 ilustra a distribuição das IGs brasileiras por tipo de produto. Em razão da grande variedade de produtos com IG, para facilitar a visualização, alguns produtos foram agrupados

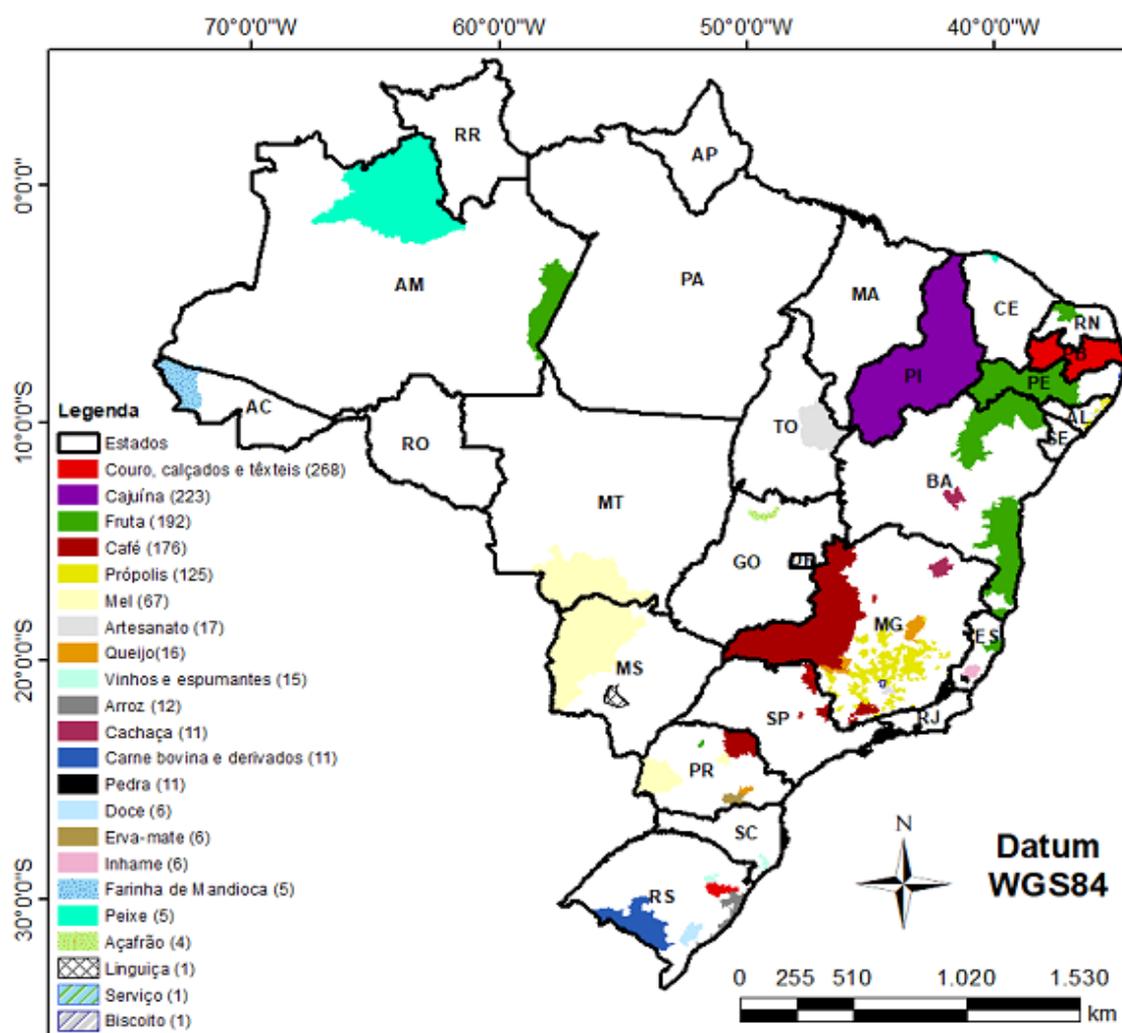


Figura 5. Mapa de localização das Indicações Geográficas brasileira por tipo de produto comercializado

Fonte: Elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

De acordo com INPI (2018), em se tratando de produtos da colmeia, são cinco IGs no país. A própolis vermelha e seu extrato, produzido nos manguezais de Alagoas foram os primeiros produtos a serem reconhecidos como Indicação Geográfica no Brasil. O reconhecimento, concedido para União dos Produtores de Própolis do Estado de Alagoas foi como DO em 2012.

Cronologicamente, o mel do Pantanal, no Mato Grosso do Sul, foi a segunda IG de produtos provenientes da colmeia a ser reconhecida oficialmente. A IP Pantanal teve o registro concedido em 2015, sendo o Conselho das Cooperativas, Associações, Entrepósitos e Empresas de Afins a Apicultura do Pantanal do Brasil, entidade representativa (INPI, 2018).

Também no ano de 2015, o Mel de Ortigueira, no Paraná, foi reconhecido como DO. A entidade que representa os atores locais é a Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel (INPI, 2018).

Em 2016, foi concedido à Federação Mineira de Apicultura o reconhecimento como representante da Indicação Geográfica da Própolis Verde de Minas Gerais (INPI, 2018).

Conforme INPI (2018), a IP Oeste do Paraná foi reconhecida em 2017, para os méis de abelha Africanizada e Jataí. A Coofamel é a representante dos produtores da IG.

Observa uma grande variedade de produtos com IG no Brasil. A última Indicação Geográfica oficializada no território brasileiro foi concedida para a Associação dos Produtores de Socol de Venda Nova do Imigrante, no Espírito Santo, em junho de 2018 (INPI, 2018).

A Tabela 2 detalha os produtos brasileiros com IG e a quantidade de municípios que eles estão localizados.

No Paraná, a Primeira Indicação Geográfica concedida foi para a Indicação de Procedência dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro, em 2012. Atualmente, são seis registros concedidos, sendo um para Denominação de Origem e seis para Indicação de Procedência (INPI, 2017).

Conforme apresentado no Quadro 2, as Indicações Geográficas paranaenses são: Cafés Especiais do Norte Pioneiro, Mel de Ortigueira, Goiaba de Carlópolis, Uvas finas de Marialva, Erva-mate de São Mateus do Sul, Mel do Oeste do Paraná e o Queijo da Colônia Witmarsum.

Tabela 2

Produtos com Indicações Geográficas por municípios brasileiros

Produto	Nº de municípios	Proporção
Têxteis de algodão natural colorido	223	18,91%
Cajuína	223	18,91%
Café	123	10,43%
Própolis Verde	112	9,50%
Uvas de mesa e manga	92	7,80%
Amêndoas de cacau	83	7,04%
Mel de abelha Apis Africanizada e Mel de abelha Jataf	50	4,24%
Café verde em grão e industrializado torrado em grão e ou moído	45	3,82%
Couro acabado	44	3,73%
Mel	16	1,36%
Melão	13	1,10%
Própolis vermelha e extrato de própolis vermelha	13	1,10%
Arroz	12	1,02%
Carne bovina e derivados	11	0,93%
Queijo minas artesanal do Serro	10	0,85%
Gnaisse fitado milonítico de coloração branca e pontos vermelhos de diâmetro geral inferior a 1 centímetro	10	0,85%
Café Verde e Café Torrado e Moído	8	0,68%
Vinho Branco Seco, Vinho Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Leve Branco Seco, Vinho Leve Branco Suave ou Demi Séc, Vinho Espumante Brut, ou Demi Séc , Vinho Licoroso	8	0,68%
Artesanato em Capim Dourado	8	0,68%
Doces tradicionais de confeitaria e de frutas	6	0,51%
Aguardente de cana tipo cachaça	6	0,51%
Erva-mate	6	0,51%
Bordado Filé	6	0,51%
Inhame	6	0,51%
Queijo	5	0,42%
Farinha de Mandioca	5	0,42%
Aguardente de Cana do Tipo Cachaça	4	0,34%
Açafrão	4	0,34%
Camarões marinhos cultivados	3	0,25%
Vinhos: tinto, branco e espumante	3	0,25%
Vinhos e espumantes	3	0,25%
Uvas finas de mesa	2	0,17%
Peixes Ornamentais	2	0,17%
Guaraná	1	0,08%
Renda de agulha em Lacê	1	0,08%
Calçados	1	0,08%
Cacau em amêndoas	1	0,08%
Serviços de Tecnologia de Informação e comunicação através de desenvolvimento, manutenção e suporte	1	0,08%
Vinhos tintos, brancos e espumantes	1	0,08%
Peças artesanais em estanho	1	0,08%
Produção de Aguardentes, dos tipos, cachaça e aguardente composta azulada	1	0,08%
Panelas de barro	1	0,08%
Biscoito	1	0,08%
Mármore	1	0,08%
Mel de abelha – Apis Mellífera	1	0,08%
Queijo	1	0,08%
Linguíça	1	0,08%
Total	1179	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor desta dissertação (2018).

Nome da Indicação Geográfica	Modalidade	Produto	Entidade representativa	Data da concessão
Norte Pioneiro	Indicação de Procedência	Café verde em grão e industrializado em grão ou moído	Associação dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro	25/09/2012
Ortigueira	Denominação de Origem	Mel	Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel – APROMEL	01/09/2015
Carlópolis	Indicação de Procedência	Goiaba	Associação dos Olericultores e Fruticultores de Carlópolis	17/05/2016
Marialva	Indicação de Procedência	Uvas Finas de Mesa	Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores	27/06/2017
São Mateus do Sul	Indicação de Procedência	Sementes de Erva Mate, mudas de erva mate, erva-mate cacheada, erva-mate para chimarrão, erva-mate para tererê e chá verde	Associação dos Amigos da Erva- Mate de São Mateus	27/06/2017
Oeste do Paraná	Indicação de Procedência	Mel de abelha Apis africanizada, mel de abelha Jataí	Cooperativa Agrofamiliar Solidária - Coofamel	04/07/2017
Colônia Witmarsum	Indicação de Procedência	Queijo	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda.	24/04/2018

Quadro 2. Concessões de Indicação Geográfica no Paraná.

Fonte: INPI (2018), adaptado pelo autor.

No Paraná, estão em análise para obtenção da Indicação Geográfica, o melado de Capanema e quatro produtos do litoral: a farinha de mandioca, a cachaça, a bala de banana e o barreado (INPI, 2018). Portanto, existe a possibilidade do estado chegar a doze IGS reconhecidas.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO COOPERADO

Buscando ampliar o entendimento sobre o produtor associado, foram aplicados questionários aos apicultores e meliponicultores que fazem parte do quadro associativo da Cooperativa e que estão localizados na área de abrangência da IG. Essas informações serão úteis para basear as recomendações feitas a Coofamel.

Verificou-se forte predominância dos homens entre os cooperados. Dos 143 respondentes, apenas seis são mulheres, ou seja, 95,8% são homens.

A idade avançada dos cooperados pode ser uma ameaça para a consolidação da IG. Somente 4,2% dos cooperados têm idade inferior a 30 anos. A maioria (58,74%) tem acima de 51 anos, e destes 34,32% possuem 60 anos ou mais.

A Figura 6 apresenta o grau de instrução dos cooperados. A pesquisa revelou que 95,8% estudaram até o ensino médio. Apenas dois cooperados têm ensino superior e apenas um possui pós-graduação.

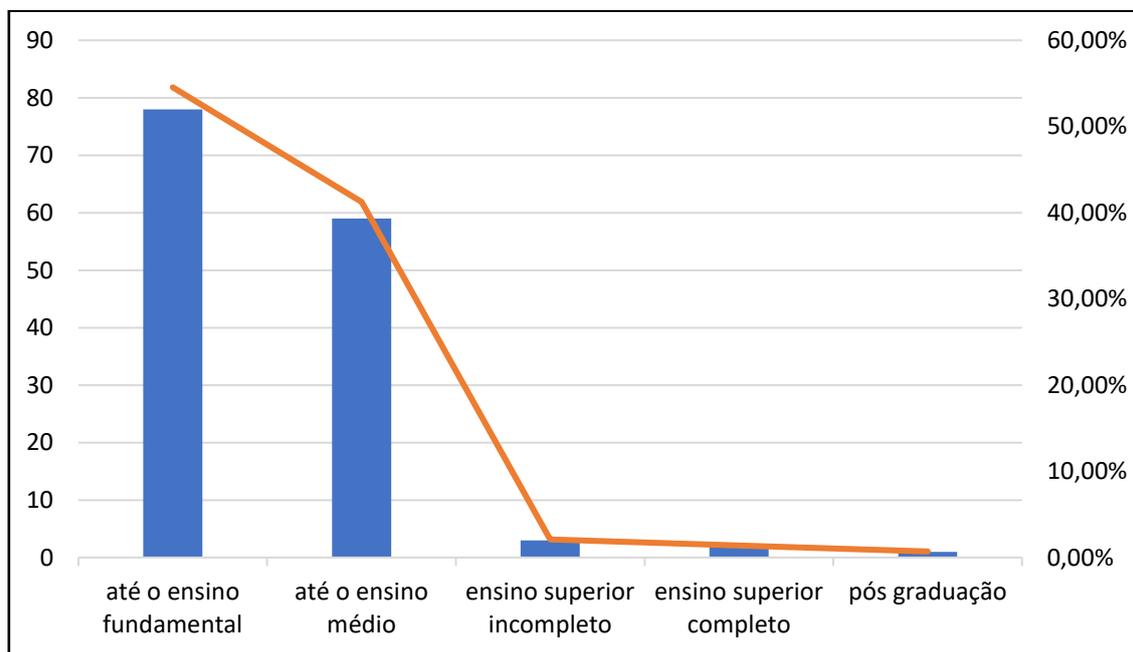


Figura 6. Grau de instrução dos cooperados da Coofamel

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A renda familiar média dos cooperados localizados na área da IG é de R\$ 4.394,05, sendo que 82,52% deles ganham até R\$ 6.000,00. Os cooperados que tem renda familiar acima de R\$ 9.000,00 representam 9,79% do total.

Os cooperados foram questionados sobre qual o percentual que a produção de mel representa em relação ao total da renda familiar. Para 40,85%, representa menos de 10% do total da renda familiar. Verificou-se que poucos cooperados (7,04%) tem esta atividade como a principal. Para este pequeno grupo, a renda proveniente da apicultura ou meliponicultura representa mais de 61% do que a família ganha.

A partir do verificado em Rodrigues *et al.* (2015), entre os principais benefícios vislumbrados com a Indicação Geográfica são aumento na renda familiar. Assim, pode-se inferir que os cooperados se esforçarão para colocar em prática os requisitos solicitados pela IG, visualizando o retorno econômico que a valorização do produto pode oferecer. No entanto, considerando a apicultura ser apenas uma fonte complementar da renda, é possível questionar até que ponto o produtor de fato se empenhará para implementar as melhorias necessárias para cumprir com os requisitos da IG, visto que ele não depende desta atividade para suprir a necessidade da família.

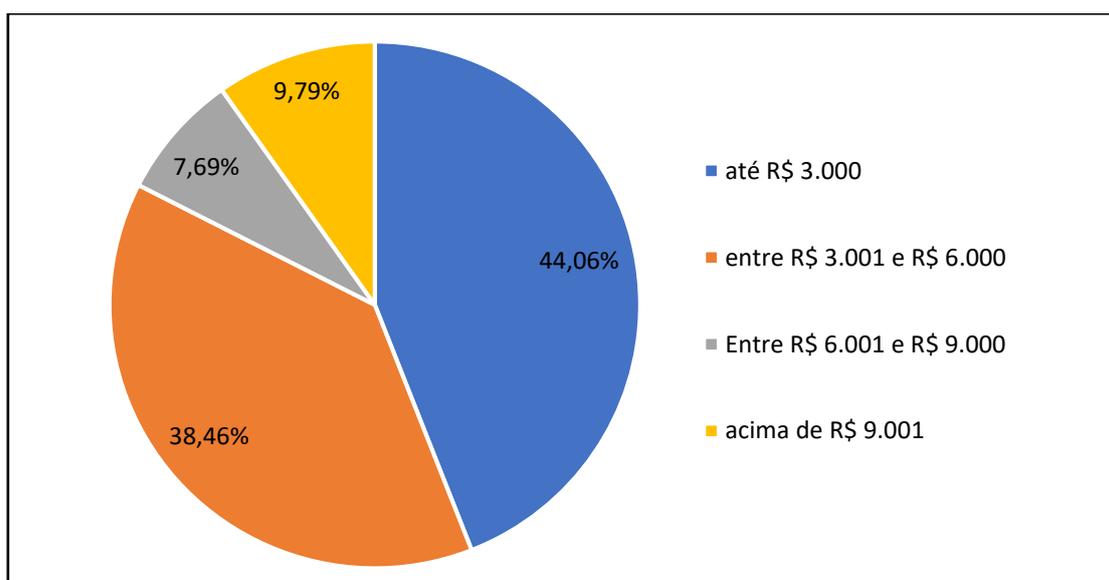


Figura 7. Renda Familiar do cooperado da Coofamel.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A cooperativa é caracterizada pela pequena produção, uma vez que 61,27% dos cooperados têm menos de 50 colmeias de abelhas *Apis Africanizada*. Somente 18,31% dos associados da cooperativa com possibilidade de receber o selo da IG, têm mais de 100 colmeias.

Tendo em vista a autorização pelo Mapa para comercialização do mel de abelha Jataí e que a conquista da IG também é concedida para este tipo de mel, considera-se

imprescindível ter volume de produção para acessar o mercado. A pesquisa aponta a necessidade de implantar ações para aumentar o volume de produção deste produto. O estudo revelou que, 71,33% não têm nenhuma colmeia de abelha Jataí e somente 8,39% tem mais que 11 delas.

Em relação ao tempo de filiação, foi verificado que a maior parte dos cooperados filiou-se antes de 2009, representando 60,28% do quadro de sócios. No entanto, percebe-se uma tendência para novas adesões, uma vez que a cooperativa aderiu 24,82% dos novos sócios depois do ano de 2014, período após o qual os produtores da região passaram a ter contato com o tema da IG.

Todavia, não é possível afirmar que a possibilidade de ter o selo possa ter influenciado na adesão de novos membros. Convém lembrar que o produtor não é obrigado a se filiar na Coofamel para ser autorizado a usar o selo da IG, desde que cumpra com o regulamento de uso e esteja localizado na área delimitada.

A idade elevada dos cooperados é um risco para a ação coletiva. Porém, verificou-se que a média de idade entre os associados que se filiaram nos últimos dois exercícios, 2017 e 2018, é de 43,95 anos. Pode ser um indicador de que a cooperativa está atenta em captar produtores mais jovens para o quadro associativo, uma vez que cooperados mais idosos podem oferecer maior resistência às propostas inovadoras que uma IG necessita implementar.

Buscou-se ampliar o entendimento a respeito do cooperado. Além de levantar o perfil socioeconômico foram obtidas informações sobre temas importantes para a consolidação da IG.

A pesquisa revelou que a maioria dos associados, 72,73%, considera que o principal benefício oferecido pela Coofamel é a garantia para compra do mel. O segundo benefício, apontado por 13,29% dos sócios foi o acesso à tecnologia e 11,89% o acesso ao mercado que a organização proporciona.

De acordo com Rodrigues *et al.* (2015), o motivo que levou os apicultores da região criar a Coofamel em 2006 foi a necessidade de comercializar o mel de maneira formal. No presente estudo a formalização da comercialização foi apontada por apenas 0,7% dos produtores como o principal benefício que a cooperativa oferece.

É possível inferir que a necessidade de comercialização formal, inicialmente apontada como principal problema, tenha sido equacionada pela ação coletiva. Porém,

novas necessidades emergem dos cooperados, sendo necessário a atenção contínua da direção da cooperativa no monitoramento de tais expectativas.

Em relação à marca, 79,58% dos sócios consideram que ela agrega valor ao produto, sendo que 58,45% concordam totalmente com isso. Entre os associados, 4,23% discordam totalmente e 6,34% discordam parcialmente, o restante não concorda nem discorda.

No caso estudado, o apoio institucional oferecido pelas organizações regionais à Cooperativa é avaliado como relevante pelos produtores. Os dados demonstram que 90,21% dos cooperados se sentem beneficiados com as parcerias obtidas. Do total de sócios, 75,52% concordam totalmente com isso. Somente 1,4% discorda parcialmente e 0,7% discorda totalmente.

A capacidade da Coofamel em articular parcerias é um trunfo para a consolidação da IG. Os dados revelam que o cooperado valoriza tal competência. O envolvimento dos produtores com instituições parceiras em busca de objetivos comuns é ponto que merece atenção da Coofamel. No estudo de Brandão (2014) foi verificado que as paneleiras não se envolveram com a estratégia da IG. Em Goiabeiras, não houve uma integração das instituições. Cada parceiro atuou individualmente e as estratégias foram definidas sem a participação das artesãs.

Destaca-se no percurso apresentado, a preocupação da Coofamel e dos parceiros com a qualificação da produção. A pesquisa mostra que os cooperados reconhecem o esforço coletivo, pois 99,3% dos associados concordam que a cooperativa realiza capacitações sobre rastreabilidade.

Sobre a qualidade e produtividade nos apiários, são indicadores indispensáveis para assegurar bom desempenho financeiro para o produtor e para o sucesso da IG. Entre os cooperados, 97,18% concordam que a Coofamel exerce influência na qualidade do mel e 97,9% concordam que a organização influencia no aumento de produtividade.

4.2 PERCEPÇÃO DO COOPERADO SOBRE A INFLUÊNCIA DA COOPERATIVA NA SUSTENTABILIDADE

Esse conjunto de questões objetiva identificar a percepção do associado sobre a influência da cooperativa na sustentabilidade.

Em relação à percepção dos cooperados sobre a sustentabilidade, foram pesquisados os seguintes fatores: renda, preço justo, manejo de baixo impacto, proteção de espécies raras, saúde e segurança e trabalho infantil. Levantou-se também, se o cooperado valoriza as ações sustentáveis da cooperativa.

A pesquisa constatou que a Coofamel exerce papel social importante ao assegurar renda ao pequeno produtor. Os cooperados veem na cooperativa uma fonte segura de rendimento, uma vez que 88,11% dos cooperados concordam que a organização proporciona garantia de renda. Um pequeno número, representado por 4,9% dos membros não concordam com a afirmação.

O preço pago pela cooperativa ao produtor não é bem percebido por uma parte dos apicultores. O estudo mostra que 14,69% deles não concordam que o preço pago pelo mel ao produtor é justo.

Foi observado que grande parte dos cooperados (97,9%) concorda que a cooperativa estimula ações de cultivo de espécies vegetais para a preservação da diversidade. Nesse quesito, 1,4% dos filiados da cooperativa não concorda.

Os apicultores e meliponicultores foram questionados se a cooperativa orienta sobre o correto manejo para a produção de mel, evitando queimadas, o descarte de lixo em local inadequado ou qualquer prática que cause impacto negativo ao solo, a vegetação e aos cursos d'água. Os resultados demonstram que 93,71% concordam totalmente e 5,59% concordam parcialmente com essa afirmação. Apenas um cooperado não tem opinião formada, representado 0,7%.

Em Sebrae (2008) foi visto que 84% dos produtores têm colmeias em Área de Preservação Permanente, sobretudo às margens do Lago de Itaipu. Os cooperados foram questionados se concordam que a cooperativa conscientiza sobre a proteção de espécies raras, ameaçadas ou em perigo presentes nas proximidades dos apiários/meliponários, bem como coíbe a caça. A pesquisa mostrou que 91,61% concordam totalmente, 5,59%

concordam parcialmente e 1,4% não concorda nem discorda. Sobre este questionamento, 0,7% discorda parcialmente e outros 0,7% discorda totalmente.

Por meio dos cursos do Senar e da assistência técnica da Biolabore são repassadas orientações sobre saúde e segurança do trabalhador, uso correto de equipamentos de proteção individual e instalação dos apiários em local correto. Foi levantado que 96,53% dos cooperados concordam totalmente e 2,8% concordam parcialmente que cooperativa orienta o associado sobre saúde e segurança na produção de mel e estimula o uso de equipamentos de proteção individual (macacão, bota, luva etc). Apenas um associado afirmou que discorda totalmente.

Sobre o trabalho infantil, 95,8% dos associados concordam totalmente que a cooperativa coíbe a realização de trabalhos perigosos por crianças e menores de idade (menos de 18 anos). Ainda, 2,1% concordam parcialmente e outros 2,1% não concordam nem discorda.

Entre os produtores que compõem a Coofamel, 90,01% concordam totalmente que valoriza e apoia as ações sustentáveis da organização. Sobre essa afirmativa, existem 6,99% de cooperados que concordam parcialmente, 1,4% discorda totalmente 0,7% não tem opinião a respeito, uma vez que não concorda nem discorda.

Food and Agriculture Organization of The United Nations (2010) torna evidente os benefícios da IG para os produtores do *Kintanami Arabica Coffee*, na Indonésia. Além de aumento da renda, foi observada melhoria na vida social, no convívio religioso e nos relacionamentos entre os produtores. A IG despertou um sentimento de orgulho pela qualidade do café.

Em razão do impacto da IG na Indonésia, jovens vem da cidade para trabalhar na cafeicultura. As mulheres estão cada vez trabalhando mais no pós-colheita e menos em atividades mais penosas como no campo. Além disso, os produtores ficaram mais conscientes em relação ao uso racional da água utilizada no processamento do café (FAO, 2010).

Em uma região com forte presença do agronegócio como o Oeste paranaense, a água, o solo e o ar sofrem o impacto da agricultura convencional. Assim, a gestão integrada da IG deve assumir o compromisso de desenvolver estratégias e implantar ações para a conservação e proteção da biodiversidade local, de forma a assegurar a sustentabilidade ambiental do território (Ramos, 2015).

Neste sentido, o fato de um grande número de colmeias estar localizada em APP merece atenção da Coofamel. Fundamentado em Brasil (2014), a IG deve atender a legislação federal, estadual e municipal. Portanto, a entidade gestora necessita ampliar a produção de mel em outras regiões dentro da área delimitada da IG, que não estejam dentro de reservas legais.

O estudo evidenciou a preocupação da entidade gestora da IG com a preservação da biodiversidade, bem-estar do cooperado e com sua garantia de renda. Os produtos de uma IG guardam estreita relação com a natureza, uma aliada da qualidade de vida da comunidade (Cardiedri, 2013). Por fim, à luz do que pondera o autor, a análise dos dados demonstra que a entidade gestora da IG não vê a água, a flora e a fauna apenas com uma fonte de recurso, mas como pontos chave para o sucesso da IG.

4.3 PERCEPÇÃO DO COOPERADO SOBRE A AÇÃO COLETIVA

Entre os objetivos do estudo, está o de avaliar a percepção do cooperado sobre as variáveis da ação coletiva para a consolidação da Indicação Geográfica.

Esse conjunto de questões objetiva identificar a percepção do associado sobre o tamanho do grupo, a existência de indivíduos carona, a comunicação da cooperativa com o cooperado e a liberdade de entrar e sair do quadro de associados.

No levantamento do perfil socioeconômico do associado, foi visto que o número de novas filiações tem ocorrido com maior intensidade desde o ano de 2014. A filiação de novos produtores é importante para que a cooperativa tenha um estoque de mel constante e possa abastecer o mercado com regularidade. No entanto, recomenda-se à Coofamel atenção com a expansão, sob pena de perder o controle e o relacionamento com o cooperado.

Um problema enfrentado por grupos grandes, apontado por Olson (1999), é a heterogeneidade dos membros. Os interesses divergentes ocasionam custos de organização e comunicação.

No entanto, na percepção do cooperado o número de associados não é visto como problema. De acordo com as informações obtidas, 95,8% deles não concordam que aumento do número de membros irá prejudicar a cooperativa por ter produtores com

ponto de vista diferente. Ainda, 86,01% não concorda que a cooperativa irá deixar de prestar serviços ao cooperado ou perder o controle da gestão com a entrada de mais pares.

Brasil (2014) reconhece que a diversidade do grupo pode tornar a execução do trabalho mais lento e gerar conflitos. Entretanto, afirma que a diversidade é fator positivo e que a entrada de novos sócios deve ser bem vinda para que a ideia de propriedade coletiva seja concretizada.

Acerca do tamanho e heterogeneidade dos grupos, Brasil (2014) pondera que quanto maior o número e a diversidade de atores envolvidos, maior será a possibilidade de a IG obter resultados positivos. Por outro lado, a diversidade pode acarretar no surgimento de conflitos, tornando o trabalho mais lento e difícil. Assim, para se buscar o interesse comum é necessária a mediação feita por uma organização dos atores.

O mesmo Olson (1999) pondera que existem casos em que grupos grandes são vantajosos, pois com um número maior de participantes, aumenta também o poder de negociação. Na visão dos cooperados, quanto maior o grupo, mais benefícios podem ser conquistados, uma vez que 97,9% concorda que a cooperativa ficará fortalecida com a entrada de mais produtores.

Embora entendam como importante a adesão de novos sócios, 96,5% dos cooperados percebem a presença do carona entre os afiliados, nenhum entrevistado discordou dessa possibilidade. Como visto em Olson (1999), o carona é uma barreira para o êxito da ação coletiva.

Sobre a comunicação da Coofamel com o cooperado, 52,45% concordam totalmente que a comunicação é boa; 26,57% concordam parcialmente e 5,59% não concordam nem discordam. Sugere-se atenção a este tema, uma vez que 15,38% discordam que a cooperativa tem se comunicado bem com seus associados.

Ainda relacionado à comunicação, 58,33% dos cooperados concordam totalmente que conhecem as regras para ter direito ao uso do selo da Indicação Geográfica, 30,07% concorda parcialmente. Entre os cooperados, 2,10% discorda totalmente que conhece tais regras, 3,5% discordam parcialmente e 10,49% não concorda nem discorda.

Pelo princípio de entrar e sair, postulado por Ostrom (2007), admite-se que a possibilidade que o cooperado tem de se desligar da cooperativa, lhe dá a oportunidade de cooperar ou não. Sobre a liberdade de se associar ou se desligar da cooperativa a qualquer momento, 3,5% dos sócios concordam parcialmente e 96,5% concorda totalmente.

Nenhum cooperado apresentou discordância quanto à liberdade para entrar e sair do quadro associativo.

Buscou-se conhecer o envolvimento do cooperado em ações da Coofamel. As reuniões administrativas e assembleias são importantes fóruns de discussão e tomada de decisão. Foi verificado que 31,47% dos cooperados participam sempre das reuniões e assembleias, 27,27% frequentemente e 9,79% algumas vezes. Medidas precisam ser tomadas para despertar o interesse do sócio em participar das decisões do empreendimento coletivo, já que 31,47% deles participam pouquíssimas vezes ou nunca. Entre os associados, 12,59% não participaram de nenhum desses eventos.

São realizados cursos, dias de campo e seminários para os apicultores. Dos cooperados, 40,56% participam sempre das capacitações, 23,08% participam frequentemente. Nunca participaram de capacitações 2,8% dos cooperados e 16,78% participaram pouquíssimas vezes.

Conforme demonstrado, os apicultores realizam coletivamente o beneficiamento da cera alveolada, a poda da erva-mate e o plantio de árvores. Todavia, a pesquisa revela que 55,32% dos cooperados nunca participaram dessas atividades, 7,8% participou pouquíssimas vezes e 8,51% algumas vezes. Participam sempre de atividades voluntárias em benefício da cooperativa 14,89% dos sócios e frequentemente 13,48%.

O envolvimento dos produtores com a ação coletiva é essencial para o êxito na IG (Brasil, 2014). Os resultados apontam que é baixa a participação dos associados nas assembleias, capacitações e ações em benefício da cooperativa e que a presença do carona na Coofamel é uma ameaça à iniciativa coletiva.

A partir da análise dessas informações, conclui-se que grande parte dos produtores se preocupam com a presença do carona, mas eles próprios não se percebem como tal, apesar de não se envolverem plenamente com a cooperativa.

Os apicultores foram questionados sobre como buscam orientação acerca de temas relevantes para a consolidação da IG.

As informações sobre o mercado do mel são obtidas por meio dos técnicos e parceiros para 97,18% dos cooperados, 2,82% deles buscam essa informação com outros apicultores.

Sobre orientações a respeito do meio ambiente e vegetação todos cooperados afirmam que são obtidas por meio dos técnicos e parceiros.

Sobre como aumentar a produtividade 99,3% disseram que essas orientações são passadas pelos técnicos da cooperativa ou por parceiros e 0,7% de outros apicultores. Também é desta fonte que a totalidade dos cooperados obtém informações sobre como aumentar a qualidade do mel.

A rastreabilidade do produto é um requisito fundamental para a IG. Entre os cooperados, 99,3% disseram que os técnicos e parceiros são os responsáveis por transmitir tais orientações e para 0,7% elas são provenientes de outros apicultores.

Esse resultado afirma o observado em Granovetter (1973) a respeito dos laços fortes e fracos. Os laços fortes, presentes nas relações mais próximas, como familiares e outros produtores, são baseados na confiança e reciprocidade. Os laços fracos apresentam pouco potencial de trazer inovação, uma vez que não oferecem informações muito diferentes daquelas que circulam no ambiente de relacionamento. Já, os laços fracos, representados pelas instituições parceiras, são os que proporcionam inovação.

Os produtos com IG induzem uma imagem de qualidade e excelência (Brasil, 2014). O apoio de instituições parceiras foram fundamentais para a melhoria dos produtos com IG na Indonésia e Camboja. Instituições nacionais e internacionais organizaram encontros para disseminar o conteúdo do caderno de especificações e programas de aprimoramento da produção, processamento e armazenagem do produto para obter acesso ao mercado para o café *Kintanami Arabica*, na Indonésia e para o açúcar de palma *Kampong Speu*, no Camboja (FAO, 2010).

Os ganhos coletivos superam os ganhos individuais somente se todos os envolvidos participarem do esforço para atingir o bem comum. A capacidade de articulação da cooperativa com importantes parceiros é essencial para a melhoria do produto. O estudo confirma que a percepção do cooperado é positiva acerca das parcerias obtidas.

O apoio institucional de parceiros à Coofamel será detalhado na seção seguinte.

4.4 A AÇÃO COLETIVA NA APICULTURA DO OESTE DO PARANÁ

As abelhas com ferrão foram introduzidas no Brasil com a importação para o Rio de Janeiro de algumas colônias de abelhas europeias, em 1839 pelo Padre Antonio

Carneiro. As abelhas chegaram também com os imigrantes. Desta forma, abelhas italianas, cárnicas e caucasianas foram se disseminando por todo o país, sendo que essas espécies europeias eram as responsáveis pela apicultura brasileira até por volta de 1960 (Wiese, 2005; Souza, 2007).

A apicultura mudou de rumo, quando no ano de 1956 um pesquisador buscando uma raça reprodutiva de abelhas trouxe para o Brasil abelhas da África do Sul. Para fins de pesquisa, o Dr. Warwick. E. Kerr introduziu as abelhas africanas no país. A abelha africana se caracteriza pela alta prolificidade, resistência a doenças e defensividade (Wiese, 2005). Segundo consta em Souza (2007), por um acidente as abelhas trazidas pelo pesquisador Dr. Kerr escaparam do apiário experimental, dando início ao cruzamento natural com as abelhas europeias, anteriormente introduzidas.

Assim, esse cruzamento entre as abelhas europeias e africanas passou a formar um híbrido, que originou a abelha africanizada, criada até hoje no Brasil. A abelha africanizada herdou as características de alta resistência a doenças, defensividade e boa produção de mel (Wiese, 2005). Porém, a alta agressividade desta abelha mestiça e a tendência para formar enxames provocou um problema nos apiários em um primeiro momento e muitos apicultores abandonaram a atividade, causando uma redução na produção de mel brasileira (Souza, 2007).

A partir da década de 70, técnicas adequadas foram sendo desenvolvidas. A apicultura que era uma tradição somente das regiões Sul e Sudeste, se expandiu para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Souza, 2007).

No Brasil, são 101.957 estabelecimentos com apicultura, sendo 66.554 na região Sul do país. No Paraná existem 12.491 estabelecimentos com esta atividade (IBGE, 2017).

Conforme levantou o Sebrae (2008), Oeste do Paraná, 92% dos apicultores contam com fontes de água próximo ao apiário. Na região existem grandes faixas de mata ciliar banhada pelo Lago de Itaipu e água em abundância, tornando um território privilegiado para a apicultura, além de contar com uma enorme variedade de plantas.

O Oeste do Paraná possui aproximadamente 28.000 colmeias. Somente no período entre outubro de 2016 a setembro de 2017 foram comercializadas 426 toneladas por produtores desta região, segundo os dados oficiais (IBGE, 2017).

A atividade é exercida por pequenos produtores. Ainda de acordo com Sebrae (2008), 38% dos apicultores não possuem propriedade rural, indicando que as colmeias

estão em propriedades de outros produtores ou localizadas em áreas de preservação ambiental ou de reserva legal.

A produção é caracterizada pela pequena escala, 70% dos produtores têm menos que 50 colmeias (Sebrae, 2008).

Por exigir um investimento inicial baixo, mesmo para quem dispõe de pouco investimento a apicultura oferece uma oportunidade real de negócio e inclusão social (Souza, 2007).

Os apicultores começaram a se organizar no Oeste do Paraná a partir dos anos 90. A criação de associações de apicultores foi estimulada por programas governamentais que ofereciam equipamentos para o desenvolvimento de atividades produtivas por associações de pequenos produtores. Estima-se que existem na região associações e agrupamentos organizados, que juntos congregavam 300 apicultores (Rodrigues *et al.*, 2015). Conforme levantou o Sebrae (2008), as associações de apicultores existentes no Oeste são:

- Associação dos Apicultores de Cascavel (Apivel);
- Associação dos Apicultores de Céu Azul (Apiceu);
- Associação Guairense de Apicultores (AGA);
- Associação de Apicultores do Oeste do Paraná (Apioeste) em Marechal Cândido Rondon;
- Associação dos Apicultores do Extremo Oeste do Paraná (AAPIO) em Medianeira;
- Associação dos Apicultores de Missal (Apimi);
- Associação de Apicultores de Pato Bragado (Apibra);
- Associação de Apicultores de Santa Helena (Apisa);
- Associação dos Apicultores de Vera Cruz do Oeste (Apiveco);
- Associação dos Apicultores de Terra Roxa (Apiterra);

Nos questionários aplicados com o presidente e parceiros, incluindo as associações de apicultores foi verificada a existência de parcerias entre a Coofamel e as associações municipais.

Com a Apisa, a Coofamel mantém parceria na produção de insumos - beneficiamento de cera e pasta proteica. Também para fornecimento desses insumos, foi identificada parceria com a Apiveco e Apioeste. Com esta última e com a Apiterra

mantem parceria nas unidades de beneficiamento. A de Marechal Cândido Rondon, habilitada com o Serviço de Inspeção Federal (SIF) possibilita comercializar o mel em todo o território nacional. A unidade de Terra Roxa permite comercializar a produção dos apicultores somente dentro do município.

A Coofamel tem apicultores cooperados em comum com essas quatro associações e com a Apier, demonstrando a existência de parceria entre as associações municipais e a entidade representante dos apicultores na IG.

O representante da Apivel relatou que uma vez ao mês, os apicultores de Cascavel que formam a associação, se reúnem para trocar informações e novas ideias. A cada viagem técnica ou capacitação que um apicultor participa, compartilha com os demais nas reuniões. Em nome dos apicultores, o Presidente afirma “prezamos pelo ambiente sem agrotóxicos, nos reunimos em parcerias para execução de tarefas e buscamos agregar valor nos produtos coletados no campo”.

Semelhante ao observado entre os apicultores da Apivel, foi verificado em Flores (2011) que os produtores dedicados à vitivinicultura e fruticultura “se ajudam”, por meio da comunicação e troca de experiências.

A parceria entre as associações municipais e a entidade maior que congrega os produtores não é observada em Flores (2011). Na Campanha Gaúcha, apenas uma associação municipal de produtores de uva é filiada à Associação de Vinhos Finos da Campanha, a qual foi idealizada para ser a representante da coletividade da IG pleiteada.

Embora não tenha ficado evidente na análise, não é possível imaginar a inexistência de algum tipo de conflito entre as associações municipais de apicultores e a Coofamel, como ocorre com a Associação de Vinhos Finos da Campanha que objetiva divulgar o território como produtor de vinhos finos. Esse propósito de divulgar a região como produtora de vinhos de qualidade entra em conflito com os objetivos dos produtores de uva, representados pelas associações municipais. Esses produtores têm como motivação a comercialização de uvas de mesa, com qualidade inferior, não sendo adequadas para produção de vinhos (Flores, 2011).

Outros grupos de apicultores do Oeste paranaense se reúnem com menor frequência e não estão formalizados em associações. Existem agrupamentos de apicultores em Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, São José das Palmeiras, Itaipulândia e na colônia dos pescadores Z 12, em Foz do Iguaçu (Rodrigues, *et al.*, 2015).

A apicultura do Oeste encontrou forte apoio das Associações Comerciais e Empresariais, reunindo os apicultores em núcleos setoriais na Metodologia do Programa Empreender. O portal da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) expressa claramente a proposta do Programa realizado em parceria com o Sebrae. O Empreender “visa o fortalecimento da micro e pequena empresa ao reunir empresários de um mesmo município nos chamados núcleos setoriais”. Nos núcleos setoriais os empresários discutem seus problemas e buscam soluções em conjunto com apoio de um profissional mantido pela Associação Comercial.

Os núcleos setoriais do Empreender são moderados por um consultor da Associação Comercial. Este profissional tem como função elaborar um planejamento em conjunto com os produtores para superar os desafios comuns. O consultor tem ainda a responsabilidade de monitorar o andamento do plano, organizando reuniões sistemáticas com os produtores.

No Oeste do Paraná, as Associações Comerciais formaram núcleos setoriais de apicultores nos municípios de Terra Roxa, Guaíra, Missal, Entre Rios do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Pato Bragado e Santa Helena. Atualmente, apenas a Associação Comercial e Industrial de Entre Rios do Oeste (Acier) mantém ativo o núcleo setorial de apicultores.

O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) foi um dos primeiros parceiros a apoiar a Coofamel, antes mesmo de sua constituição. Um técnico do escritório da instituição no município de Marechal Cândido Rondon ajudou a elaborar o estatuto da cooperativa e a acompanhou nos primeiros passos.

Conforme se levantou com o gerente da Emater na regional Toledo, a instituição prestou apoio na organização da Apiterra e Apioeste. Realizou a elaboração de projetos de acesso aos recursos não reembolsáveis e equipamentos utilizados no beneficiamento, embalagem e comercialização do mel, provenientes de programas governamentais como o Paraná Biodiversidade e o Paraná 12 meses.

A contribuição da Emater com apicultura contempla ainda o apoio na comercialização do mel nos programas institucionais de aquisição de alimentos da agricultura familiar e nas feiras do produtor que acontecem em diversos municípios da região.

Verifica-se uma importante atuação do órgão em relação à promoção da sustentabilidade do Oeste do Paraná, implantando programas que promovem uma agricultura com menor impacto ambiental. Alguns exemplos levantados são os programas

de manejo integrado de pragas e de manejo integrado de doenças da soja, de redução de deriva por agrotóxicos, de recomposição da mata ciliar e de implantação de sistemas agrossilvopastoris. Destaca-se também a disponibilidade de recursos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Pronaf Eco, cujos projetos são elaborados pela Emater.

A rede de cooperação na apicultura se consolida. Os apicultores que representavam essas associações e agrupamentos de produtores criaram a Coofamel em 15 de julho de 2006, com sede em Santa Helena, no Oeste paranaense. Uma matéria de jornal (Figura 8) sobre a fundação da Coofamel veiculada no “O Presente”, de Marechal Cândido Rondon/PR.

TERÇA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 2006

MUNICÍPIOS

O PRESENTE | 11

REGIÃO OESTE

Cooperativa dos Apicultores tem sede em Santa Helena

Fundação aconteceu no último sábado (15). Meta inicial é abrir um canal de comercialização com empresas de porte nacional

Tendo como sigla o nome de Famel, foi fundada, no último sábado (15), em Santa Helena, a Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná. A assembléia de fundação contou com a presença de 48 apicultores e a cooperativa foi constituída por 40 sócios-fundadores.

A área de abrangência compreende cerca de 25 municípios da região Oeste, onde existe atualmente uma produção de aproximadamente 400 toneladas de mel por ano. A diretoria ficou composta por apicultores de Santa Helena, tendo assumido a função de diretor-presidente o santa-helenense Edson Poier, e na vice-presidência Ângelo Valoto, de Marechal Cândido Rondon. Como conselheiros vogais foram eleitos Pedro da Silva e Camilo Schwaab, ambos de Santa Helena, e o missalense Luiz Carlos Konzen.

Por intermédio da Prefeitura de Santa Helena, a cooperativa obteve a cessão de uma sala para a sede, para possibilitar o funcionamento e organização das atividades. A diretoria pretende, inicialmente, organizar a produção e a comercialização de mel e produtos derivados da apicultura na região Oeste.

META

A meta inicial é abrir um canal de comercialização com empresas de porte nacional, com o mel e outros produtos, que serão beneficiados e padronizados por meio das associações vinculadas, como a Apioeste, de Marechal Rondon, e outras associações locais.

Na região, outras associações como a de Terra Roxa, Toledo e Santa Helena também estão investindo em estruturas para beneficiamento e mel, e produção de outros produtos, como a própolis e a cera alveolada.



Integrantes que compõem a diretoria da Cooperativa dos Apicultores, reunidos no último sábado (15), em Santa Helena: área de abrangência compreende cerca de 25 municípios, onde existe uma produção de cerca 400 toneladas de mel por ano

GUAÍRA

3,5 km de estrada são adequadas na Bacia do Jararaca

Mais uma etapa dos serviços de adequação de estradas da Bacia do Jararaca foi concluída na semana passada no município de Guaíra. Cerca de 3,5 quilômetros da estrada que liga o córrego do Jararaca até a comunidade do Caximbeiro foram adequadas. O serviço faz parte do convênio assinado entre a prefeitura e a Itaipu Binacional, para a execução de ações sócio-ambientais do programa Cultivando Água Boa.

A parceria estabelece a execução de práticas conservacio-

Figura 8. Matéria do *O Presente* sobre a fundação da Coofamel.

Fonte: Jornal *O presente*, 18/07/2006.

A constituição da cooperativa também teve forte influência do movimento associativo provocado pelo Programa Empreender. O núcleo setorial de apicultores de Santa Helena, que chegou a ser considerado o melhor do sistema CACB no Brasil, articulou fortemente a criação da Coofamel. Constatou-se que o consultor do núcleo setorial de apicultores da Associação Comercial e Empresarial de Santa Helena (Acisa) na época, é o atual Presidente da Coofamel.

A principal dificuldade que motivou as lideranças da apicultura articularem a criação da cooperativa de apicultores foi a possibilidade de comercializar a produção de maneira formal. Rodrigues *et al.* (2015) corrobora o fato, ao observar que o mel era comercializado de porta em porta, sem inspeção e em embalagens improvisadas ou reaproveitadas de outros produtos.

Uma importante conquista para os apicultores foi a obtenção do Serviço de Inspeção Federal para a unidade de Marechal Cândido Rondon em 2007. Com esta certificação, a produção poderia ser comercializada em todo o Brasil. No entanto, conforme Sebrae (2008) notava-se na época a falta de adequação sanitária no campo, no processamento das unidades municipais e na comercialização do mel.

As instituições da região como Biolabore, Unioeste, Prefeitura de Santa Helena, Sebrae, PTI e Itaipu Binacional ofereceram significativas contribuições para melhoria do processo produtivo do mel na região. Um grande número de capacitações foi disponibilizado por parceiros desde a criação da Coofamel até hoje para assegurar a produção de méis com qualidade.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/PR) presta sua contribuição à apicultura regional com a oferta de cursos como Trabalhador na Apicultura, Trabalhador na Meliponicultura, De Olho na Qualidade, entre outros oferecidos ao agricultor. Além de aspectos básicos e avançados do manejo, o conteúdo dos cursos do Senar aborda os cuidados com a segurança ao trabalhar com abelhas e no correto uso dos fumegadores e equipamentos de proteção individual.

Objetivando o aprimoramento do processo de produção do mel, consultorias e oficinas tecnológicas do Programa de Alimentos Seguros (PAS) foram realizadas nos apiários e nas unidades de beneficiamento. O monitoramento da produção ainda hoje é feito no campo e no processamento por técnicos e laboratórios viabilizados por instituições parceiras.

O apoio institucional à apicultura no Oeste do Paraná foi além de capacitações para melhorar a qualidade do mel. O associativismo presente neste segmento proporcionava a troca de experiência entre os produtores e atraía a atenção de importantes entidades.

Conforme destacam Rodrigues *et al.* (2015), atividades em grupo como cursos e palestras, processamento coletivo da cera, além de confraternizações e reuniões são

verificadas entre os apicultores. O estudo analisou como se configura a mobilização das instituições parceiras em torno da apicultura.

Para superar as dificuldades, os apicultores se unem para realizar atividades em conjunto. A partir do questionário aplicado com o presidente da Coofamel, é possível depreender que os apicultores se reúnem para fazer coletivamente a poda da erva-mate. Esse material é usado para fazer fumaça nos fumegadores com o objetivo de empurrar as abelhas para dentro de colmeia e permitir que o apicultor realize o manejo. É relatado pelos apicultores que eles preferem utilizar as folhas da erva-mate porque a fumaça da queima não altera o odor e o sabor do mel e não causa irritação nos olhos e sistema respiratório com a exposição.

O presidente descreveu que uma das atividades que mais motivam os apicultores a se reunirem é para produzir a cera alveolada nas associações. Este insumo utilizado no interior das colmeias, é essencial para a atividade. O custo da cera no mercado é elevado, fazendo com que os produtores se unam para produzi-lo com baixo custo e qualidade. Conforme relatado, muitos desses encontros de trabalho concluem com um jantar ou churrasco. Flores (2011) argumenta que as associações permitem que os produtores se encontrem para trocar informações, fortalecendo os laços e relações de confiança e estreitando os laços fortes, existente entre a família e indivíduos do mesmo círculo social, conforme postulado por Granovetter (1973).

A prática de unir esforços e compartilhar estruturas é observada com frequência na literatura analisada. Brandão (2014) exemplifica a união associativa no caso das paneleiras que compartilham a estrutura do barracão e sacolas, em Flores (2011) foi observado que os produtores compartilham os pulverizadores e a aquisição de insumos.

Em meados de 2007, o Sebrae desenvolveu material com a identidade visual da Cooperativa Coofamel, incluindo a logomarca utilizada até hoje nos produtos e materiais promocionais (Figura 9). A mesma é constituída de uma gota, uma folha e uma flor. O Sebrae também encaminhou o registro da marca junto ao INPI no ano seguinte. O registro foi concedido em janeiro de 2011, sendo a Coofamel a titular (INPI, 2011)

Em 2007, a CACB e o Sebrae lançaram chamada de projetos do Programa Empreender Competitivo. De acordo com CACB (2007), a chamada tinha como finalidade promover o aumento da competitividade, o fortalecimento dos setores e dos territórios trabalhados, a melhoria contínua da cooperação, a inserção nos APLs e a promoção dos mercados, externo e interno.



Figura 9. Logomarca da cooperativa Coofamel
Fonte: arquivo pessoal do autor.

Os núcleos setoriais de apicultores da região se mobilizaram e propuseram um projeto para concorrer a chamada. Ainda em 2007, os núcleos setoriais de apicultores de Santa Helena, Vera Cruz do Oeste, Entre Rios do Oeste e Laranjeiras do Sul foram contemplados com um recurso repassado a Acisa, em Santa Helena, que seria a gestora do recurso para ser aplicado nos quatro núcleos, contemplando mais de 100 apicultores.

Logo após o início do projeto, outros dois núcleos aderiram à iniciativa. Os núcleos setoriais de Guaíra e Laranjeiras do Sul começaram a participar das ações em conjunto, passando de 65 para 113 o número de apicultores participantes. Conforme relata o Presidente da Coofamel, o Empreender Competitivo promoveu a integração dos núcleos dos quatro municípios. Assim, a ação regional provocada pelo projeto contribuiu para o fortalecimento da cooperativa.

A CACB tinha como estratégia por meio do Empreender Competitivo, intercambiar informações entre empresários de diferentes países. ASN (2007) informa que o Empreender Competitivo viabilizou a ida de um apicultor de Entre Rios do Oeste para Nampula, capital da província com o mesmo nome, localizada em Moçambique para repassar tecnologia para os apicultores daquele país.

O projeto Empreender Competitivo na Apicultura realizou diagnósticos setoriais, capacitação gerencial para a cooperativa, capacitações para melhoria do processo produtivo, participação em feiras regionais e nacionais, produção de material

promocional, visita técnica à Cidade das Abelhas, em Florianópolis e participação no evento técnico de apicultura Tecnoapis, também na capital catarinense.

A Figura 10 mostra a mascote da Coofamel, confeccionada com recursos do Empreender Competitivo, que é utilizada até hoje em feiras e eventos para promover os produtos da cooperativa.



Figura 10. Mascote da Coofamel

Fonte: arquivo pessoal do autor

Os benefícios das ações coletivas mapeados abrangem desde capacitações, até apoio em infraestrutura. Os tipos de apoio recebidos dos parceiros locais pela Coofamel, identificados em Rodrigues *et al.* (2015), foram o acesso à assistência técnica, à feiras e aos eventos, às capacitações, à elaboração de projetos, ao plano de marketing, à consultoria em gestão, ao suporte com estrutura física, terreno, equipamentos, análises de laboratório e pesquisas.

Em busca de ganhar competitividade, a Coofamel uniu esforços com associações de produtores de outras atividades, que não de apicultores. Com recursos liberados por edital do Sebrae, a Coofamel em conjunto com a Associação dos Produtores Orgânicos do Médio Oeste do Paraná (Apomop) foram contempladas com um projeto para trabalhar os princípios do Comércio Justo.

A execução do projeto ocorreu de 2008 a 2010, o qual teve como objetivo criar acesso ao mercado pelos produtores participantes do projeto de forma justa e sustentável,

com a elevação do volume comercializado e conquista de novos mercados. As ações do projeto Comércio Justo contemplaram a realização de materiais explicativos para consumidores sobre o Comércio Justo, realização de palestras com degustações, participação nas feiras Mercosuper, Biofair Brasil, Feira Internacional de Comércio Justo no Rio de Janeiro.

Eventos técnicos como missões e a aplicação do Programa Alimentos Seguros (PAS) foram realizados. Foi por meio deste projeto, que foram introduzidos os cadernos de campo para os apicultores utilizarem nos apiários. Essa ferramenta exige registrar as ocorrências do manejo nos apiários, permitindo rastrear o histórico das colmeias. O preenchimento do caderno de campo é uma das exigências constantes no Regulamento de Uso para obter o selo da IG.

De acordo com *Fair Trade Foundation* (2018), alguns princípios que norteiam o Comércio Justo são: qualidade de vida (renda, segurança alimentar, redução da vulnerabilidade); fortalecimento das organizações; trabalho digno, proteção ambiental e adaptação às mudanças climáticas, acesso ao mercado e comércio justo, igualdade de gêneros, produtividade e qualidade e acesso aos serviços básicos. Em ASN (2009), o consultor do Sebrae afirma que em razão das organizações já praticarem os princípios do Comércio Justo, a tornaram aptas a receber o recurso do edital. A Figura 11 apresenta o estande da Coofamel, viabilizado pelo projeto Comércio Justo, na 28ª Mercosuper – Feira Paranaense de Supermercados, de 19 a 21 de abril de 2009.

A produção de mel na região é apoiada também pelas administrações municipais. A Prefeitura Municipal de Terra Roxa viabilizou um profissional para coordenar o grupo de apicultores locais e deu suporte em recursos para Apiterra, na aquisição de equipamentos e melhorias das instalações da unidade de beneficiamento. Entre os apoios oferecidos pelo município de Santa Helena estão a concessão real de uso de um terreno com construção de 700 m² onde é a sede da cooperativa e unidade de beneficiamento. De 2007 a 2011, a prefeitura cedeu um funcionário para a Coofamel (Rodrigues et al., 2015).

Verificou-se nas atas de reuniões que houve a participação frequente de um representante da Prefeitura de Santa Helena nas reuniões que aconteceram focadas na IG, as quais se iniciariam a partir do final do ano de 2013.



Figura 11. Estande da Coofamel na 28ª Mercosuper
 Fonte: arquivo pessoal do autor.

O município de Marechal Cândido Rondon apoiou com um terreno e imóvel onde se localiza a sede da Apioeste e unidade de beneficiamento de mel (Rodrigues et al., 2015).

Em 31 de agosto de 2011, o prefeito rondonense, o presidente da Apioeste e o presidente da Coofamel firmaram um termo de concessão de imóvel. Neste ato, o município concede gratuitamente um imóvel de 3.034 m² pelo período de 30 anos, podendo ser renovado. Uma cláusula do termo obriga as instituições usuárias a reflorestar a mata ao redor do imóvel (Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon, 2011).

É possível concluir que além de ser uma arena de discussão, a união de apicultores em associações possibilitou receber apoio do poder público. O mesmo ocorreu no território dos Vinhos da Campanha, conforme relata Flores (2011), quando a Aprovea recebeu equipamentos da prefeitura municipal de Santana do Livramento, em razão de requisitos legais, a doação não poderia ser feita para um produtor, mas sim para uma associação; isso possibilitou o recebimento e gestão compartilhada.

A pesquisa revelou que a Unioeste apoia a apicultura regional desde 2003, quando construiu projetos junto à Itaipu Binacional e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), inicialmente beneficiando a Apioeste, em Marechal Cândido Rondon.

Em 2006, a instituição viabilizou a participação de apicultores de referência e técnicos da apicultura no Congresso Brasileiro de Aracaju.

A Unioeste iniciou em 2006 as pesquisas com análises físico-químicas e polínicas de mel. As informações das pesquisas são compartilhadas com os apicultores, via Coofamel e nos Seminários de Apicultura do Oeste, dos quais participa ativamente na organização, desde a sua primeira versão. Ainda como contribuição à apicultura, realiza pesquisas com levantamento florístico de alguns municípios da região.

A Unioeste coordenou a construção e deu apoio financeiro para o georreferenciamento de 300 apiários nos anos de 2009 e 2010, o que permitiu a construção de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) da apicultura da região. Esse sistema tem a finalidade de melhorar a rastreabilidade do mel e auxiliar no planejamento da atividade apícola,

Por meio de projetos com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) ajudou financeiramente na adequação da unidade de beneficiamento de mel de Marechal Cândido Rondon para a obtenção do SIF e na aquisição de equipamentos.

A Figura 12 apresenta a placa exposta na Apioeste, referente às reformas para se adequar as exigências para ter o SIF.



Figura 12. Placa de reforma de adequações na estrutura da Apioeste

Fonte: Arquivo Coofamel.

O apoio da universidade se dá também na capacitação de produtores em produção de rainhas e em boas práticas de manejo. Além disso, a Unioeste contribui com a divulgação da apicultura do Oeste paranaense para todo o país, bem como no exterior, por meio da participação em eventos e publicações em revistas.

Conforme constatado na análise dos dados da pesquisa, um importante parceiro da apicultura no Oeste se trata da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, sobretudo por meio do Programa Cultivando Água Boa (CAB). A área de atuação do Programa até 2017 foram os 29 municípios da Bacia Hidrográfica do Paraná 3. A partir de dezembro de 2017, para os outros municípios do Oeste do Paraná (Itaipu Binacional, 2018).

O CAB realiza diversas ações socioambientais relacionadas com a conservação dos recursos naturais, com a biodiversidade e com a promoção da qualidade de vida em comunidades localizadas na área de abrangência. As atividades envolvem proteção de nascente e cursos d'água, o estímulo e orientação para adoção de práticas de menor impacto ao meio ambiente (Itaipu Binacional, 2018).

Ações de assistência técnica e extensão rural, realizadas pelo CAB no Oeste paranaense, orientam para a produção de forma sustentável. O Programa objetiva ainda a agregação de renda, a inovação tecnológica, o associativismo e o cooperativismo (Itaipu Binacional, 2018).

Conforme relatam Rodrigues et al. (2015), a percepção dos diretores é unânime acerca do apoio dado na assistência técnica, nas feiras, eventos técnicos e de mercado.

A Itaipu disponibiliza um viveiro que fornece mudas nativas aos apicultores. Os técnicos de campo cedidos para a Coofamel estimulam a recuperação de áreas degradadas com plantio de plantas nativas, que servem ainda como pasto apícola para alimentação das abelhas.

Ainda sobre o apoio da Itaipu, por meio da equipe de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Binacional disponibiliza para a Coofamel 02 técnicos apícolas, 01 de agroecologia e 01 para agroindústria. Em resumo, o apoio oferecido consiste na assistência técnica e extensão rural, na realização de dias de campo, apoio na comercialização para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assessoria nas adequações de qualidade das agroindústrias de cooperados, apoio na participação em feiras e estímulo ao associativismo e cooperativismo.

O Programa Inclusão Produtiva e Social tem como foco reduzir as desigualdades, a inclusão social e o desenvolvimento territorial da região do Oeste do Paraná. As ações

buscam o fortalecimento das comunidades produtivas de baixa renda, apoio à sustentabilidade ambiental e melhoria da gestão pública dos municípios.

O Programa é realizado em parceria firmada entre a Itaipu Binacional, o PTI e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os aportes do Programa para a Coofamel ultrapassam 1 milhão de reais. Esse valor leva em conta o recebimento de um caminhão baú refrigerado, equipamentos para a unidade de beneficiamento em Santa Helena e R\$ 398.000,00 em capital de giro a fundo perdido para compra de mel dos produtores.

Foi constatado que o Sebrae oferece apoio a Coofamel desde 2006. Um consultor que atendia na Acisa, em Santa Helena, fez o plano de negócios para a criação da cooperativa. No entanto, foi a partir de um levantamento dos gargalos e potencialidades da Coofamel, iniciado no fim deste mesmo ano, que a instituição passou a apoiar de forma continuada a apicultura no Oeste do Paraná.

A partir de então, foi observado que o Sebrae no Oeste do Paraná passou a colocar à disposição da apicultura regional, a sua atuação em rede com outras unidades da federação da instituição que também atuam com apicultura.

É observada ainda, uma forte contribuição na articulação com parceiros para a implementação em conjunto das ações planejadas para desenvolver a apicultura do Oeste. Além disso, ofereceu forte contribuição para desenvolver o associativismo e o cooperativismo entre os produtores.

As capacitações levantadas envolvem consultorias de gerenciamento de apiários (Gestapi) e gestão da cooperativa. Também consta no levantamento junto ao presidente da cooperativa, a realização de planejamento estratégico da organização.

Por meio de consultorias especializadas e pelo Programa Sebraetec, serviços em inovação e tecnologia, foram realizadas consultorias de design. A partir desses serviços, foram desenvolvidas a logomarca da Coofamel, o signo distintivo a ser utilizado nos produtos da IG, o desenvolvimento de material promocional, rótulos e embalagens.

Esses mesmos programas executaram seminários e clínicas tecnológicas para implantação da rastreabilidade da produção, de boas práticas de produção no campo e na indústria. O Programa Alimentos Seguros foi realizado nos apiários, nas unidades de extração do mel de cooperados e nas unidades de beneficiamento em Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena.

Ações de acesso ao mercado, como a realização de rodadas de negócio e a viabilização da participação da Coofamel em feiras, também somam as contribuições do Sebrae para a apicultura. Além desses, a instituição também atuou na organização dos seminários regionais de apicultura, participando desde a primeira edição.

Uma importante ação coletiva identificada são os seminários regionais de apicultura realizados por associações de produtores, pela Coofamel e por parceiros locais. Esses eventos são importantes mecanismos de troca de informações, uma vez que palestrantes expõem temas relevantes para apicultura e meliponicultura, como o associativismo, as certificações, o panorama do mercado, entre outros.

O I Seminário de Apicultura do Oeste do Paraná aconteceu em junho do ano de 2007, no auditório do tribunal do júri, do Campus da Unioeste em Marechal Cândido Rondon.

Os seminários também proporcionam um ambiente para a troca de informações entre os produtores. Além disso, constituem um fórum de integração dos apicultores ao oferecer momentos de confraternização, reforçando os laços entre eles. Os laços fortes, baseados no esforço compartilhado, na confiança e reciprocidade, apresentados em Granovetter (1973), são elementos indispensáveis para o êxito da ação coletiva.

A Figura 13 é do IV Seminário de Apicultura do Oeste do Paraná. Esse evento aconteceu em outubro de 2014 e teve como tema Indicação Geográfica: inovação e tecnologia na apicultura.

Conforme os levantamentos, foram realizados sete seminários regionais de apicultura pelas associações de apicultores, em parceria com a Coofamel e as instituições desde o ano de 2007.

As instituições atuantes na apicultura no Oeste do Paraná e a Coofamel foram responsáveis por organizar em novembro de 2013, o XXIX Encontro Paranaense de Apicultura, o VII Seminário Paranaense de Meliponicultura e a XXVI Mostra de Equipamentos e Materiais Apícolas. Esses três eventos aconteceram simultaneamente em Foz do Iguaçu. A partir do examinado em Coofamel (2013), os realizadores foram Coofamel, Biolabore, Sebrae, CAB e Itaipu Binacional.



Figura 13. IV Seminário de Apicultura do Oeste do Paraná

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Pelo apresentado, ficou evidente o compromisso dos apicultores e da cooperativa para melhoria na qualidade dos produtos, investindo recurso próprio na adequação física das unidades de beneficiamento em Santa Helena e Marechal Cândido Rondon.

Em relação à qualificação da produção, a observação, a análise documental e os questionários respondidos pelas instituições demonstram o apoio dos parceiros com as capacitações, que abordaram desde a orientação quanto ao correto manejo no apiário, a coleta, beneficiamento, envase e rotulagem, além de benfeitorias na estrutura das indústrias de processamento.

O esforço coletivo na busca da melhoria resulta em importantes conquistas no início de 2018. Conforme levantado em Coofamel (2018), no mês de fevereiro foi obtida a aprovação prévia de projeto de construção da indústria em Santa Helena para o Sistema de Inspeção Federal e a aprovação de catorze novos produtos para serem comercializados nacionalmente. Um dos produtos autorizados é o mel de abelha Jatáí, que até então não podia ser comercializado.

Outro reconhecimento fruto do esforço coletivo ocorreu a partir da auditoria do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) nas unidades de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. Em fevereiro de 2018, a Coofamel recebe o atestado de conformidade para os processos de produção do mel em ambas as indústrias. O Tecpar também atestou

conformidade na gestão organizacional. A cooperativa recebe o Selo Alimentos do Paraná.

Sebrae (2018) explica que as micro e pequenas empresas do segmento de alimentos e bebidas, reconhecidas com o Selo Alimentos do Paraná, asseguram apresentar bons índices de conformidade nos processos produtivos e boas práticas de gestão.

No mês de abril de 2018, em evento realizado na sede do Sebrae em Curitiba, a Coofamel foi premiada com o segundo lugar em todo estado entre as melhores empresas reconhecidas com o selo, na Categoria Origem Animal (O Presente, 2018). A Figura 14 apresenta o troféu recebido pela cooperativa de apicultores.



Figura 14. Troféu de segundo lugar na Categoria Origem Animal
Fonte: Arquivo Coofamel.

Entre os fatores chaves para o sucesso de uma IG, estão a organização de produtores, o apoio técnico e o apoio financeiro de agentes para promover o produto desde as fases iniciais (Brasil, 2014). A parceria das instituições na criação de associações, capacitação de produtores, qualificação da produção, apoio com infraestrutura, equipamentos e projetos para o registro e gestão da IG é amplamente constatado na literatura, de forma a reforçar este elemento como fator chave para seu êxito.

Em FAO (2010), o *Indonesian Coffee and Cocoa Research Institute - ICCRI* e *International Cooperation Centre on Agrarian Research for Development – CIRAD* realizaram um levantamento do potencial benefício de registrar o café *Kintanami Arabic*,

da Indonésia como IG. Essas duas instituições em conjunto com o *French National Origin and Quality Institute* -INAO, promoveram intensivas capacitações sobre IG.

As capacitações oferecidas pelas instituições parceiras do café *Kintanami Arabic*, na Indonésia envolveram dinâmicas motivacionais e de grupo, tecnologia de processamento de café, testes sensoriais e avaliação de qualidade do café, estabelecimento de parcerias e boas práticas de fabricação. O governo central e local apoiou com equipamentos e crédito subsidiado (FAO, 2010).

A importância do apoio institucional às iniciativas coletivas que buscaram a IG é corroborada em Schimidt (2010); Flores (2011); Cardieri (2013); Brandão (2014) e Ramos (2015), conforme apresentado no referencial teórico.

A união dos produtores no Oeste do Paraná em cooperativas e associações seguiu caminho semelhante ao visto na literatura para outras iniciativas de criação e fortalecimento de IGs. Os dados analisados evidenciam a ação coletiva articulada entre a Coofamel e os parceiros.

Todavia, convém trazer para a discussão os resultados que deixam claro o baixo envolvimento dos cooperados sobretudo nas reuniões administrativas, nas assembleias de tomada de decisão da Coofamel e nas ações voluntárias.

Em Brandão (2014) o apoio dos parceiros ocorreu. Porém, o baixo envolvimento das artesãs de Goiabeiras dificultou que as estratégias das instituições fossem implementadas. Embora trabalhassem em associativismo, as paneleiras não tinham a percepção clara de todos os benefícios que poderiam obter a partir desse modelo.

A despeito dos resultados deixarem claro o forte apoio dos parceiros, é necessário que a Coofamel fique atenta a participação do cooperado nas ações coletivas.

Observou-se que apoio das instituições regionais à apicultura ocorreu de forma complementar e sinérgica. Assim, a organização dos produtores e o apoio institucional verificado no Oeste do Paraná proporciona importante sustentação para a solidificação da IG.

Esta seção do estudo apresentou a forma como união dos apicultores e o apoio das instituições possibilitou a Coofamel obter importantes conquistas. Foram apresentados os programas e as diversas ações de instituições da região que apoiaram o surgimento das associações, a criação e a consolidação da cooperativa, formando a base para a criação e o fortalecimento da IG.

4.5 A AÇÃO COLETIVA E A SUSTENTABILIDADE COMO BASE DA IG

A partir do levantamento feito das ações coletivas, será apresentada uma síntese das contribuições à luz das perspectivas ambiental, econômica e social da sustentabilidade. Todavia, convém ressaltar que muitos dos fatores analisados podem ser atribuídos a mais de uma dimensão

Cardieri (2013) reforça a importância dada pela IG ao coletivo e ao território. As IGs preservam a integridade das comunidades locais. São ferramentas para a promoção do desenvolvimento sustentável, formando uma governança validada localmente.

A água, o solo e o ar sofrem o impacto da agricultura convencional. A gestão integrada da IG deve assumir o compromisso de desenvolver estratégias e implantar ações para a conservação e proteção da biodiversidade local, de forma a assegurar a sustentabilidade ambiental da área (Ramos, 2015).

Compartilha dessa visão Flores (2011), que considerou os fatores participação da família, geração de empregos e melhorias de renda na dimensão social. Porém, a autora pondera que poderiam ter sido classificados na dimensão econômica.

A consolidação da apicultura proporcionada pela ação coletiva projetou a Coofamel no mercado. O esforço dos apicultores e dos parceiros ofereceu condições para a melhoria do processo produtivo e da qualidade do produto, evidenciada entre outras conquistas, com a obtenção do SIF em Santa Helena e Marechal Cândido Rondon e pelo Selo Alimentos do Paraná.

Encontros e capacitações contribuíram para o fortalecimento do associativismo e da cooperação. As conquistas alcançadas pela união dos apicultores em associações e na criação da cooperativa, somada ao forte apoio institucional dos parceiros locais formam uma base consistente para a sustentabilidade da IG.

O Quadro 3 apresentam as contribuições dos parceiros da apicultura no Oeste do Paraná e das ações coletivas nas dimensões ambiental, econômica e social da sustentabilidade.

A análise feita a partir dos dados coletados demonstra claramente a importância do apoio institucional para a sustentabilidade da IG.

Buscou-se nesta seção sintetizar a contribuição das instituições parceiras e das ações coletivas dos apicultores nas dimensões ambiental, econômica e social para fins de visualização.

Ambiental	Econômica	Social
<ul style="list-style-type: none"> • Parceiros promovem a agricultura com baixo impacto ambiental • Reflorestamento da mata ao redor da unidade em Marechal • Georreferenciamento dos apiários • Conservação dos recursos naturais e da biodiversidade • Recuperação de áreas degradadas com plantio de plantas nativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção coletiva da pasta proteica • Análises de laboratórios • Pesquisas • Divulgação do mel • Acesso a recursos não reembolsáveis • Recebimento de terrenos, equipamentos, capital de giro e caminhão • Apoio na comercialização do mel no PNAE • Participação em feiras e rodadas de negócio • Capacitação nos apiários • Capacitação na coleta e processamento • Prêmios de qualidade • Selos e Certificações • Produção coletiva da cera com baixo custo e qualidade • Apoio na criação da logomarca da cooperativa • Apoio na criação do signo distintivo da IG • Apoio no registro da marca • Capacitação gerencial para a cooperativa • Capacitação na gestão do apiário • Promoção da inovação • Agregação de renda 	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar informações • Possibilidade de sair da clandestinidade pela venda formal do produto • Produção de alimento seguro para autoconsumo e para o mercado • Capacitação em segurança na apicultura • Melhoria no aspecto visual da propriedade • Poda da erva mate • Interação e socialização com produtores de mel e de outros produtos • Participação da família • Divulgação da região • Promoção da qualidade de vida da comunidade • Fortalecimento do associativismo e cooperativismo • Acesso a capacitações sem arcar com custo ou com baixo custo • Confraternizações e interação nos eventos

Quadro 3. Contribuições dos parceiros e das ações coletivas nas dimensões da sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

4.6 A BUSCA DA IG OESTE DO PARANÁ

O percurso no reconhecimento da IP Oeste do Paraná tem início com um estudo feito dos produtos com potencial para IG no Paraná.

De acordo com Sebrae (2016), as seguintes etapas fizeram parte deste estudo:

- a) levantamento dos potenciais territórios e seus produtos, realizado pelos gestores e gerentes das regionais do Sebrae no Paraná;
- b) capacitação de consultores na metodologia do Sebrae para diagnosticar a potencialidade para o desenvolvimento de IGs;
- c) aplicação dos diagnósticos nos produtos apresentados pelas regionais do Sebrae no estado;
- d) análise dos indicadores apresentados por meio dos diagnósticos feitos e
- e) escolha dos produtos de acordo com o resultado da análise, tendo como ênfase o indicador relacionado ao mercado.

O estudo foi realizado entre agosto e outubro de 2013, a partir de uma metodologia desenvolvida pelo Sebrae. Foram analisados 35 produtos com base na notoriedade, organização da governança, necessidade de proteção, pesquisa envolvida, potencial de agregação de valor após o selo de origem e potencial social da produção (geração de trabalho e renda). Além dos méis de abelha Apis Africanizada e Jataí, na região Oeste, os produtos avaliados foram, o queijo colonial do Oeste, a tilápia do Oeste, o café do Médio-Oeste e o porco no rolete, de Toledo (Sebrae, 2016).

O Quadro 4 apresenta os produtos diagnosticados pelo Sebrae/PR como potencial para Indicação Geográfica.

A partir dos últimos meses de 2013, o tema IG passou a fazer parte de discussões entre diversas instituições do Oeste do Paraná, ligados ao meio rural, inclusive das reuniões das instituições atuantes na apicultura.

Na região Oeste, os primeiros encontros foram estimulados pelo Sebrae e tinham como objetivos disseminar o conceito de IG e discutir as possibilidades dos produtos a serem trabalhados regionalmente, na perspectiva da busca pelo reconhecimento oficial como produto de origem.

Como parte da implementação de uma estratégia estadual do Sebrae, da mesma forma que no Oeste paranaense, tais discussões foram organizadas pelas demais regionais da entidade no Paraná, em conjunto com instituições parceiras locais.

Os levantamentos efetuados a campo, avaliando os requisitos notoriedade, organização da governança, necessidade de proteção, pesquisa envolvida, potencial de agregação de valor após o selo de origem e potencial social da produção (geração de trabalho e renda) ofereceram importantes insumos para as discussões dos atores locais.

Território	Produto
Morretes	Cachaça
Morretes e Antonina	Barreado (prato típico)
Lapa	Coxinha de Farofa lapiana
Antonina e Morretes	Bala de Banana
Litoral Parananense	Farinha de Mandioca
Castro	Leite
Guarapuava	Malte
Prudentópolis	Feijão
São Mateus do Sul	Erva Mate
Prudentópolis	Cracóvia
Witmarsum	Queijos
Turvo	Ervas medicinais
Carambeí	Tortas
Prudentópolis	Olaria
Guarapuava	Cordeiro
Região Oeste	Tilápia
Região do entorno do Lago de Itaipu -Oeste	Mel de Jataí
Toledo	Porco no Rolete (prato típico)
Região Médio Oeste	Café
Território da cidadania Cantuquiriguaçu*	Pinhão
Território da cidadania Cantuquiriguaçu*	Erva Mate
Território da cidadania Cantuquiriguaçu*	Leite
Território da cidadania Cantuquiriguaçu**	Cabritos
Francisco Beltrão	Cachaça
Capanema	Melado (derivados de cana de açúcar)
Sudoeste***	Queijos
Marialva	Uva
Noroeste	Acerola
Rio Paraná	Mel
Londrina e Região	Cortes especiais de carnes (bovina, suína e cordeiro)
Londrina e Região	Orquídeas
Primeiro de maio	Peixe
Carlópolis	Goiaba
Rosário do Ivaí	Uva
Nova Tebas	Polpas de frutas orgânicas

Quadro 4. Produtos diagnosticados pelas regionais do Sebrae/PR.

Fonte: Sebrae (2016)

*Reserva do Iguacu, Pinhão, Foz do Jordão, Candói, Goioxim;

**Virmond, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras;

***Região de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Nesta etapa do processo, o Sebrae já havia participado de outras duas experiências com IGs paranaenses. A do Norte Pioneiro, já registrada, e a de Ortigueira, com análise do pedido em curso.

A IP Norte Pioneiro tem como representante a Associação Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná. Os cafés verdes em grãos e os industrializados em grãos e ou moídos tem o registro concedido desde 25 de setembro de 2012 (INPI, 2018).

Conforme INPI (2018), a única Denominação de Origem (DO) paranaense, de Ortigueira, na região Centro-Oeste do Paraná teve o registro oficializado em 01 de setembro de 2015. Foi a primeira DO para mel de abelha – Apis Melífera do Brasil. A Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel (Apomel) é a legítima representante dos produtores daquela região.

No início de 2014, dos 35 produtos mapeados, foram definidos os dez que seriam trabalhados no estado por meio de projetos: Cachaça do Litoral Paranaense; Balas de Banana do Litoral Paranaense; Barrreado do Litoral Paranaense; Erva-Mate de São Mateus de Sul; Farinha de Mandioca do Litoral Paranaense, Goiaba de Carlópolis; Queijos de Witmarsun; Melado de Capanema; Uva de Marialva e o Mel de Jataí do Lago Itaipu (Sebrae, 2016).

Conforme Sebrae (2016), no início do projeto o produto a ser trabalhado no Oeste seria o mel de abelha Jataí do Lago Itaipu.

Todavia, de acordo com o levantado nas atas de reuniões e relatórios do Sebrae, o grupo de entidades locais que esteve voltado com as discussões e encaminhamentos da documentação para a solicitação de registro definiu pela busca do reconhecimento nas duas espécies de IG: DO, na área do Lago Itaipu e Indicação de Procedência para uma área mais ampla, o Oeste do Paraná. Ambas as IGs tinham como produtos o mel de Jataí e de Apis Africanizada.

No decorrer do percurso, o entendimento sobre o tema foi ampliando. Os rumos definidos pelos atores locais alteraram ao passo que a compreensão dos elementos que envolvia a temática amadurecia.

Conforme constatado, a opção final foi o registro da IP Oeste do Paraná, tanto para o mel de abelha Apis Africanizada como para o mel de abelha Jataí (INPI, 2017). Os motivos que levaram a tal decisão serão descritos posteriormente.

Em fevereiro de 2014 foi proposto um projeto pelo Sebrae com o título Mel de Jataí do Lago Itaipu. Em Sebrae (2014), é possível verificar que as etapas do projeto se basearam nos requisitos da Instrução Normativa 25/2013 do INPI, conforme demonstrado no Quadro 5.

Ainda conforme Sebrae (2014), o projeto teve como proposta a duração de dois anos e como resultado esperado a solicitação do registro junto ao INPI até outubro de 2015. Entretanto, o depósito da solicitação de registro de fato se efetivou somente em 09 de dezembro de 2015, dois meses depois do previsto (INPI, 2016a).

Etapas	Descrição
Etapa 1	Esclarecimento e sensibilização dos produtores sobre os conceitos, responsabilidades e benefícios da proteção da IP;
Etapa 2	Elaboração de documento descritivo do produto;
Etapa 3	Formalização do Conselho Regulador;
Etapa 4	Elaboração do regulamento de uso;
Etapa 5	Elaboração do documento oficial que delimita a área geográfica;
Etapa 6	Realização de levantamento de documentos que comprovem ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto;
Etapa 7	Definição dos mecanismos de controle sobre os produtores ou prestadores de serviço que tenham o uso exclusivo da IP;
Etapa 8	Levantamento que comprovem estarem os produtores estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo efetivamente as atividades de produção ou prestação de serviço;
Etapa 9	Desenvolvimento de identidade visual da IP (representação gráfica, produção de arquivo eletrônico de imagem e de etiqueta) e;
Etapa 10	Solicitação de registro depositado no INPI, conforme a IN 25/2013 do INPI.

Quadro 5. Etapas do projeto mel da Jataí do lago Itaipu

Fonte: Sebrae (2014).

Em relação as demais dez IGs do estado que foram definidas para serem trabalhadas como projeto, também tiveram seu objetivo alcançado no final de 2015 com o protocolo do pedido de registro de IG junto ao INPI (Sebrae, 2016). Portanto, todas as dez iniciativas tiveram os documentos providenciados, reunidos e protocolados ainda no ano em referência.

O Quadro 6 apresenta a data do depósito do pedido, o requerente e o produto ou serviço a ser protegido.

Verifica-se que a região Oeste reunia condições para desenvolver um esforço coletivo em busca do reconhecimento como IG e dos benefícios posteriores que ela pode trazer para o território.

Nº Pedido	Nº Protocolo	IG	Depósito	Requerente	País/UF	Produto/Serviço
94	BR402015000003-7	Marialva	21/10/2015	Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores	BR/PR	Uvas Finas de Mesa
95	BR402015000004-5	Antonina	27/10/2015	Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná	BR/PR	Bala de Banana
96	BR402015000005-3	Litoral do Paraná	27/10/2015	Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná	BR/PR	Serviço Gastronômico do Barreado
97	BR402015000006-1	Morretes	27/10/2015	Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná	BR/PR	Cachaça e Aguardente de Cana
98	BR402015000007-0	Litoral do Paraná	27/10/2015	Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná	BR/PR	Farinha de Mandioca
99	BR402015000008-8	Carlópolis	28/10/2015	Associação dos Olericultores e Fruticultores de Carlópolis	BR/PR	Goiaba
100	BR402015000009-6	Capanema	29/10/2015	Associação de Turismo Doce Iguassu	BR/PR	Melado batido, escorrido e açúcar mascavo
101	BR402015000010-0	Colônia Witmarsun	04/11/2015	Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsun Ltda	BR/PR	Queijo
102	BR402015000011-8	São Mateus	04/11/2015	Associação dos Amigos da Erva-Mate de São Mateus	BR/PR	Sementes de erva-mate, mudas de erva-mate, erva-mate cacheada, erva-mate para chimarrão, erva-mate para tererê e chá verde
103	BR402015000012-6	Oeste do Paraná	09/12/2015	Cooperativa Agrofamiliar Solidária	BR/PR	Mel de Abelha Apis Africanizada e Jataí

Quadro 6. Solicitação de registros de produtos paranaenses para IG no ano de 2015

Fonte: Sebrae (2016).

A partir de então, ganhou força o movimento pela conquista do reconhecimento como selo de origem para os méis. A análise documental demonstrou que as primeiras reuniões focadas na busca das evidências para solicitar o pedido de registro, aconteceram no início de 2014. No segundo semestre deste mesmo ano foram realizadas cinco reuniões principais entre os parceiros.

As listas de presença e atas de reuniões registraram o envolvimento das entidades locais com o propósito de protocolar o pedido de registro da IG. Em relação ao apoio institucional, constatou-se a participação frequente nas reuniões de representantes da Biolabore, da Coofamel, da Itaipu Binacional, da Prefeitura Municipal de Santa Helena, do Sebrae e da Unioeste.

Verificou-se a participação menos frequente das associações de produtores e também dos próprios produtores nas reuniões, estando estes representados exclusivamente pela Coofamel. Em relação a este ponto, chama-se a atenção da cooperativa e das associações para buscar o envolvimento dos produtores.

A retomar o que foi constatado por Brandão (2014), no estudo de caso de Goiabeiras, as paineleiras não participaram das definições das estratégias das instituições de apoio. Como consequência, elas não demonstraram interesse em participar das ações oferecidas.

A maturidade dos relacionamentos entre os atores locais, resultante de longo tempo de interação, possibilitou obter o compromisso dos envolvidos. A caminhada rumo a solicitação do registro foi caracterizada por um processo participativo.

Neste estudo de caso ficou evidente o envolvimento de importantes instituições da região Oeste do Estado do Paraná que atuam com o desenvolvimento rural. Em razão do propósito e dos potenciais benefícios de uma IG para o território, observou-se que foi feita uma divisão de papéis para reunir a documentação necessária para protocolar o pedido de registro junto ao INPI.

Em Sebrae (2015), foi constatado uma distribuição de responsabilidades no levantamento e elaboração dos documentos necessários para protocolar o pedido de registro. A Coofamel se encarregou de realizar as alterações estatutárias, aprovação do Conselho Regulador e Regulamento de Uso em Assembleia. A Unioeste se incumbiu de realizar análises laboratoriais e reunir as pesquisas feitas pela instituição para comprovar elementos característicos do produto, relacionados ao meio geográfico ou fatores naturais e humanos, exigência para solicitar o registro como DO.

A Universidade em conjunto com técnicos da Biolabore e consultores do Sebrae ficaram responsáveis por elaborar o Regulamento de Uso e os mecanismos de controle. A Itaipu Binacional se responsabilizou pelo levantamento da flora apícola e pela delimitação da área do Lago Itaipu. O Sebrae reuniu notícias e documentos levantados por produtores para evidenciar que o Oeste do Paraná é conhecido pela produção de mel, a fim de comprovar a notoriedade exigida para o reconhecimento como IP. Essa última instituição também ficou com a missão de coordenar as tarefas e monitorar o cronograma das atividades (Sebrae, 2015).

As principais reuniões de trabalho ocorreram a cada 60 dias, aproximadamente. Entre as diversas atividades que constavam na pauta e nas atas, verificou-se que sistematicamente um representante de instituição apresentava o andamento da tarefa que ficou responsável de cumprir. Esta dinâmica criou um movimento de cobrança recíproca e de responsabilidade coletiva com o propósito comum.

Ainda sobre a maneira como o processo foi implantado, observou-se que entre as reuniões principais, aconteceram encontros com pequenos grupos. Tinham como objetivo dar sequência aos encaminhamentos validados nas reuniões do grupo maior. As reuniões principais tiveram em média dez participantes.

Pode-se concluir a partir de Ramos (2014), que o a união de atores com interesses distintos para implantar um projeto comum é essencial para o desenvolvimento do território.

Por fim, é importante que os diferentes atores, de diversos setores da sociedade e com diferentes interesses, se articulem com o objetivo de criar um projeto de desenvolvimento que tenha um ponto em comum para todos.

Como observado em Sebrae (2015), a tônica das atividades foi pautada na Instrução Normativa (IN) 25/2013 do INPI, a qual define os documentos necessários para solicitar o registro de IG junto ao órgão. Conforme o seu sexto artigo, os documentos são:

- a) Requerimento, no qual conste o nome geográfico e a descrição do produto ou serviço;
- b) Instrumento hábil para comprovar a legitimidade do requerente. Somente as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representantes da coletividade podem solicitar o registro de IG como substitutos processuais;
- c) Regulamento de uso do nome geográfico;
- d) Instrumento oficial que delimita a área geográfica;

- e) Etiquetas em versão eletrônica da representação gráfica ou figurativa da IG;
- f) Procuração, se for o caso;
- g) Comprovante do pagamento da retribuição correspondente.

O grupo de representantes das instituições, envolvidas no processo de busca, elaboração e reunião da documentação, colocou como objetivo solicitar o pedido para DO e para IP em um primeiro momento. Assim, os esforços coletivos foram direcionados para atender ao que pede a Instrução Normativa 25/2013 do INPI.

De acordo com INPI (2013), para solicitar o registro na espécie de IP, o representante processual deve apresentar ainda os documentos que comprovem ter o nome geográfico se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação de serviço, documento que comprove a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços, que tenham o direito ao uso exclusivo da IP, bem como sobre o produto ou a prestação do serviço distinguido com a IP. A associação, cooperativa, instituto ou outra forma jurídica de representação da coletividade necessita apresentar documento que comprove estar os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou prestação do serviço.

Os pedidos de registro como DO devem apresentar elementos que identifiquem a influência do meio geográfico, na qualidade ou características do produto ou serviço, que se devam exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos, a descrição do processo ou método de obtenção do produto ou serviço, que devem ser locais, leais e constantes. Deve-se providenciar também documento que comprove a existência de uma estrutura de controle sobre os produtores ou prestadores de serviços que tenham o direito ao uso exclusivo da DO, bem como sobre o produto ou prestação do serviço distinguido com tal. Por fim, solicita-se documento que comprove estar os produtores ou prestadores de serviços estabelecidos na área geográfica demarcada e exercendo, efetivamente, as atividades de produção ou de prestação do serviço (INPI, 2013).

O Guia do Mapa sugere algumas ações para solicitação de registro de IG para produtos agropecuários. Além das exigidas em INPI (2013), Brasil (sd) propõe importantes recomendações:

- a) Levantamento histórico/cultural, podendo ser pesquisa bibliográfica, visita aos produtores, cadastro de produtores, aplicação de questionários ou entrevistas;

- b) Configuração territorial envolvendo a área de abrangência, a delimitação geográfica, o georreferenciamento das zonas de produção, de elaboração de cartas cartográficas e material descritivo;
- c) Melhoria da qualidade do produto: compreendem as análises e estudos necessários para a caracterização do produto;
- d) Organização: reuniões e cursos de capacitação para produtores;
- e) Visitas técnicas a produtores;
- f) Realização de testes laboratoriais;
- g) Apoio à formação e capacitação do Conselho Regulador.

4.6.1 Instrumento comprobatório da legitimidade do requerente.

Como se sabe, é necessário que o pedido de registro seja feito por uma associação, instituto, ou pessoa jurídica que represente legitimamente a coletividade. A Coofamel foi a opção dos atores locais envolvidos para ser o substituto processual da IG, perante o INPI e legítima representante dos produtores.

A fim de atender a IN 25/2013 do INPI, em Assembleia Geral Extraordinária foi feita alteração no estatuto da cooperativa. O terceiro artigo teve a redação ajustada, afirmando que a Coofamel ficará responsável pela preservação e proteção da IG. Em parágrafo único do mesmo artigo, é complementado que para o uso da IG não será obrigatório associar-se a cooperativa, no entanto, será obrigatório cumprir rigorosamente o Regulamento de Uso. No Art. 7º são apresentados os direitos e deveres dos associados em relação a IG (Coofamel, 2015a).

Em INPI (2016a) verifica-se que apenas as alterações que foram efetuadas pela Coofamel no estatuto não foram suficientes. O órgão exigiu que fosse apresentado o Livro de Presença da assembleia para “comprovar que a referida alteração no Estatuto Social foi de fato aprovada pelos afiliados à Coofamel” (INPI, 2016a, p.366). Foi solicitada também uma declaração de que a Cooperativa é legítima representante dos apicultores da área delimitada, e não apenas dos associados da cooperativa. Por fim, o INPI determinou acrescentar a Ata de Assembleia que instituiu o presidente, com a assinatura dos cooperados votantes “sob risco de anulação ou não reconhecimento dos atos praticados pelo mesmo frente a este Instituto” (INPI, 2016a, p.366).

A análise documental mostrou que antes de efetuar o protocolo do pedido, foram realizadas no ano de 2015 duas bancas examinadoras com especialistas e examinadores do INPI, em março e agosto.

Na primeira atividade com a banca, em Curitiba, os documentos reunidos até aquele momento foram encaminhados para os especialistas. A banca, reunida na capital paranaense em março de 2015, analisou os documentos em conjunto com consultores do Sebrae e devolveu um plano com recomendações de ajustes.

Os especialistas em IG voltaram a se reunir no mês de agosto de 2015. Desta vez, representantes das instituições do Oeste do Paraná participaram da banca, que novamente aconteceu na capital do estado. A lista de presença registrou a participação nesta atividade em Curitiba da Unioeste, da Itaipu Binacional, do Sebrae, da Coofamel e da Biolabore.

Além de avaliar a documentação, os membros da banca fizeram apontamentos e recomendações de ajustes nos documentos, tendo sido recomendado que em um primeiro momento fosse protocolado o pedido apenas para IP. O argumento feito pela banca é que não havia um histórico suficiente de estudos que comprovassem as características exclusivas do produto, influenciadas pelo meio geográfico, fatores naturais ou humanos.

Como é sabido, até então, a escolha dos atores era protocolar tanto a DO como a IP. No entanto, a recomendação da banca alterou os objetivos dos parceiros da apicultura. A partir daí, focou-se na busca pelo reconhecimento somente como IP para os méis de Abelha Apis Melífera e Abelha Jataí do Oeste do Paraná.

4.6.2 Descrição do produto

Os méis de abelha Apis Africanizada e de abelha Jataí são os produtos do Oeste do Paraná protegidos. De acordo com a Coofamel, o produto alimentício é produzido pelas abelhas *Apis Melífera Escutelata*, cujo nome popular é Apis Africanizada e pelas abelhas *Tetragonisca Angustula*, que tem o nome popular de Jataí (INPI, 2017).

Conforme consta no INPI (2017), as abelhas Apis Africanizada e Jataí produzem os méis a partir do néctar das flores, secreções provenientes de partes vivas das plantas ou ainda de excreções de insetos sugadores que ficam sobre partes vivas de plantas. Esses componentes são então recolhidos pelas abelhas, transformados e combinados com

substâncias específicas próprias e, finalmente, são armazenadas e deixadas madurar nos favos das colmeias.

4.6.3 Instrumento oficial que delimita a área geográfica

O laudo técnico que delimitou a área foi emitido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, tendo sido assinado pelo Gerente Regional do Instituto Emater de Toledo em 04 de setembro de 2015 (INPI 2016a).

A área a ser protegida, que tem como nome geográfico Oeste do Paraná é formada pelos seguintes municípios da Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense : Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste (INPI, 2017).

4.6.4 Regulamento de uso

O Regulamento de Uso foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), datada de 25 de junho de 2016, realizada na Câmara de Vereadores de Santa Helena, com a presença de sessenta e seis associados (Coofamel, 2016).

Os principais tópicos que compõem o Regulamento de uso da Coofamel são:

- a) nome e definição dos produtos;
- b) definição da área geográfica da IP Oeste do Paraná;
- c) garantia de origem geográfica condições gerais de uso;
- d) itens de Conformidade para abelha *Apis Melífera Escutelata* (Apis Africanizada): descrição, referências, composição e requisitos, aditivos, higiene, métodos

de análise e amostragem; propriedade produtora, a colmeia, equipamentos de proteção e utensílios, procedimentos para coleta dos quadros com mel no campo; preparação da unidade de extração e manipuladores, recepção de melgueiras na unidade de extração e processamento, desoperculação, centrifugação, filtragem, decantação, envase, rotulagem, armazenamento e expedição do produto acabado;

e) itens de Conformidade para abelha *Tetragonisca Angustula* (Jataí): propriedade produtora, a colmeia, equipamentos de proteção e utensílios, síntese dos procedimentos para coleta dos potes com mel no campo, armazenamento e transporte da matéria prima do campo para o entreposto, recepção e armazenagem de baldes ou caixas térmicas no entreposto, processamento, descristalização, filtragem, homogeneização, decantação, desumidificação, envase, rotulagem, armazenamento e expedição do produto acabado;

f) unidades de processamento industrial: localização e requisitos;

g) procedimentos de solicitação da IG Oeste do Paraná;

h) conselho Regulador da Indicação Geográfica, sua composição e funções;

i) anexos, contendo o mapa geográfico da área, relação de produtores e coordenadas geográficas dos apiários e meliponários, Instrução Normativa de 11 de outubro do Mapa, Manual de Boas Práticas de Campo da Coofamel (Coofamel, 2015).

4.6.5 Conselho Regulador da IP Oeste do Paraná

Coofamel (2015) mostra que o Conselho Regulador da IP Oeste do Paraná tem como principais funções: zelar pelo cumprimento do Regulamento de Uso, adotando procedimentos de avaliação de conformidade; acompanhar e fiscalizar os registros que assegurem a rastreabilidade dos produtos; propor melhorias no regulamento objetivando assegurar a credibilidade da IG no mercado, sua gestão, manutenção e preservação.

A mesma AGE que aprovou o regulamento de uso, ratificou os membros do Conselho Regulador (Coofamel 2016).

Segundo a Coofamel (2016), o Conselho Regulador da IG é formado por 7 membros titulares e 7 membros suplentes, distribuídos da seguinte forma:

a) 1 diretor e 1suplente da Coofamel;

- b) 1 cooperado e 1 suplente da Coofamel;
- c) 1 produtora e 1 suplente não cooperado;
- d) 1 representante e 1 suplente da Universidade, sendo o titular a representante da Unioeste, e o suplente o representante da UTFPR;
- e) 1 técnico de campo e 1 suplente;
- f) 2 representantes da governança e 2 suplentes. Os dois membros titulares são representantes do Sebrae, os dois suplentes representam a Itaipu Binacional.

4.6.6 Estrutura de controle

O nono item do Regulamento de Uso fundamenta a estrutura de controle sobre os apicultores que exercem o direito ao uso exclusivo da IP Oeste do Paraná (Coofamel, 2015b). No documento, estão previstas três formas de controle.

No primeiro nível, o Autocontrole. Este será efetuado pelo produtor e pelas unidades de beneficiamento. O Controle Interno será exercido pelo Conselho Regulador e a Auditoria Externa, caso o Conselho Regulador considere necessário para validar a conformidade dos processos (Coofamel, 2015b).

4.6.7 Comprovação de que os produtores estão estabelecidos e exercendo as atividades dentro da área delimitada da IG

Coofamel (2015b) apresenta uma relação de produtores com o nome, o município, o telefone, o número de colmeias Apis Africanizada e Jataí de cada produtor e as coordenadas geográficas dos apiários. Este documento foi utilizado pela cooperativa para fundamentar junto ao INPI que os produtores estão estabelecidos e exercendo as atividades dentro da área geográfica definida.

Como cumprimento de exigências feitas pelo INPI foi apresentado pela Coofamel uma relação com o endereço dos produtores, RG, CPF e sua identificação no Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviço (Sintegra) (INPI, 2017).

4.6.8 Comprovação de que o Oeste do Paraná é conhecido como centro de produção dos méis de abelhas Apis Africanizada e Jataí

As pesquisas realizadas pela Unioeste foram relevantes para o cumprimento do que é exigido na alínea a do Art. 8º da IN 25/2013. De acordo com o INPI (2017), como forma de evidenciar a notoriedade da região na produção de mel, a Coofamel apresentou um atestado da Unioeste sobre as publicações dos resultados das análises de amostras de mel, obtidas pelo laboratório de tecnologia de alimentos da universidade, em eventos regionais, nacionais e internacionais. Também foram anexados no dossiê protocolado, referências de publicações que tem relação com o tema “Caracterização do mel de melíponas da região Oeste do Paraná” e outros apresentados no XI Encontro sobre Abelhas.

Comprova-se que as instituições locais que atuam com apoio à produção de mel, a Coofamel e os produtores se comprometeram com a elaboração, levantamento e reunião de materiais para solicitar o registro da IP. Para dar mais consistência nas evidências, conforme aponta INPI (2017), foram apresentadas ainda, notícias veiculadas na internet, revistas, jornais e depoimentos de produtores.

4.6.9 Representação Gráfica da IG

Atendendo ao inciso V do Art 6º da IN 25/2013 foi protocolada a representação gráfica da etiqueta (Figura 15) que será utilizada como sinal distintivo da IP Oeste do Paraná.

Em atendimento às exigências para a solicitação de registro, foi efetuado o pagamento da Guia de Recolhimento da União no valor de R\$ 590,00 (INPI, 2017).

O esforço conjunto dos parceiros envolvidos proporcionou a organização de um dossiê que habilitou a Coofamel solicitar o registro da IP Oeste do Paraná. Reuniu-se a documentação necessária para protocolar o pedido no escritório do INPI em Curitiba. Assim, de acordo com Coofamel (2016), uma procuração foi assinada pelo representante legal da Coofamel concedendo poderes a Sra. Andreia Claudino para protocolar os documentos junto ao INPI e atender as outras demandas relacionadas ao processo de IP junto ao órgão. No dia 09 de dezembro de 2015 foi efetuada a solicitação de registro.



Figura 15. Representação gráfica da IP Oeste do Paraná

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Pode se considerar que a primeira etapa do esforço coletivo chegou ao objetivo. No entanto, conforme aponta Cardieri (2013, p. 120), “ O depósito do pedido é apenas o início de um longo processo, a se considerar que a Indicação Geográfica não tem prazo para terminar, o que significa cuidados com a sua manutenção; monitoramento e manutenção”.

4.6.10 A concessão da IG

O esforço coletivo para solicitar o reconhecimento do Oeste do Paraná foi deferido pelo INPI. A Revista de Propriedade nº 2426, de 04/07/2017 publicou o deferimento (INPI, 2017). O Quadro 7 apresenta um resumo dos dados da IG.

Uma importante etapa para a concretização da IG foi dada. O reconhecimento oficial foi conquistado por meio da união de esforços dos apicultores e da articulação entre as instituições parceiras. Entretanto, a Coofamel, os produtores e os parceiros necessitam atender a outros desafios necessário à consolidação da iniciativa coletiva, que despontam pós reconhecimento.

Brasil (Guia s.d.) chama a atenção para a etapa subsequente ao deferimento pelo INPI. Os cuidados essenciais para viabilizar uma IG envolvem a capacitação dos

produtores, capacitação do Conselho Regulador da IG, atividades de marketing, testes laboratoriais, entre outros.

Essa seção abordou todos os requisitos necessários para solicitar o registro junto ao INPI. Para facilitar o entendimento, o tópico foi apresentado com a descrição da busca para o reconhecimento da IP Oeste do Paraná.

Itens	Descrição
Pedido Número:	BR402015000012-6
Data do Depósito	09/12/2015
Requerente	Cooperativa Agrofamiliar Solidária – COOFAMEL
Nº de folhas:	458 fls
Nome Geográfico:	Oeste do Paraná
País/UF:	BR/PR
Produto/Serviço:	Mel de abelha Apis Melífera Escutelata (Apis Africanizada) - Mel de abelha Tetragonisca Angustula (Jataí)
Espécie:	Indicação de Procedência
Concessão:	04/07/2017
Apresentação:	Mista
Delimitação:	A área a ser protegida, que tem como nome geográfico Oeste do Paraná é formada pelos seguintes municípios da Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense : Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupassi e Vera Cruz do Oeste.

Quadro 7. Dados da IG Oeste do Paraná

Fonte: INPI (2017).

5 CONCLUSÕES

A abundância da fauna, da flora e da biodiversidade brasileira é representada na variedade de IGs encontradas no Brasil. Produtos de origem animal, de origem vegetal, pedras, calçados, doces, artesanatos e serviços compõem a vasta cesta de produtos de origem reconhecidos oficialmente.

A relação entre IG e sustentabilidade é materializada nas iniciativas coletivas analisadas. Como visto, a IG carrega consigo estreita ligação com a natureza, com as pessoas, o saber fazer e a cultura local. Mais que isso, esses elementos são essenciais para determinar os diferenciais de qualidade desses produtos.

O desenvolvimento de regiões, a valorização dos imóveis, a agregação de valor, o associativismo e orgulho de produzir um produto de qualidade diferenciada são alguns dos benefícios proporcionados pela IG no território.

Mesmo sendo um país com dimensões continentais, em todas as regiões brasileiras são encontrados produtos com IG. Todavia, existe um amplo campo de oportunidades a ser desenvolvido com os esses produtos locais. Pouco mais de um quinto dos municípios do Brasil estão localizados em áreas delimitadas por IP ou DO.

O Paraná avança para uma posição de destaque entre os estados com maior número de IG. Atualmente com sete registros reconhecidos, pode chegar a doze concessões, se os pedidos que estão em análise pelo INPI forem reconhecidos.

As IGs são estratégias recentes de valorização da produção. Os resultados demonstram que produtores unidos em associações e cooperativas em todos estados começam a despertar para esse caminho promissor.

A ação coletiva na apicultura no Oeste se iniciou com a formação das associações municipais de produtores. O movimento associativista, que mais tarde levou a formação de uma cooperativa, oferece uma sólida base para enfrentar os novos desafios que surgem após o reconhecimento oficial pelo INPI, uma vez que o associativismo é um dos principais fundamentos da IG.

A criação da Coofamel permitiu que os apicultores pudessem comercializar a produção de maneira formal, saindo da clandestinidade. Ainda, a cooperativa oferece garantia de compra da produção, conforme validado pela maioria dos associados.

O número de novos produtores interessados em fazer parte da iniciativa coletiva é crescente, como evidenciado nos resultados pela entrada de novos sócios. O ânimo e interesse de novos participantes em aderir à cooperativa deve ser bem visto, pois é importante para assegurar volume e regularidade de mercado.

Elemento chave para o sucesso de uma IG, um forte apoio institucional foi observado no estudo de caso da Coofamel antes mesmo das fases iniciais da busca pelo reconhecimento oficial como produto de origem. Os principais tipos de apoio oferecidos pelas entidades parceiras da região envolvem terrenos, construções, equipamentos, capital de giro, missões técnicas, monitoramento da produção por análises de laboratório, pesquisas acadêmicas e capacitações.

As entidades da região contribuem de forma significativa para a qualificação da produção de mel no Oeste do Paraná, no campo e na indústria. Os resultados evidenciaram a oferta de cursos, missões técnicas e dias de campo que contribuíram para melhoria do processo de produção de mel e do produto final.

O apoio dos parceiros foi confirmado pela percepção dos cooperados. O suporte das instituições regionais formam um corpo consistente para enfrentar os desafios de acessar o mercado, pois contribuíram para aumentar a qualidade, produtividade e rastreabilidade nos apiários, meliponários e nas unidades de beneficiamento.

A preocupação com a sustentabilidade foi validada por meio do apoio institucional que ficou evidente pela atuação desses parceiros na disseminação de prática de manejo de baixo impacto ambiental. Também os apicultores realizam ações de reflorestamento, de recuperação de áreas com plantio de espécies nativas e de preservação da biodiversidade.

Para ser comercializado com o Selo da IG é necessário cumprir com todos os requisitos do Regulamento de Uso. Ou seja, deve obedecer a legislação municipal, estadual e federal. Em relação ao aspecto ambiental, chama-se a atenção para um ponto relevante. Considerando que grande parte da produção do mel atualmente produzido na região está localizada em Área de Preservação Permanente - APP, conclui-se que significativa parte da produção não possa ser atestada pelo Conselho Regulador da IG para receber o Selo da IP Oeste do Paraná.

No que tange a heterogeneidade do grupo, entre os produtores, a existência constatada de pontos de vista diversos é fundamental para a consolidação de uma

estratégia coletiva, entretanto, um grupo heterogêneo pode acarretar em maiores custos de coordenação e comunicação.

A comunicação clara é aspecto fundamental para que os esforços coletivos se concretizem. Para que a iniciativa da IG ganhe corpo não pode existir dúvida sobre os conceitos que a envolvem, seus potenciais benefícios e os critérios para poder utilizar o Selo nas embalagens dos méis. O estudo revela sinais de descontentamento sobre a forma de comunicação da cooperativa.

É baixo o envolvimento dos produtores nas atividades coletivas e nas reuniões de tomada de decisão da Coofamel. Mais da metade dos associados nunca participou de uma ação voluntária em benefício da cooperativa. Ou seja, os cooperados percebem a presença do carona, mas eles próprios não se percebem como tal.

A considerar que a renda familiar do cooperado é baixa, é possível presumir que produtores tenham aderido a IG com a expectativa de aumentar a renda com o valor adicional pago por um produto comercializado como tal.

A possibilidade de aumento de renda pode ser vista como um importante motivador para a mobilização observada em busca do registro da IG. Produtores, cooperativa e parceiros somaram esforços e competências em torno do objetivo comum, o reconhecimento oficial como produto típico local.

A partir do que foi levantando no estudo, conclui-se que a postura dos produtores, somada ao apoio dos parceiros locais oferecem sustentação importante para a consolidação da IP Oeste do Paraná nas perspectivas sociais, econômicas e ambientais da sustentabilidade.

6 RECOMENDAÇÕES

Primeiramente propõem-se que as IGs do Paraná busquem ações de interação entre elas. A criação de um diálogo, que integre as IGs paranaenses possibilitará que elas atinjam mais rapidamente os benefícios sociais, econômicos e ambientais almejados.

No âmbito regional recomenda-se a estruturação de um arranjo em que as associações municipais de apicultores trabalhem em maior complementariedade com a Coofamel, como sendo essencial para dinamizar o processo de consolidação da IG.

Uma recomendação seria trabalhar com grupos menores, os quais a teoria das ações coletivas denomina grupos federados. Em grupos pequenos, os membros percebem mais facilmente a contribuição dos outros indivíduos e a presença dos indivíduos carona, cooperados que se beneficiam dos resultados obtidos coletivamente, mas que não prestam sua parcela de contribuição. Nesse tipo de grupo a comunicação é mais eficiente. Operando desta forma, seria mais fácil obter o envolvimento dos cooperados e a comunicação seria mais eficiente.

Esses grupos menores e mais fáceis de serem coordenados, poderiam ser representados pelas associações municipais de apicultores. Assim, sugere-se à cooperativa e parceiros a organização de iniciativas para aumentar o envolvimento das associações municipais de produtores para a consolidação da IG, de forma a evitar o distanciamento delas com a Coofamel.

No formato proposto, as associações não perderiam sua autonomia. Ao mesmo tempo, seriam as representantes dos grupos menores no grande grupo, que abrange toda a área delimitada que compõe a IG, e que tem como representante a Coofamel.

Na composição sugerida, a ação coletiva não perderia a força, o poder de negociação e a representatividade dos grupos grandes. A Coofamel, entidade gestora da IG e grande articuladora com as instituições regionais, seria a responsável por assegurar as vantagens observadas nos grupos maiores.

A coesão dos atores locais, abre oportunidade a avanços no campo das IGs para a região Oeste do Paraná. Neste sentido, coloca-se como proposta a possibilidade de criação de DOs para outros méis, dentro do território de abrangência dos cinquenta municípios que compõem esta região.

Recomenda-se atenção com a produção de mel de abelha Africanizada nas áreas de preservação permanente, sobretudo no entorno do Lago de Itaipu. Sugere-se abrir um diálogo entre as associações de produtores, Coofamel, instituições parceiras e os órgãos ambientais pertinentes para discutir a possibilidade de regularizar a produção dentro das APPs.

Um ponto de grande importância deve ser abordado para evitar que a percepção positiva dos produtores sobre a garantia de compra do mel pela Coofamel seja afetada. É necessário ajustar a expectativa dos produtores em relação ao mel que será atestado como apto a receber o Selo da IP Oeste do Paraná.

Assim, reforça-se a necessidade de comunicar claramente os requisitos do Regulamento de Uso a todos os produtores da área de abrangência da IG. Este procedimento é fundamental para alinhar a expectativa dos produtores em relação aos méis que poderão ser comercializados como produto típico e eventualmente receber um valor adicional.

O fato do produto ser produzido em APP, a princípio limitaria o volume de produção. A fim de não correr o risco de inviabilizar a IG por não ter produto suficiente para colocar no mercado, recomenda-se que a Coofamel e parceiros estimule a produção de mel em outros municípios dentro da área delimitada.

Também como recomendação aponta-se a como imprescindível desenvolver ações de estímulo à produção de mel de abelha Jataí. A partir do que foi levantado nos dados, o reconhecimento do INPI para a IP Oeste do Paraná inclui também este tipo de mel, raro e valorizado. Além disso, a Unidade de Beneficiamento de Mel de Santa Helena está autorizada pelo Ministério da Agricultura a envasar e comercializar o mel de Jataí para todo o território nacional. Desta forma, a produção do mel de abelha Jataí deve ser estimulada, de maneira que contribuirá para ampliar a renda do produtor e o interesse deste pela IG.

Ampliando o olhar para o Oeste do Paraná, outros produtos regionais podem ser beneficiados com a IG. Além do mel, produto principal da IG, uma variedade de produtos podem estar associados com o contexto do território e ter benefícios. Para tanto, é fundamental estabelecer estratégias de parcerias com outras associações de produtores.

O plano da Coofamel para o sucesso da IG necessita contemplar ações para divulgação do produto no mercado. Um trabalho de comunicação sobre o diferencial de origem do produto junto aos consumidores pode contribuir nesse sentido. A qualidade do

mel e seus aspectos culturais podem ser divulgados pela realização de concursos e pela promoção em pontos turísticos.

Por fim, aferir a sustentabilidade de uma iniciativa coletiva como a apresentada no estudo de caso da Coofamel é um dos desafios atuais. Torna-se relevante a criação de indicadores sustentabilidade para monitorar se os objetivos estão sendo atingidos e identificar pontos de melhoria. Como sugestão de estudos futuros coloca-se a construção, coleta e análise dos dados por meio de indicadores.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S.C. (2014). Percepção dos agentes locais na adoção da certificação de indicação geográfica: o caso dos doces de Pelotas. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal De Santa Maria. Santa Maria, 93 págs.
- Anjos, F. S. dos., Criado, E. A., & Caldas, N. V. (2013). Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. *Revista de Ciências Sociais – DADOS*, 56(1), 207-236.
- ASN - Agência Sebrae de Notícias (29/04/2009) – Comércio Justo como alternativa para produção de mel e de café, no oeste.
- Barbetta, P. A. et al. *Estatística para cursos de engenharia e informática*. São Paulo, SP: Atlas, 2004. 410 p.
- Brandão, C.D. (2014). Fatores intervenientes na implementação de ações estratégicas para a promoção do selo de indicação geográfica das panelas de barro de Goiabeiras. Dissertação De Mestrado. Universidade Federal Do Espírito Santo. Vitória, 143 págs.
- Brandalise, L. T., Bertolini, G. R. F., Hoss, O., & Rojo, C. A. (2017). *Educação e Gestão Ambiental: sustentabilidade em ambientes competitivos* (5ª ed.). Cascavel, PR: Ed. DRHS.
- Brasil, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2014). *Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio: Módulo II, Indicação geográfica* (4ª ed.) Organização Luiz Otávio Pimentel, Florianópolis: FUNJAB
- Brasil. Lei federal nº 9.279, de 14.05.1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Recuperado de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm>.
- CACB Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. (2007). Regulamento da Segunda Chamada de Projetos do Programa Empreender Competitivo.
- CACB Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. Programa Empreender. (2018). Recuperado de <http://cacb.org.br/programas/empreender/>.
- Caires, T. C. L., & Aguiar, A. O. (2015). Práticas de sustentabilidade e interfaces estratégicas em pequenas e médias propriedades rurais do interior paulista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 23(1), 62-83.
- Caldas, A. S., Cerqueira, P.S., & Perin, T. F. (2005) Mais Além dos Arranjos Produtivos Locais: as Indicações Geográficas Protegidas como Unidades de Desenvolvimento Local. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, 11, 05-16

- Cardieri, M. I. N. (2013). *Impactos da Indicação Geográfica na Sustentabilidade Regional: Estudo de Caso na Região de Salinas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC, Brasil, Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130877/330009.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y>.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso futuro Comum* (2a ed.) Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio.
- Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992). *A Agenda 21*. Brasília. Câmara dos Deputados.
- Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná. (2013). Cartaz XXIX Encontro Paranaense de Apicultura, VII Seminário Paranaense de Meliponicultura e XXVI Mostra de Equipamentos e Materiais Apícolas.
- Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária. (2015 novembro). *Especificações e regulamento de direitos e obrigações relativas à Indicação de Procedência oeste do Paraná Regulamento de Uso*. Santa Helena.
- Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária. (2015 setembro). *Estatuto Social da Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária*. Santa Helena.
- Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária. (2016). *Ata de assembleia geral extraordinária da Coofamel - Cooperativa Agrofamiliar Solidária de 26/06/2016*.
- Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária. (2016). Procuração 19/07/2016.
- Coofamel – Cooperativa Agrofamiliar Solidária. (2018). Apresentação institucional “Braganey” dia 13/07/2018.
- Delai, I., & Takahashi, S. (2008). Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, (2)1, 19-40.
- Ekwueme, C.M., Egbunike, C.F., & Onyali, C.I. (2013). Benefits of Triple Bottom Line Disclosures on Corporate Performance: an exploratory study of corporate stakeholders. *Journal of Management and Sustainability*, 3(2), 79-91.
- Fair trade Foundation: what are some foundations of sustainability? Recuperado de <https://www.fairtrade.org.uk/What-is-Fairtrade/Fairtrade-and-sustainability> acesso em maio de 2018
- FAO - Food and Agriculture Organization of The United Nations (2010). Quality linked to geographical origin and geographical indications: lessons learned from six case studies in Asia. Bangkok.

- Flores, S. S. (2011). *Desenvolvimento Territorial Sustentável a partir dos territórios do vinho: o caso dos vinhos da campanha*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Gil, A.C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Granovetter, M. (1985). Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. *The American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.
- Granovetter, M. (1973). The strength of the weak ties. *The American Journal of Sociology*, 78 (6), 1360-1380.
- Gurgel, V. A. (2005). Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In Lagares, L., Lages, V. & Braga, C. (orgs). *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios*. Brasília, DF: Sebrae.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2011). *Revista da Propriedade Industrial*, Nº 2087, 04 de Janeiro de 2011.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2016). *Revista da Propriedade Industrial*, Nº 2369, 31 de Maio de 2016.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2016). *Revista da Propriedade Industrial*, Nº 2385 20 de Setembro de 2016.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2017). *Revista da Propriedade Industrial*, Nº 2426 04 de Julho de 2017.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Indicações de Procedência reconhecidas*. Recuperado de <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Denominações de Origem reconhecidas. Recuperado de <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Instrução Normativa 25*, de 21 de agosto de 2013.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. (2018). Planilha de acompanhamento dos pedidos/registros de indicações geográficas. Recuperado de <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>.
- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industria, (2017) Planilha de acompanhamento dos Pedidos/Registros de indicações Geográficas. Recuperado de http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/arquivos-dicig/AndamentodeIGs_RPI2426_4Jul17_xlsx.pdf.

- INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial, (2017). Indicações Geográficas. Revista de Propriedade Industrial, (2426). Recuperado de <http://revistas.inpi.gov.br/rpi/>.
- Kakuta, S. M.; Souza, L. L. de; Schwanke, F. H. & Giesbrechth, H. (2006). *Indicações geográficas: guia de respostas*. Porto Alegre, RS: Sebrae/RS.
- Lagares, L., Lages, V. & Braga, C. (2005). Indicações geográficas: a competitividade baseada na diferenciação qualitativa de produtos e serviços. In Lagares, L., Lages, V. & Braga, C. (orgs), *Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios*. (pp. 12-22). Brasília, DF: Sebrae.
- Ménard, C. (2004). The economics of hybrid organizations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics*, 160 (3), 345-376.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nações Unidas no Brasil. (2015.) *Se o atual ritmo de consumo continuar, em 2050 mundo precisará de 60% mais alimentos e 40% mais água*. Recuperado de <https://nacoesunidas.org/fao-se-o-atual-ritmo-de-consumo-continuar-em-2050-mundo-precisara-de-60-mais-alimentos-e-40-mais-agua/>
- Nassar, A. M. (2001). *Eficiência das associações de interesse privado: uma análise do agronegócio brasileiro*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Nogueira-Neto, P. A criação de abelhas indígenas sem ferrão. São Paulo: Chácaras e Quintais, 1953.
- Nossa, V., Rodrigues, V. R. S. & Nossa, S. N. (2017). O que se tem pesquisado sobre Sustentabilidade Empresarial e sua Evidenciação. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(Edição Especial), 87-105.
- O Paraná. (2018). 12/04/2018, *Coofamel comemora conquista de prêmio estadual*. Recuperado de <https://www.oparana.com.br/noticia/coofamel-comemora-conquista-de-premio-estadual-acesso-em-mai-2018>
- O Presente (2006) 18/07/2006. *Cooperativa de apicultores tem sede em Sana Helena*
- Olson, M. (1999). *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo, SP: Edusp.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Ostrom, E. (2007). Collective Action and Local Development Processes. *Sociologica*, 3, 1-32,

- Ozgen, E. & Minsky, B. (2007). Opportunity recognition in rural entrepreneurship in developing countries. *International Journal of Entrepreneurship*:11, 49-73
- Pasini, A. H. (2013). *A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá – PR*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR, Brasil.
- Percy, A. (2017). *How will farmers feed the world's population 30 years from now? The Hill*. Recuperado de <http://thehill.com/blogs/pundits-blog/international/323246-will-the-world-have-enough-food-to-feed-everyone-in-2050>.
- Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon. (2011). *Termo de concessão de uso de bem imóvel*.
- Ramos, C. de M. (2015). *Desenvolvimento territorial sustentável: a sustentabilidade ambiental dos vales da uva goethe- Sc*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 173 p.
- Richardson, R. J. & Peres, J.A. S.(colab). (2007). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, E.G.R.; Durso, E.D.D., & Rocha, W.F. (2015). *Potencial para indicação geográfica do mel na costa Oeste do Paraná: estudo de caso da cooperativa Coofamel*. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.
- Sachs, I. (2003). *Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Salazar, L. A. L. & Guzmán, G. M. (2017). The definition of firm boundaries and its impact on sustainability. *Journal of Management and Sustainability*, 7(2), 125-134.
- Samper, L. F., & Quiñones-Ruiz, X. F. (2017). Towards a balanced sustainability Vision for the Coffee Industry. *Resources*, 6(17), 01-28.
- Schader, C., Grenz, J., Meier, M. S., & Stolze, M. (2014). Scope and precision of sustainability assessment approaches to food systems. *Ecology and Society*, 19(3).
- Schmidt, C. M. (2010). *Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas .(2007). Relatório do levantamento de informações da Coofamel Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste. Cascavel.
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2008). Diagnóstico dos apicultores da Região Oeste do Paraná. Cascavel.

- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2014 fevereiro). Proposta de projeto de estruturação de Indicação Geográfica do Paraná: mel de jataí do Lago Itaipu. Curitiba.
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. (2015 abril junho). Formulário de monitoramento de indicação geográfica.
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2016 junho) Versão 1. Termo de Referência Programa de Desenvolvimento das Indicações Geográficas(IGs) e Marcas Coletivas (MCs) do Paraná Setor – Agronegócios PPA 2017-2018,19.
- Sebrae – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018) selo Alimentos do Paraná. Recuperado de <http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/sebraeaz/Selo-Alimentos-Paran%C3%A1-%E2%80%93-home>
- Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (2012) Casos de Sucesso Tecnologias Sociais e Comércio Justo/Paraná. Curitiba.
- Sebrae - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2009). Associação. Recuperado de [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)
- Seramin, R. J., & Lago, S. M. L. (2016). Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 24(1), 113-141.
- Itaipu Binacional (2018). Programa Cultivando Água Boa. Recuperado de <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/cultivando-agua-boa>
- PTI - Parque Tecnológico Itaipu (PTI (2018)). Recuperado de <https://www.pti.org.br/pt-br/desenvolvimentosustentavel>.
- Souza, D. (2007). *Apicultura manual do agente de Desenvolvimento Rural*. Brasília: Sebrae.
- Tomei, P. & Souza, D. (2014). Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. *Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE*, 13, 107-122.
- Tierling, I.M.B.M. (2016). *A ação coletiva no context da agricultura familiar: um estudo na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, PR. Recuperado de <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2207/1/Isielli%20M%20B%20Martins%20Tierling.pdf>.
- Van Bellen, H. M. (2002). *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Recuperado de

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84033/189898.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Wenningkamp, K.R., & Schmidt, C. M. (2016). Ações Coletivas no Agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil a partir de teses e dissertações (1998-2012). *Revista Economia e Sociologia Rural*, 54(3), 413-436.
- Wiese, H. (2005). *Apicultura: Novos Tempos*. Guaíba, RS: Agrolivros.
- Zylbersztajn, D. ; Farina, E. (2006). *Dynamics of network governance: a contribution to the study of complex forms*. Série Working Paper, 03 (26).

APÊNDICES

APÊNDICE I

Este questionário é insumo para a dissertação de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus Cascavel, com o título SUSTENTABILIDADE E AÇÃO COLETIVA COMO BASE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA MEL DO OESTE DO PARANÁ.

- Tem por finalidade identificar a contribuição das instituições parceiras para a apicultura no Oeste do Paraná.
- Fico à disposição para contato (45 99923-5005, edurso@pr.sebrae.com.br).

Nome da Instituição:	Descrição do apoio dado a apicultura	dados do representante da instituição e desde que ano oferece apoio ao segmento

Agradeço sua valiosa contribuição para a pesquisa, a qual espero que também possa contribuir para apicultura da região oeste do Paraná.

Emerson D. Durso
Mestrando

APÊNDICE II

Este questionário é insumo para a dissertação de Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste - Campus Cascavel, com o título SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO COLETIVA COMO BASE DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA MEL DO OESTE DO PARANÁ.

* Tem por finalidade identificar a contribuição da instituição que você faz parte para a apicultura no Oeste do Paraná.

* A instituição que você faz parte foi evidenciada em documentos levantados durante a pesquisa ou na entrevista com o Presidente da Coofamel como apoiadora da apicultura na região oeste do Paraná.

* Favor preencher e responder por e-mail para que eu possa identificar o respondente e a instituição que você faz parte. * Fico à disposição para contato (45 99923-5005, edurso@pr.sebrae.com.br).

Perguntas:

1- Desde que ano a instituição que você faz parte apoia a apicultura no Oeste do Paraná?

2- Descrever o tipo de apoio que que a instituição que você faz parte proporciona para a apicultura.

3- Caso o apoio dado pela instituição que você faz parte envolva um dos tripés da sustentabilidade (ambiental, social ou econômico), descrever mais informações abaixo.

4- Qual a sua expectativa em relação a IG Mel do Oeste do Paraná em termos de benefícios sociais, ambientais e econômicos e qual(is) o(s) ponto(s) de atenção você indicaria para que a iniciativa tenha êxito?

5- Caso tenha algum comentário adicional ou material (reportagem, página da internet, fotos, folder etc) que possa encaminhar para ampliar o entendimento sobre o apoio dado à apicultura pela instituição que você faz parte, peço a gentileza descrever abaixo ou anexar no e-mail.

Agradeço sua valiosa contribuição para a pesquisa, a qual espero que também possa contribuir para apicultura da região oeste do Paraná.

Emerson D. Durso

Mestrando

APÊNDICE III

Este instrumento de pesquisa tem por finalidade verificar a percepção do associado a respeito da contribuição da cooperativa sobre a sustentabilidade e sobre o êxito da Indicação Geográfica. É composto por 4 conjuntos de perguntas: **Conjunto 1 – Perfil; Conjunto 2 – Sustentabilidade; Conjunto 3 – Indicação Geográfica e Conjunto 4 – Ações Coletivas.** Favor assinalar somente uma alternativa de resposta. Sua colaboração é muito importante.

Não é necessário identificar-se.

CONJUNTO 01 CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR	
<p>1. Sexo: a.() Masculino b.() Feminino</p> <p>2. Idade: _____</p> <p>3. Grau de Instrução: a.() até o ensino fundamental b.() Até o ensino médio c.() ensino superior incompleto d.() ensino superior completo e.() pós graduação</p> <p>4. Renda familiar (somatório de todos os integrantes da sua casa):</p>	<p>5. Do total da renda familiar, qual percentual é proveniente da produção de mel? a.() até 10% b.() de 11% a 30% c.() de 31% a 60% d.() de 61% a 90% e.() acima de 91%</p> <p>6. Quantas colmeias em atividade o senhor (a) possui atualmente? _____ colmeias de apis _____ colmeias de jataí</p> <p>7. O senhor (a) se associou a cooperativa no ano de: _____.</p>

Esse conjunto de questões objetiva identificar a percepção do associado sobre a influência da cooperativa na sustentabilidade.

CONJUNTO 02 SUSTENTABILIDADE		Concordo totalmente (A)	Concordo parcialmente (B)	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente (E)
8.	A cooperativa me proporciona uma garantia de renda.					
9.	Ao participar da cooperativa a renda familiar aumentou.					
10.	A cooperativa paga um preço justo pela minha produção.					
11.	A cooperativa estimula ações de cultivo de espécies vegetais para a preservação da diversidade.					
12.	A cooperativa orienta sobre o correto manejo para a produção de mel, evitando queimadas, o descarte de lixo em local inadequado ou qualquer prática que cause impacto negativo ao solo, a vegetação e aos cursos d'água.					
13.	A cooperativa conscientiza sobre a proteção de espécies raras, ameaçadas ou em perigo presentes nas proximidades dos apiários/meliponários, bem como coíbe a caça.					

CONJUNTO 02 SUSTENTABILIDADE		Concordo totalmente (A)	Concordo parcialmente (B)	Não concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente (E)
14.	A cooperativa orienta o associado sobre saúde e segurança na produção de mel e estimula o uso de equipamentos de proteção individual (macacão, bota, luva etc).					
15.	A cooperativa orienta sobre a instalação de apiários em locais seguros, evitando coloca-los próximos a estradas, residências e locais que coloquem em risco a população.					
16.	A cooperativa coíbe a realização de trabalhos perigosos por crianças e menores de idade (menos de 18 anos).					
17.	Valorizo e apoio as ações sustentáveis da cooperativa.					

Esse conjunto de questões objetiva a identificar a influência da cooperativa para o êxito da Indicação Geográfica.

CONJUNTO 03 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA		Concordo totalmente (A)	Concordo parcialmente (B)	Não concordo nem discordo (C)	Discordo parcialmente (D)	Discordo totalmente (E)
18.	O uso da marca da cooperativa agrega valor ao produto.					
19.	A cooperativa oferece logística estruturada, sendo possível fazer com que o mel chegue em mercados mais distantes.					
20.	A cooperativa capacita sobre boas práticas na produção e processamento de mel.					
21.	A cooperativa capacita sobre rastreabilidade (numeração de colmeias e registro no caderno de campo).					
22.	A cooperativa influencia para o aumento da qualidade do meu produto.					
23.	A cooperativa influencia para o aumento da produtividade nos meus apiários/meliponários.					
24.	Me sinto beneficiado com as parcerias obtidas pela cooperativa					
25.	Conheço as regras para o cooperado ter direito ao uso do selo da Indicação Geográfica.					

Esse conjunto de questões objetiva a identificar das variáveis da ação coletiva para o êxito da Indicação Geográfica

CONJUNTO 04 AÇÕES COLETIVAS		Concordo totalmente (A)	Concordo parcialmente (B)	Não concordo nem discordo (C)	Discordo parcialmente (D)	Discordo totalmente (E)
26.	O Sr (a). considera que o aumento do número de associados irá prejudicar a cooperativa, pois poderá entrar cooperados com pontos de vista e opiniões diferentes.					
27.	O Sr (a). considera que o aumento do número de associados pode prejudicar a cooperativa, pois ela não conseguirá oferecer os serviços a todos os cooperados ou poderá perder o controle da gestão.					
28.	O Sr (a). considera que o aumento do número de associados pode beneficiar a cooperativa, pois ela ficará mais fortalecida.					
29.	O Sr (a). considera que existem cooperados que só querem tirar proveito dos benefícios da cooperativa, mas não se comprometem com o coletivo.					
30.	O Sr (a). considera que a comunicação da cooperativa com o cooperado é boa.					
31.	O cooperado tem liberdade de se associar ou se desligar da cooperativa a qualquer momento.					
		Sempre (A)	Frequente mente (B)	Algumas	Pouquíssim as vezes (D)	Nunca (E)
32.	O Sr (a). participa de reuniões administrativas e das assembleias.					
33.	O Sr (a). participa das capacitações, dias de campo e seminários oferecidos pela cooperativa.					
34.	O Sr (a). já participou de alguma atividade voluntária em benefício da cooperativa.					
35.	O principal benefício que a cooperativa me oferece é: () Beneficiamento do mel em unidade inspecionada () Acesso a mercado () Acesso a tecnologia () Garantia de compra do mel () Outro _					
36.	Em relação aos temas abaixo, marque AP se a informação que recebe vem prioritariamente de outro apicultor ou TP se a informação que recebe vem prioritariamente de técnicos ou parceiros. () Informações sobre como aumentar qualidade do mel () Informações sobre como aumentar a produtividade () Informações sobre sobre o meio ambiente/vegetação () Informações sobre mercado do mel () Informações sobre rastreabilidade do produto e boas práticas de produção					

*Espaço para observações e avaliação do próprio questionário:
